

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

FERNANDO DANDARO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AO ENSINO SUPERIOR COMO
FERRAMENTA PARA GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL:
UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR**

**Franca-SP
2021**

FERNANDO DANDARO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AO ENSINO SUPERIOR COMO
FERRAMENTA PARA GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL:
UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção de Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social - Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Analúcia Bueno dos Reis Giometti

**Franca-SP
2021**

D176e	Dandaro, Fernando Educação ambiental aplicada ao ensino superior como ferramenta para gestão do desenvolvimento socioambiental : uma proposta interdisciplinar / Fernando Dandaro. -- , 2021 172 p. : il., tabs. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara, Orientadora: Analúcia Bueno dos Reis Giometti 1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Educação Ambiental. 3. Ensino Superior. 4. Gestão. 5. Projetos Interdisciplinares. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

FERNANDO DANDARO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AO ENSINO SUPERIOR COMO
FERRAMENTA PARA GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL:
UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção de Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente _____

Profa. Dra. Analúcia Bueno dos Reis Giometti

2º Examinador _____

Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima

3º Examinador _____

Profa. Dra. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

4º Examinador _____

Prof. Dr. Daltro Oliveira de Carvalho

5º Examinador _____

Profa. Dra. Rita de Cássia Lopes Oliveira Mendes

Franca, 01 de setembro de 2021.

DEDICATÓRIA

Á meus dois filhos, Vitor e Arthur que tanto prezo pela sua formação cívica e que hoje são o principal incentivo que alimentam o nível de esforços que ativam minha motivação diária, tanto para o trabalho laboral como para a conquista deste sonho acadêmico, com intuito que esta pesquisa, seja um mecanismo para incentivar a reprodução das boas ações em relação a Educação Ambiental;

Aos meus país, por toda serenidade e cuidado com minha formação, dentro de um ceio de amor e constante incentivo, o que foi crucial para alcançar essa conquista acadêmica;

Á todos os profissionais da área de Gestão, na esperança de que possam reconhecer seu papel na sociedade como elemento transformador nos diversos espaços organizacionais, promovendo dessa forma, um contexto de desenvolvimento socioambiental e de reprodução contínua da sustentabilidade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Neuza e Renato pelo incentivo, pela confiança e por acreditar incondicionalmente na minha capacidade;

A Profa. Dra. Analúcia Bueno dos Reis Giometti, por me aceitar como orientando no PPGSS, por contribuir para meu desenvolvimento como ser humano, e, principalmente, por exercer a Educação Ambiental, compreendendo de forma humilde os desafios que foram superados, motivando a cada momento, a não desistir do sonho do Doutorado, e, por disponibilizar seu vasto conhecimento na construção dessa pesquisa;

Ao Prof. Dr. Daltro de Oliveira Carvalho, pela amizade, companheirismo e dedicação nesta jornada acadêmica, bem como pelos momentos fraternos e orientações diversas, que foram de grande valia para este trabalho;

Aos professores membros da banca avaliadora, pela disponibilidade, participação e pelas contribuições no enriquecimento deste trabalho;

A todos os colegas docentes e discentes do PPGSS que, juntos, por meio do processo de socialização, contribuiu para a evolução do meu desenvolvimento pessoal e profissional, em especial, sobre as questões socioambientais.

Muito Obrigado!

DANDARO, Fernando. **Educação Ambiental Aplicada ao Ensino Superior como Ferramenta para Gestão do Desenvolvimento Socioambiental: Uma Proposta Interdisciplinar**. 2021. 174 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

RESUMO

A Educação Ambiental é o instrumento fundamental, para garantir que as ações humanas possam estar em consonância com um futuro sustentável. Neste sentido, deve-se garantir que a educação promova competências e habilidade aos diversos agentes sociais, com destaque aos profissionais formados pelo Ensino Superior, que, são responsáveis pela utilização dos recursos organizacionais e seus impactos socioambientais. Portanto, essa pesquisa tem como objetivo analisar as formas de aplicação da Educação Ambiental nos Cursos de Graduação de Gestão na modalidade Presencial das Instituições de Ensino Superior de Sertãozinho-SP e suas contribuições na formação de profissionais que atuam como agentes de transformação, frente à oferta de projetos, programas e serviços que contribuem para o Desenvolvimento e Gestão Socioambiental do Município. Em relação aos procedimentos metodológicos, a teoria dialética hermenêutica foi utilizada como um caminho para a aplicação das técnicas das pesquisas bibliográfica, exploratória, análise de conteúdo e pesquisa de campo de caráter descritivo, com aplicação de questionários e entrevista, obtendo dados secundários e primários para uma análise, a partir das abordagens qualitativa e quantitativa. Como resultado, verificou-se um cenário educacional em processo de construção de saberes e de desenvolvimento de metodologias específicas para a aprendizagem sobre a oferta de conteúdos relacionados à Educação Ambiental, porém, identificou-se um modelo de Projeto Interdisciplinar como proposta para atender as exigência e políticas sociais, bem como garantir uma formação adequada aos alunos e futuros profissionais que estão no ensino superior. Assim, a pesquisa demonstrou que 97% dos ingressante, 98% dos formandos e 100% dos docentes entendem que o Projeto Interdisciplinar contribuiu para o conhecimento adquirido em Educação Ambiental, provendo competências e habilidades para que os profissionais estejam preparados para elaborar, implantar e atuar em Projetos de Educação Ambiental, visto que houve intervenção para o desenvolvimento sustentável em 40 empresas de 35 segmentos diferentes e diversas ações, seja por meio da sensibilização e conscientização, orientações sobre consumo, atitudes beneficentes ou programas de gerenciamento de resíduos.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável. Educação Ambiental. Ensino Superior. Gestão. Projeto Interdisciplinar.

DANDARO, Fernando. **Environmental Education Applied to Higher Education as a Tool for Social and Environmental Development Management: An Interdisciplinary Proposal**. 2021. 174 f. Thesis (PhD in Social Work) - College of Humanities and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2021.

ABSTRACT

Environmental Education is the fundamental instrument to guarantee that human actions can be in line with a sustainable future. In this sense, it must be ensured that education promotes competences and skills to the various social agents, especially professionals trained in Higher Education, who are responsible for the use of organizational resources and their socio-environmental impacts. Therefore, this research aims to know the ways of applying Environmental Education in Undergraduate Management Courses in the On-Campus modality of Higher Education Institutions in Sertãozinho-SP and their contributions in the training of professionals who act as agents of change in face of the offer of projects, programs and services that contribute to the Municipality's Social and Environmental Management and Development. Regarding the methodological procedures, the hermeneutic dialectical theory was used as a way to apply the techniques of bibliographic, exploratory research, content analysis and descriptive field research, with application of questionnaires and interviews, obtaining secondary and primary data for an analysis based on qualitative and quantitative approaches. As a result, there was an educational scenario in the process of building knowledge and developing specific methodologies for learning about the provision of content related to Environmental Education, however, an Interdisciplinary Project model was identified as a proposal to meet the requirements and social policies, as well as ensuring adequate training for professionals who graduated from higher education, the survey showed that 97% of freshmen, 98% of graduates and 100% of teachers understand that the Interdisciplinary Project contributed to the knowledge acquired in Environmental Education, providing skills and abilities so that professionals are prepared to prepare, implement and act in Environmental Education Projects, as there was intervention for sustainable development in 40 companies from 35 different segments, various interventions either through awareness and awareness, guidance on consumption , charitable actions or pro grams of waste management.

Keywords: Environmental Education. Interdisciplinary Management. Project. Sustainable Development. University Education.

DANDARO, Fernando. **La educación ambiental aplicada a la educación superior como herramienta para la gestión del desarrollo social y ambiental:** una propuesta interdisciplinaria. 2021. 174 f. Tesis (Doctorado en Trabajo Social) - Facultades de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Estadual de São Paulo "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2021.

ABSTRACTO

La Educación Ambiental es el instrumento fundamental para asegurar que las acciones humanas puedan estar alineadas con un futuro sustentable. En este sentido, se debe asegurar que la educación promueva competencias y habilidades a diversos agentes sociales, especialmente a los profesionales egresados de la Educación Superior, quienes son responsables del uso de los recursos organizacionales y sus impactos socioambientales. Por lo tanto, esta investigación tiene como objetivo analizar las formas en que la Educación Ambiental puede ser aplicada en los Cursos de Gestión de Pregrado en la modalidad Presencial de las Instituciones de Educación Superior en Sertãozinho-SP y sus contribuciones a la formación de profesionales que actúan como agentes de cambio, dado la oferta de proyectos, programas y servicios que contribuyan a la Gestión y Desarrollo Social y Ambiental del Municipio. En cuanto a los procedimientos metodológicos, se utilizó la teoría hermenéutica dialéctica como forma de aplicar las técnicas de investigación bibliográfica, exploratoria, análisis de contenido e investigación de campo descriptiva, con aplicación de cuestionarios y entrevistas, obteniendo datos secundarios y primarios para un análisis basado en criterios cualitativos y enfoques cuantitativos. Como resultado, hubo un escenario educativo en el proceso de construcción de conocimiento y desarrollo de metodologías específicas para el aprendizaje sobre la provisión de contenidos relacionados con la Educación Ambiental, sin embargo, se identificó un modelo de Proyecto Interdisciplinario como una propuesta para cumplir con los requerimientos y políticas sociales, así como asegurar una adecuada formación a los estudiantes y futuros profesionales que se encuentren en la educación superior. Así, la encuesta arrojó que el 97% de los estudiantes de primer año, el 98% de los egresados y el 100% de los docentes entienden que el Proyecto Interdisciplinario contribuyó al conocimiento adquirido en Educación Ambiental, brindando habilidades y destrezas para que los profesionales estén preparados para elaborar, implementar y actuar en Proyectos de Educación Ambiental, ya que se intervino para el desarrollo sustentable en 40 empresas de 35 segmentos diferentes y diversas acciones, ya sea a través de concientización y sensibilización, orientación en consumos, actitudes benéficas o programas de manejo de residuos.

Palabras Clave: Educación Ambiental. Enseñanza superior. Desarrollo Sostenible. Gestión. Proyecto interdisciplinario.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEA	Centro de Educação Ambiental
CEFET	Centro Federal de Educação Técnica
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CET	Centro de Educação Técnica
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CF	Constituição Federal
CGEA	Coordenadoria Geral de Educação Ambiental
CTCNSA	Colégio Técnico Comercial Nossa Senhora Aparecida
DEA	Departamento de Educação Ambiental
DNC	Diretrizes Curriculares Nacionais
EA	Educação Ambiental
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FNSA	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Aparecida
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFSP	Instituto Federal de Educação do Estado de São Paulo
Kg	Kilograma
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NDE	Núcleo Docente Estruturante
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEEA	Política Estadual de Educação Ambiental
PI	Projeto Interdisciplinar
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PMEA	Política Municipal de Educação Ambiental
PMGIRS	Programa Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
CNE	Conselho Nacional de Educação

PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPP	Projeto Político Pedagógico
ProFEA	Projeto de Formação de Educadores Ambientais
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
SEAD	Secretaria de Estado da Administração
SEMAR	Sociedade Educacional Marechal Rondon
SESu	Secretaria de Ensino Superior
Sisnama	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SMA	Sistema de Meio Ambiente
SP	São Paulo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
ÚNICA	União da Indústria de Cana de Açúcar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Contribuição do Projeto Interdisciplinar.....	133
Figura 2 – Proposta de Concepção do Projeto Interdisciplinar.....	133
Figura 3 – Formulação e Implantação do Modelo de Projeto Interdisciplinar.....	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Conhecimento sobre o PI.....	87
Gráfico 2 – Visão dos Ingressantes em relação a Educação Ambiental.....	88
Gráfico 3 – Conhecimento para Atuar em Projetos.....	89
Gráfico 4 – Competência para Implantar Projetos.....	90
Gráfico 5 – Nível de Conhecimento sobre Educação Ambiental.....	91
Gráfico 6 – O PI Favoreceu a Formação no Curso de Administração.....	92
Gráfico 7 – Como o PI contribuiu para o processo de Ensino Aprendizagem dos Formandos.....	93
Gráfico 8 – Contribuição do PI para integração dos conteúdos nas disciplinas..	94
Gráfico 9 – Contribuição do PI recebida na formação para a concepção de Educação Ambiental.....	95
Gráfico 10 – Satisfação do PI para a Formação do Profissional em EA.....	95
Gráfico 11 – Aptidão para Atuar em Projetos de EA.....	96
Gráfico 12 – Conhecimento para Implantar Políticas de EA.....	99
Gráfico 13 – Nível de Conhecimento e Habilidades recebidos para a EA.....	100
Gráfico 14 – Faixa Etária dos Professores Respondentes.....	101
Gráfico 15 – Finalidade do PI na Formação Profissional.....	101
Gráfico 16 – Como o PI contribuiu para o processo de Ensino Aprendizagem, na visão do Docentes.....	102
Gráfico 17 – Principais Dificuldades na Aplicação do PI.....	103
Gráfico 18 – Características Promovidas na Proposta do PI das disciplinas.....	104
Gráfico 19 – Contribuição do PI na Formação do Administrador para EA.....	104
Gráfico 20 – Aptidão para Atuar em Projetos de EA.....	105
Gráfico 21 – Conhecimento para Implantar Políticas de EA.....	105
Gráfico 22 – Nível de Conhecimento e Habilidades sobre EA oferecidos nas disciplinas.....	106
Gráfico 23 – Característica sobre Educação Ambiental contida na proposta do PI das disciplinas.....	
Gráfico 24 – Aplicação da Educação Ambiental dentro da proposta do PI.....	

Gráfico 25 – Visão do PI para Ingressantes e a Contribuição para os Formandos	114
Gráfico 26 – Contribuição do PI para o Ensino Aprendizagem.....	115
Gráfico 27 – Contribuição do PI para a Compreensão de características sobre EA.....	117
Gráfico 28 – Nível de Satisfação da Contribuição do PI para a Formação do Administrador em EA.....	119
Gráfico 29 – Aptidão para Atuar em Projetos de EA e Competências para Implantar Políticas de EA.....	120
Gráfico 30 – Nível de Conhecimento Adquirido sobre EA.....	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Movimentos Sociais e suas Contribuições para Educação Ambiental.....	39
Quadro 2 – Instituições de Ensino Superior de Sertãozinho e Cursos Oferecidos.....	60
Quadro 3 – Cursos Superiores de Gestão Ofertados na Cidade de Sertãozinho.....	62
Quadro 4 – Ações e Programas de Educação Ambiental no Município de Sertãozinho.....	72
Quadro 5 – Análise dos PPC's dos Cursos de Graduação em Gestão de Sertãozinho.....	79
Quadro 6 – Formação Recebida pelos Formandos em Relação a Educação Ambiental.....	97
Quadro 7 – Concepção dos Formandos sobre Educação Ambiental.....	98
Quadro 8 – Descrição da Entrevista com o Coordenador de Curso.....	108
Quadro 9 – Ações e Práticas de Educação Ambiental nas Organizações.....	176

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. Justificativa.....	16
1.2. Objetivos.....	22
1.3. Procedimentos Metodológicos.....	23
2. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	31
2.1. Pensamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.....	31
2.2. Movimentos Sociais e Políticas de Educação Ambiental no Brasil.....	37
2.3. Interdisciplinaridade e Gestão Socioambiental.....	50
3. O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO.....	57
3.1. Estrutura Educacional e os Cursos de Gestão na modalidade Presencial	57
3.2. Promoção da Educação Ambiental e Políticas Municipais.....	63
3.3. Ações e Projetos Municipais de Educação Ambiental.....	71
4. PESQUISA SOBRE AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR COM FOCO NOS CURSOS DE GESTÃO NA MODALIDADE PRESENCIAL DO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO.....	76
4.1. Pesquisa Documental nos PPC's - Projetos Pedagógicos de Cursos.....	76
4.2. Contextualização da Pesquisa de Campo: Histórico da Instituição e do Curso.....	81
4.3. Pesquisa de Campo e Coleta de Dados.....	85
4.3.1. Coleta de Dados dos Questionários.....	87
4.3.2. Coleta de Dados da Entrevista.....	107
4.4. Análise e Interpretação dos Dados da Pesquisa de Campo.....	112
4.5. Resultados da Pesquisa.....	123
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
6. REFERÊNCIAS.....	144
Apêndice I – Modelo de Questionários e Roteiro de Entrevista.....	152
Apêndice II – Modelo de TCLE.....	159
Apêndice III – Declaração de Autorização para Pesquisa na FNSA.....	161
Apêndice IV – Carta de Intenções no Processo Seletivo do PPGSS.....	163
Apêndice V – Relato de Experiência Pessoal e Profissional para Qualificação da Tese no PPGSS.....	166
Apêndice VI – Carta do Pedido de Prorrogação de Defesa da Tese do PPGSS.....	170

1. INTRODUÇÃO

A sociedade consumista foi concebida sem preocupações a respeito do uso adequado dos recursos naturais. Este cenário, se confirma não apenas pela alta demanda por produtos, que geralmente são descartáveis, tão pouco, frente ao descaso com os resíduos desse processo, mas sim, pela falta de formação educacional adequada.

Essa formação precisa ser ofertada de tal maneira que possa transformar o cenário atual para uma sociedade mais responsável e preocupada com o futuro e, em consonância com o pensamento de Merico (2009, p. 12), onde “sustentabilidade significa tornar as coisas permanentes ou duráveis através do tempo”. Ainda, de acordo com Alencastro (2015), a humanidade está numa encruzilhada, pois, deve decidir entre permanecer atrelada ao modelo de desenvolvimento que incentiva a produção e o consumismo desenfreado ou buscar uma nova racionalidade, baseada na sustentabilidade e no respeito ao meio ambiente.

Esse respeito representa uma nova ética que, ainda que bem-intencionada, não reconhece a contribuição da natureza e os serviços ecológicos como potencial associativo ao processo econômico, dentro de uma possível racionalidade produtiva alternativa (LEFF, 2006).

Porém, independente da alternativa adotada, uma mudança na concepção da humanidade em relação ao meio ambiente torna-se emergente em todos os níveis educacionais e esferas sociais, para que novas políticas sejam implantadas de caráter interdisciplinar. A Educação Ambiental, por sua vez, deverá ser o princípio norteador das ações humanas e da estrutura social em todos os seus aspectos.

Segundo este pensamento Tenório et al (2006, p. 7), afirmam que os relacionamentos com os diversos públicos serão não apenas salutareos ou simpáticos, mas, substancialmente comprometidos com os efeitos concretos na melhoria da qualidade de vida. Da mesma forma que o diálogo com as diversas áreas do conhecimento é essencial para uma concepção interdisciplinar de Sustentabilidade.

Assim, garantir recursos para as próximas gerações é tornar o mundo sustentável, mas, a própria sociedade precisa ter consciência e atitudes favoráveis. Tal comportamento somente é promovido por meio da Educação Ambiental, porém, mais do que ofertar uma formação profissional, é preciso preparar o sujeito transformando-o em cidadão com competências e habilidades para atuar de forma sustentável em todos os ambientes e papéis sociais.

Neste sentido, Smith (1998, p. 130-131) afirma que:

A cidadania ecológica levará a espécie humana a uma reavaliação fundamental das suas capacidades para agir sobre o meio ambiente. A complexidade, a incerteza e a interconexão crescente de todas as coisas vivas, bem como os sistemas que sustentam a vida das mesmas, tornam a reavaliação das obrigações humanas ainda mais imperativas.

“Nesta visão, a Educação Ambiental se transforma num mecanismo que possibilita criar condições para que, de forma crítica, transformadora e emancipatória, o homem repense suas ações” (GIOMETTI, 2017, p. 20).

Somente a partir de significativas mudanças nos princípios e valores individuais, será possível reconhecer a consciência da preservação ambiental, para que cada pessoa na qualidade de ator social torna-se um agente de transformação, sendo considerado como multiplicador de ações sustentáveis. Portanto, a Educação Ambiental é aplicada como instrumento essencial para a construção de novos valores individuais contribuindo para a evolução do desenvolvimento social.

Para Zouvi e Albanus (2013), a educação tem poder de promover uma grande mudança para o futuro do planeta, tendo em vista que, a educação forma tanto o povo quanto seus líderes, assim, o homem chegará a ser agente de transformação através da reflexão sobre seu ambiente concreto e quanto mais ele reflete sobre a realidade, sobre a sua própria situação concreta, mais se torna progressivo e gradualmente consciente, comprometido a intervir na realidade para mudá-la, sendo este um dos papéis da Educação Ambiental.

1.1. Justificativa

Pode-se considerar que o movimento ambiental iniciado na metade do século XX, trouxe à tona, a necessidade de um olhar mais específico sobre a relação homem e natureza, que sob o viés da sustentabilidade promova um desenvolvimento de soluções para uma harmonia entre produção, consumo e sociedade.

Esse novo olhar foi preciso, pois:

As primeiras que surgiram em uma época em que os problemas ambientais eram de pequena expressão, em virtude das reduzidas escalas de produção e das populações comparativamente menores e pouco concentradas. As exigências ambientais eram poucas e a fumaça das chaminés era o símbolo de progresso, apregoada orgulhosamente na propaganda de diversas indústrias (DONAIRE, 2009, p. 36).

De acordo com Barbieri (2011) e Giometti (2017), a partir de 1970 começaram a surgir em vários países políticas governamentais que procuravam tratar as questões

ambientais de modo articulado, a fim de introduzir uma abordagem preventiva. Levando em consideração esta concepção, observa-se que a preocupação com a preservação ambiental e com a Sustentabilidade atualmente é tema de grande repercussão, tanto que provocou o surgimento de diversas políticas com o objetivo de garantir a transformação de uma sociedade mais responsável com os recursos naturais.

Corroborando com essa discussão Brasil (2012) *apud* Zouvi e Albanus (2013, p. 17) relatam que:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos, para expandir as bases de uma opinião pública bem informada e propiciar uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades, inspirada no sentido de responsabilidade quanto à proteção e melhoria do meio em toda sua dimensão humana.

Assim, mesmo frente às preocupações tardias que surgiram a partir da década de 70 sobre meio ambiente e se efetivaram em políticas no mundo todo, o processo educacional só produziu ações favoráveis nas décadas seguintes, após o surgimento de legislação específica, quando as instituições de ensino foram obrigadas a ofertar conteúdos que abordassem a Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades educacionais, como é o caso na Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999; ALMEIDA, 2009; DANDARO, 2015; GIOMETTI, 2017).

A partir desse momento foi possível aprimorar os modelos educacionais, pelo menos no que diz respeito à conscientização, competências e habilidades, pois as políticas de meio ambiente, foram institucionalizadas em leis federais e estaduais propondo sua implantação nos currículos de todos os níveis de ensino. Mas, a efetividade dessa institucionalização deve ser colocada em prática de forma estratégica para contribuir com o processo de ensino aprendizagem, sem grandes alterações das propostas pedagógicas, seus objetivos e finalidades já existentes no modelo de educacional presente. Para tanto, algumas estratégias pedagógicas tornam-se essenciais para cumprir a exigência das políticas de Educação Ambiental com vistas à formação humana e profissional.

Ainda, justifique-se que o interesse pelo tema da pesquisa também possui caráter pessoal e profissional, especificamente pela atuação exercida no ensino superior ao longo de quase duas décadas, servindo a educação no sentido de cumprir as políticas e exigências legais, no que tange a necessidade de atender as questões étnicas raciais, direitos humanos, inclusão e desenvolvimento sustentável nos projeto

pedagógicos; provocaram interesses profundos nesta pesquisa, na busca de soluções estratégicas para o atendimento efetivo, bem como, na promoção de uma reprodução prática de tais exigências nos ambientes sociais.

Diante deste contexto, diversas são as possibilidades para a oferta de conteúdos sobre Educação Ambiental nos currículos, agregando processos, métodos e projetos específicos como ferramenta para potencializar o ensino e suprir a lacuna na formação profissional, esquecida durante muitos anos.

Seguindo este pensamento, Carvalho *et al.* (2016) relatam que atualmente a Educação Ambiental deve constar nos currículos de todos os níveis de ensino e em programas direcionados à comunidade universitária, como elemento permanente e essencial da educação nacional, pois, conforme a Política de Meio Ambiente, definida por meio da Lei 6.983/81 e da Política Nacional de Educação, publicada pela Lei 9.795/99, ambas apresentam como princípios básicos da Educação Ambiental, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. As referidas leis fomentam que a dimensão ambiental precisa ser abordada em todos os currículos e níveis de formação.

Estas políticas preveem que as questões sobre meio ambiente, que tratam de Preservação de Recursos Naturais, Sustentabilidade, Educação e Gestão Ambiental sejam trabalhadas em conteúdo dentro dos currículos, a partir de disciplinas, componentes curriculares ou projetos, sendo estes ofertados das mais diversas possibilidades, porém, existem algumas dificuldades a serem vencidas.

Neste sentido, Springett (2005), afirma que a introdução da Educação Ambiental nos currículos formais, como instrumento que estimule os indivíduos à reflexão e à ação acerca dos desafios da preservação e Gestão Ambiental, não tem se mostrado uma tarefa simples. Ainda, os currículos tradicionais apresentam desafios na sua estrutura em termos de organização de assuntos que possibilitem uma aprendizagem mais aprofundada, voltada também para os anseios sociais.

Mas, como operacionalizar a Educação Ambiental incorporando-a ao projeto pedagógico e adequando-a a realidade local da comunidade escolar? Tal questão, deve ser encarada com a visão da complexidade do assunto sobre o aspecto ambiental, as interações entre ambiente, cultura e sociedade, o caráter crítico, político, interdisciplinar, contínuo e permanente (MELLO; TRAJBER, 2007). Porém, além

dessas questões, existem aspectos da educação, ou seja, algumas especificidades, que podem ser desenvolvidos em cada nível e modalidade de ensino.

Nesta linha de raciocínio, entende-se que a Educação Ambiental se torna um instrumento adequado para atender as exigências políticas, vencer os desafios curriculares e garantir um processo de ensino aprendizagem satisfatório.

Portanto, a discussão em torno da Educação Ambiental torna-se cada vez mais necessária na formação do indivíduo e na continuidade deste processo a fim de promover uma boa qualidade de vida para o ser humano e garantir a continuidade dos recursos naturais disponíveis (CASTRO NETO, 2011).

Giometti (2017, p. 56), discorre que:

Não obstante, a questão ambiental gera uma ampla discussão devido ao seu caráter dinâmico e abrangente presente nas mais diversas esferas e instituições, tanto nas matérias de educação formal quanto nos meios de comunicação em massa e em diversas organizações.

Essa perspectiva abre espaço para que um diálogo interdisciplinar, multifuncional e socialmente compartilhado seja promovido, não apenas de caráter teórico, mas, sobretudo, que seja efetivado em ações práticas dentro dos ambientes de atuação de cada pessoa, tanto pessoal como profissional, promovendo um cenário de desenvolvimento socioambiental.

Assim, pode-se entender que a Educação Ambiental no Brasil não restringe seu olhar apenas à proteção e uso sustentável de recursos naturais, pois esta também, assume uma perspectiva mais abrangente, incorporando fortemente a proposta de construção de sociedades sustentáveis, abrangendo a educação em sua complexidade e plenitude (GOMES, 2016).

Essa concepção está presente nas diversas leis e políticas que foram sendo elaboradas e, de forma, vagarosa está sendo colocada em prática. Destaca-se a partir da institucionalização da Educação Ambiental na Constituição Federal, novos avanços foram conquistados.

Giometti (2017, p. 66) considera que:

a Constituição deu o devido destaque para as questões ambientais. É uma legislação moderna e avançada em relação aos demais países, mesmo comparada aos mais desenvolvidos, pois estabelece o direito das “futuras gerações”, mostrando a responsabilidade da geração que em nossos dias ocupa o território brasileiro. A dimensão preventiva da Educação Ambiental não pode ser esquecida e deve ser adotada como importante aliada para se atingirem os objetivos da lei. A partir daí, as Constituintes Estaduais também passaram a incorporar, em seus textos, a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

Mas é preciso articular de forma eficiente as políticas ambientais, as propostas pedagógicas e os agentes de transformação que farão parte do processo de Educação Ambiental, para que a real transformação do sujeito para o exercício da cidadania ecológica, seja praticada de forma satisfatória em prol da sustentabilidade.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como proposta analisar a aplicação da Educação Ambiental no contexto do Ensino Superior da Cidade de Sertãozinho, especificamente, sobre os mecanismos pedagógicos utilizados pelos Cursos de Graduação na área de Gestão, buscando soluções interdisciplinares para que as questões relacionadas a preservação e conservação do meio ambiente estejam inseridas nas competências e habilidades desses profissionais, possibilitando uma aplicação prática como forma de promoção do desenvolvimento socioambiental.

Para Barbieri e Silva (2011), as Instituições de Ensino Superior possuem importante responsabilidade na promoção da Educação Ambiental, pois além de promover a construção de novos conhecimentos, também estão presentes nos princípios e diretrizes do desenvolvimento sustentável, como por exemplo no Seminário de Belgrado em 1975, que recomenda o desenvolvimento de programas de EA – Educação Ambiental para alunos de nível superior; a Conferência de Tbilisi em 1977, que refere-se sobre a necessidade de formação de profissionais específicos, como engenheiros, administradores, economistas, entre outros que exercem grande influência nas atividades ao meio ambiente, e, à necessidade de criar programas pós-universitários para especialistas que atuam nas diversas áreas como gestão e educação.

Pois,

No contexto atual, verifica-se um posicionamento das organizações no sentido de inserção da variável ecológica em sua política de atuação, em face das pressões do mercado, provocando mudanças positivas não só no ambiente da empresa como no meio externo, afetando a comunidade, funcionários, fornecedores, etc. Expande-se a idéia de responsabilidade social da empresa e a necessidade de adequação e mudanças de valores (TEIXEIRA; TEIXEIRA, 2006, p.16).

Para tanto, torna-se prioritário que a formação profissional ofertada no ensino superior garanta competências e habilidades para que os alunos, futuros gestores, possam ser multiplicadores do processo de gestão socioambiental sob o prisma da sustentabilidade.

Dessa forma, o estudo também pretende auferir a relação entre a informação que os estudantes possuem sobre as questões ambientais e a capacidade de as compreender como aspetos relevantes para a vida individual e seus reflexos sociais, uma vez que o gestor é detentor de recursos oriundos do ambiente natural, sendo responsável por sua vez, pelo desenvolvimento sustentável.

Toda essa interrelação entre educação, políticas públicas, estratégias pedagógicas, modelos de gestão, competências e habilidades promovidas pela pesquisa, poderá elucidar novas soluções que de forma interdisciplinar, venha a contribuir para a inserção da Educação Ambiental nos Cursos de Graduação da área de Gestão.

Teixeira e Teixeira (2006) argumentam que, com base nas novas exigências de profissionalização requeridas pelo mercado, percebe-se que os cursos da área de Gestão devem adotar uma nova proposta de formação profissional e de ensino-aprendizagem para a consolidação do perfil generalista, multidisciplinar e polivalente, considerando principalmente as mudanças organizacionais e ambientais.

Esse diálogo com o ambiente permeia obrigatoriamente o estudo das relações sociais e suas decorrências entre o homem, a natureza e os processos produtivos e reprodutivos.

Tais considerações justificam o vínculo na linha de pesquisa “Estado, Políticas Sociais e Serviço Social”, pois o trabalho pretende abordar a posição do Estado frente à concepção e promoção do desenvolvimento sustentável, das políticas de ensino e da Educação Ambiental, fazendo uma análise de como esta temática produz reflexos na sociedade. Sobre o eixo de pesquisa “Educação Ambiental, Gestão Socioambiental e Sustentabilidade Socioambiental”, entende-se que este é essencial para garantir a sustentabilidade do planeta, tem grande responsabilidade com o futuro da nação e, principalmente, com o Desenvolvimento Social.

Contudo, verifica-se que a proposta de pesquisa está alinhada com as diretrizes do Programa de Doutorado em Serviço Social, e que irá contribuir para uma educação superior inovadora e uma sociedade mais consciente sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, entendida como um processo de Gestão Socioambiental.

Como resultado, espera-se encontrar um cenário educacional em processo de construção de saberes e de desenvolvimento de metodologias específicas para a aprendizagem sobre a oferta de conteúdos relacionados à Educação Ambiental, pois

mesmo que os Cursos de Graduação do município atendam às exigências legais e políticas vigentes, estas questões podem não estar sendo trabalhadas da forma mais adequada, frente às diversas estratégias pedagógicas e processos de aprendizagem existentes, possibilitando assim, a concepção e a utilização de propostas inovadoras.

1.2. Objetivos

Com a pesquisa, pretende-se investigar algumas indagações sobre a necessidade da aplicação da Educação Ambiental como eixo formador de competências e habilidades.

Mas, como operacionalizar a Educação Ambiental incorporando-a ao projeto pedagógico e adequando-a a realidade local da comunidade escolar? Assim busca-se, analisar como as questões acerca da Educação Ambiental estão inseridas nos cursos superiores de graduação presenciais na área de Gestão das Instituições de Ensino da cidade de Sertãozinho-SP e sua aplicação prática em atendimento as políticas públicas.

Todo trabalho de pesquisa deve ter propostas claras e objetivas, e, estas, perfazem a meta estratégica a ser atingida, denominada como objetivo geral. Porém, gradualmente serão alcançados dados, que transformados em informações, irão gerar novos saberes dentro do contexto estratégico, obtidos por sua vez em etapas previamente definidas, conhecidas como objetivos específicos.

Assim, os objetivos específicos precisam ser definidos para uma condução da pesquisa, portanto, são apresentados a seguir, uma vez que a Educação Ambiental deverá permear todos os espaços geográficos e sociais. Neste estudo, ressalta-se que a Cidade de Sertãozinho também demanda de um contexto educacional que priorize a formação de profissionais com viés para o desenvolvimento sustentável. Portanto, com um olhar mais específico sob o prisma da formação profissional na área de gestão ofertada pela Educação Superior, quais serão as ações práticas no que tange a Educação Ambiental?

Tal investigação necessita de estudos que serão realizados em blocos de conhecimentos, que ao serem construídos, lapidam o saber de uma determinada ciência, aplicada em uma realidade específica. Essa busca é direcionada pelas questões definidas nos objetivos gerais e específicos do trabalho.

Essa pesquisa tem como objetivo geral, conhecer e analisar as formas de aplicação da Educação Ambiental nos Cursos de Graduação na área de Gestão,

ofertados na modalidade presencial pelas 4 (quatro) Instituições de Ensino Superior de Sertãozinho-SP e suas contribuições na formação de profissionais, que atuam como agentes de transformação, frente à oferta de projetos, programas e serviços que contribuem para o Desenvolvimento Socioambiental do Município.

A pesquisa tem com proposta investigar essa realidade no período de 2017 a 2020, obtendo assim, um espaço temporal adequado para que os objetivos específicos sejam cumpridos.

Para atender essa proposta, alguns objetivos específicos serão gradualmente atingidos, a saber:

- Analisar a evolução histórica e seus reflexos nas Políticas de Educação Socioambiental em relação a efetividade no contexto educacional;
- Identificar o cenário da Educação Ambiental na cidade de Sertãozinho-SP com foco sobre as propostas pedagógicas, no que tange aos Cursos Superiores na área de Gestão e na modalidade presencial;
- Diagnosticar como a Educação Ambiental é aplicada aos Cursos de Graduação da área de Gestão, ofertados na modalidade presencial, na cidade de Sertãozinho-SP, examinando criticamente os PPC dos Cursos que apresentaram a concepção da Educação Ambiental, Sustentabilidade ou Desenvolvimento Socioambiental; e
- Apresentar uma proposta de aplicação da Educação Ambiental a partir de um modelo de Projeto Interdisciplinar.

1.3. Procedimentos Metodológicos

O trabalho foi realizado a partir de levantamento bibliográfico de caráter exploratório, seguido de pesquisa documental e de campo, com aplicação de questionários e entrevistas de nível descritivo a partir da abordagem qualitativa e quantitativa.

Este modelo de pesquisa, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), reflete tanto estudos exploratórios, quanto descritivos com o objetivo descrever determinado fenômeno. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e qualitativas, quanto a acumulação de informações detalhadas, bem como a descoberta de seus efeitos potenciais.

No sentido de garantir esses preceitos e a veracidade da pesquisa, será utilizada para análise dos dados as abordagens quantitativa e qualitativa. Estas

abordagens referem-se ao conjunto de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas (SEVERINO, 2007), que para esta pesquisa serão norteadas por conhecimentos da área de Educação Ambiental e Gestão Socioambiental.

Para Minayo (1993, p. 626), a abordagem qualitativa possibilita um estudo entre o sujeito e objeto proporcionando:

[...] uma construção científica que leva, por sua vez, à necessidade de um esforço metodológico, mas que garante a objetivação, ou seja, a produção de uma análise a mais possível sistemática e aprofundada e que minimize as incursões do subjetivismo, do achismo e do espontaneísmo.

A autora ainda completa que o objetivo principal da análise qualitativa é compreender no sentido de exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total.

A abordagem qualitativa gera um grande volume de dados que podem ter sido coletados via documentos, entrevistas, relatos, observações, filmagem entre outros, que estarão no formato de textos, sons, imagens e, portanto, precisarão ser organizados e tratados de forma a gerar informações confiáveis sobre o que você pesquisou (KLEIN et al, 2015).

Assim, os pesquisadores que utilizam a metodologia qualitativa entendem que seus trabalhos são pautados no estudo do comportamento humano, que é demasiadamente complexo e de caráter essencialmente interpretativo. Na pesquisa qualitativa são várias as técnicas de coleta de dados, uma delas é através de entrevistas abertas por darem total liberdade ao sujeito.

Esta utiliza dados descritivos, discurso dos sujeitos, documentos pessoais, notas de campo, amostras intencionais de número reduzido e não representativas estatisticamente; a relação com os sujeitos é empática, o contato é intenso e há uma relação de confiança.

Já sob o prisma da abordagem quantitativa, Chizzoti (2003, p. 222), dispõe que:

[...] esta recorre à quantificação como única via de assegurar a validade de uma generalização, pressupondo um modelo único de investigação, derivado das ciências naturais, que parta de uma hipótese-guia, só admita observações externas, siga um caminho

indutivo para estabelecer leis, mediante verificações objetivas, amparadas em frequências estatísticas.

A pesquisa quantitativa tem como objetivo encontrar fatos, descrevê-los estatisticamente e encontrar relações entre variáveis, apresentando dados contáveis, medidos e analisados estatisticamente para comprovar a validade do estudo. As amostras amplas, estratificadas, precisas e aleatórias são delineadas para diminuir a chance de erro, a relação com os sujeitos da pesquisa é distante e de curta duração.

Klain et al (2015), dizem que os dados quantitativos são aqueles que originalmente estão na forma numérica como valores monetários, taxas, quantidades em geral, etc. e também aqueles coletados por meio de questões fechadas em questionários e convertidos em dados, indicadores e índices numéricos. Dados quantitativos são analisados por meio de técnicas estatísticas que podem ser descritivas (quantidades, frequências, médias e outras), comparativas, classificatórias e outras.

Enquanto o método quantitativo mensura o objeto, o método qualitativo mensura suas categorias e atributos, tais como: qualidade, relação, ação, paixão, dor, amor, hábitos, atitudes, prazer e preferências, entre outras variáveis. Assim, este método possibilita ir além da interpretação da pesquisa de cunho social, que se enquadra perfeitamente na necessidade desta pesquisa.

Do ponto de vista qualitativo e quantitativo, a abordagem dialética hermenêutica atua em nível dos significados e das estruturas, entendendo estas últimas como ações humanas subjetivas, mas, com significados. Ao mesmo tempo, tenta conceber todas as etapas da investigação e da análise como parte do processo social analisado e como sua consciência crítica possível. Assim considera os instrumentos, os dados e a análise numa relação interior com o pesquisador (MINAYO, 1993).

A mesma autora confirma que a hermenêutica se move entre os seguintes termos: compreensão como a categoria metodológica mais potente no movimento e na atitude de investigação; liberdade, necessidade, força, consciência histórica, todo e partes, como categorias filosóficas fundantes; e, significado, símbolo, intencionalidade e empatia como balizas do pensamento. A dialética, por sua vez, é desenvolvida por meio de termos que articulam as ideias de crítica, de negação, de oposição, de mudança, de processo, de contradição, de movimento e de transformação da natureza e da realidade social.

Na intenção de propor os objetivos gerais deste trabalho buscou-se, num primeiro momento, fundamentar-se no método dialético, pois “[...] para a dialética não há nada de definitivo, de absoluto, de sagrado” (ENGELS *apud* POLITZER, 2001, p. 202).

Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca [...] é contrário a todo conhecimento rígido [...], tudo é visto em constante mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que desagrega, se transforma (ANDRADE, 1999, p. 114-115).

Para tanto, a Tese de pesquisa está organizada em três etapas, a saber:

- 1ª Etapa: levantamento bibliográfico exploratório utilizando livros, artigos científicos, dissertações, teses, relatórios de pesquisa, materiais didáticos especializados e documentos específicos como leis, decretos, regulamentos, entre outros, obtendo dados secundários de fontes acadêmicas e não acadêmicas;

- 2ª Etapa: pesquisa documental de caráter descritivo com análise de conteúdo, do teor sobre Educação Ambiental contido nos PPC - Projetos Pedagógicos dos Cursos superiores da área de gestão, ofertados na modalidade presencial na cidade de Sertãozinho, obtendo dados secundários;

- 3ª Etapa: Pesquisa de campo em forma de estudo de caso, também de nível descritivo com aplicação de questionário com questões semiabertas, junto aos professores, alunos ingressantes e formandos de um curso de graduação na modalidade presencial, de uma das Instituições de Ensino Superior do município de Sertãozinho e, entrevista semiestruturada, com o Coordenador de Curso.

Para esta última etapa, a escolha se dará a partir da análise descritiva dos PPC dos Cursos, sendo identificado aquele que contenha mecanismos mais atrativos e completos no que tange a concepção da Educação Ambiental ou Desenvolvimento Socioambiental, frente aos objetivos propostos na formação de futuros profissionais.

A análise descritiva:

tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas de coleta de dados (GIL, 2010, p. 58)

A coleta de dados na pesquisa de campo, foi realizada por meio de questionários com questões fechadas e semiabertas e roteiro de entrevistas, uma vez que tais instrumentos já foram aprovados pelo CEP – Comitê de Ética e Pesquisa da

UNESP de Franca e disponíveis no Apêndice I. Assim, os dados coletados serão analisados com subsídio da estatística descritiva, que favorecerá a interpretação.

Gil (2010), defini questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoa com a finalidade de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores e comportamentos como é o caso desta pesquisa.

As questões classificadas como semiabertas, ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões, possibilitando investigações mais profundas e precisas. Já as questões fechadas, com duas opções, também denominadas como limitadas ou alternativas fixas, são aquelas que o informante, escolhe sua resposta entre duas opções: sim e não (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Porém, no intuito de aprofundar a investigação, pretende-se realizar entrevista com o coordenador do curso, dentro do período previsto da pesquisa, para compreender sua visão sobre a EA e as expectativas depositadas do PPC do Curso sob sua coordenação.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 178) “a entrevista é um encontro de duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Pode-se entender que a entrevista é de tal natureza, pois foca um tema específico. Assim o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, o entrevistado esforça-se para sua retomada ao foco específico (GIL, 2010).

Portanto, a entrevista terá como apoio um roteiro com tópicos relativos ao problema de pesquisa, mas, com liberdade de fazer perguntas sondando as razões do estudo, oportunizando em todas as etapas da pesquisa uma dialética reflexiva.

Diniz e Silva (2008), consideram que a dialética pode orientar a reflexão crítica do mundo quando o pesquisador começa a interrogar-se sobre o que está por trás da aparência dos fenômenos. A verdade não aparece, ela está escondida nos não ditos dos interditos das relações sociais.

Com esse método, a investigação da pesquisa poderá desvendar os reais axiomas frente ao objeto e o objetivo da pesquisa, proporcionando reflexões mais próximas à realidade do contexto estudado.

Exercitar o raciocínio dialético é procurar respostas em situações que aparecem como dadas, como naturais quando de fato foram naturalizadas por uma visão de mundo que atende aos interesses de quem domina (classe social), procurando por meio dos canais (escola, meios de comunicação, família e outros) disponibilizados na vida social imprimindo sua visão como sendo a visão do coletivo (DINIZ; SILVA, 2008, p. 11).

Finalizadas as etapas de pesquisa sugeridas e com os dados coletados, será possível analisá-los sob a ótica das abordagens qualitativa e quantitativa.

Sobre a análise de conteúdo, esta será aplicada aos PPC - Projetos Pedagógicos de Cursos, para identificar como as propostas pedagógicas se formalizam frente à necessidade de abordar a Educação Ambiental.

Marconi e Lakatos (2010), afirmam que na pesquisa documental a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias, podendo ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse, o que facilita fazer uma reflexão acerca das intencionalidades propostas em determinados documentos, pois estes servem de diretrizes para o comportamento social (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Pode-se compreender que o PPC, dispõe de políticas em forma de conteúdos que norteiam as ações das pessoas, neste caso, alunos, professores, coordenadores e a comunidade acadêmica em geral. Assim, ao analisar os PPC's dos Cursos de Graduação ofertados na modalidade presencial, poderá ser identificado como a Educação Ambiental é concebida.

Nesta perspectiva, Bardin (1977) define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A escolha deste método de análise se faz necessário pela necessidade de ultrapassar as incertezas consequentes das hipóteses e pressupostos, pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem (CAVALCANTI et al, 2014).

Essa análise, aplicada aos PPC's dos cursos, a partir de uma reflexão crítica, irá apontar pistas sobre a existência ou não de ações pedagógicas sobre Educação Ambiental nos referidos cursos.

Oliveira (2008), afirma que a análise de conteúdo possui diferentes técnicas que podem ser abordadas pelos pesquisadores. Isto dependerá da vertente teórica seguida pelo sujeito que a aplicará. Assim podem ser sintetizadas as várias técnicas, sendo que uma opção é a análise temática ou categorial, escolhida como técnica para ser aplicada aos PPC's. A utilização da análise categorial como técnica, está associada a abordagem hermenêutica, facilitando o processo de análise de conteúdo.

Para tanto, as categorias definidas para análise dos PPC's visam encontrar algumas políticas previstas no teor dos textos como:

- a) Identificar que o PPC cita as legislações pertinentes, em especial a PNEA;
- b) Analisar se o PPC apresenta ações de Educação Ambiental de forma interdisciplinar, transdisciplinar e/ou multidisciplinar;
- c) Avaliar a existência de disciplinas específicas com viés em EA e se o tema é contido em outros componentes curriculares;
- d) Diagnosticar se há projetos pedagógicos ou trabalhos acadêmicos com linhas de pesquisas que promovem a investigação em EA.

Assim, a análise de conteúdo irá elucidar as intenções formalizadas da Educação Ambiental no PPC para que, posteriormente, possam ser confrontadas com os dados da pesquisa de campo e, também com a pesquisa bibliográfica.

Os procedimentos metodológicos utilizados, complementam tanto o levantamento de dados teóricos de literaturas atuais, quanto ações práticas realizadas na temática Educacional Ambiental, passando pela coleta de dados em campo e pela análise documental, envolvendo as 4 (quatro) Instituições de Ensino de Sertãozinho-SP (sendo duas particulares e duas públicas) que ofertam cursos de graduação, na área de Gestão e na modalidade presencial.

O texto foi estruturado em quatro capítulos, sendo que a Introdução é o primeiro capítulo, que aborda a contextualização e apresenta além da justificativa da pesquisa, o objetivo e os procedimentos metodológicos, com intuito de entender os caminhos percorridos com um diálogo articulado entre os autores e a pesquisa de campo.

O segundo capítulo faz menção aos Fundamentos Históricos da Educação Ambiental, aborda os movimentos sociais no que tange a concepção do pensamento ambiental e o desenvolvimento sustentável, apresentando um cronograma histórico

dos movimentos sociais e a criação de políticas de Educação Ambiental no Brasil, seguido de propostas interdisciplinares como estratégia pedagógica para o incentivo e promoção da Gestão Socioambiental.

O capítulo terceiro com o título, O Cenário da Educação Ambiental no Município de Sertãozinho, faz uma imersão sobre o cenário da Educação Ambiental no município de Sertãozinho, refletindo sobre a Estrutura Educacional e os Cursos de Gestão de Nível Superior na modalidade Presencial. Ainda, discorre sobre a articulação para a promoção das políticas municipais de Educação Ambiental, bem como destaca pontualmente as Ações e Projetos desenvolvidos junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente em parceria com escolas, outras cidades e órgãos específicos.

O último e quarto capítulo intitulado, Pesquisa sobre as Práticas de Educação Ambiental no Ensino Superior com foco nos Cursos de Gestão Presencial do Município de Sertãozinho, trata-se de uma pesquisa de campo realizada junto a um Curso de Graduação, ofertado na modalidade presencial na área de Gestão de uma Instituição de Ensino Superior, investigando sobre a promoção de Projeto Interdisciplinar de Educação Ambiental e suas contribuições acerca do desenvolvimento de competências e habilidades aos futuros profissionais, como forma de reprodução de ações ambientais nos espaços sociais, sendo que seus resultados são registrados no item de Considerações Finais.

2. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O elemento central desse contexto, sem dúvida, é o meio ambiente, que durante muitos anos ficou esquecido para que o desenvolvimento econômico, norteado pela produção de bens e serviços pudesse ser prioridade em uma sociedade com poucas perspectivas futuras. Assim, este capítulo faz uma retomada histórica sobre a evolução do pensamento ambiental no mundo, com destaque na concepção das políticas públicas concebidas no Brasil, bem como aborda a interdisciplinaridade como estratégia para a promoção da Educação Ambiental.

2.1. Pensamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

A sociedade moderna, não buscou em sua base histórica, política e social, princípios fundamentais de como garantir um equilíbrio entre o homem e a natureza, como pode-se verificar em algumas literaturas.

Percebe-se que alguns textos clássicos, contribuíram para a construção de conhecimento acerca do pensamento ambiental, trazendo à tona em um cenário histórico contemporâneo sobre a relação do homem - natureza, demonstrando sua ação e seus reflexos ao ambiente. Assim, as obras de Chauí (1995; 2003), Espinosa (1957), Kant (1980; 1995; 2003; 2005) e Leff (2001; 2003; 2006), contribuem para tecer uma percepção frente aos desafios atuais, possibilitando uma análise do contexto político, econômico e social.

Para tanto, Forrest (1997), afirma que muitas das políticas ocorridas no passado, ainda apresentam impactos na atualidade, e no caso da Educação Ambiental, percebe-se que este pensamento é efetivado por meio das relações econômicas, seja pela extração de recursos ou pela força humana utilizada no trabalho, oriundo de um processo capitalista que se encontra vigente.

Tanto a manipulação de recursos como do trabalho operário, ambos estão interligados de forma a produzir reflexos negativos para a sociedade, uma vez que esta não dispõe de políticas equitativas para manter uma harmonia civilizatória e uma distribuição adequada, pois o capitalismo é a corrente condutora da formação da nação.

De acordo com Génèreux (1998), o progresso tecnológico foi concebido a partir da integração do trabalho assalariado e produção industrial em alta escala, mas, esse processo está longe de suprir a demanda por emprego e, principalmente, a

necessidade de inclusão da Educação Ambiental nas ações humanas, visto que houve a ausência de valores éticos sociais para com o meio ambiente.

A literatura clássica apontada anteriormente irá corroborar para esta análise, permitindo uma investigação sobre os efeitos ambientais e suas decorrências, desvendando que o cenário político econômico tem sua parcela de responsabilidade.

A falta de emprego hoje não é mais o objeto de uma marginalização provisória, ocasional que atinge apenas alguns setores, mas, é um fenômeno ocorrido em todas as sociedades. Pois, pior que a exploração do trabalho é a ausência do próprio trabalho, que torna o homem inútil.

Sob este pensamento, Forrester (1997, p. 17) diz que:

Não podemos ignorar que ao horror nada é impossível, que não há limites para as decisões humanas. Da exploração a exclusão, da exclusão a eliminação, ou até mesmo a algumas inéditas explorações desastrosas, será que essa consequência é impensável?

Tal indagação poderá ser compreendida pelos autores clássicos, sob uma perspectiva de Génèreux (1998), onde a falta de políticas permite que uma sociedade seja injusta, a ponto de desfavorecer a maioria da população.

Assim, Forrest (1997), indica que as consequências desastrosas vinculadas à exploração econômica não foram previstas, porém, Génèreux (1998) afirma o contrário, alegando que de fato a pobreza, o desemprego e a exclusão social não constam nas leis da economia, mas sim, nas leis dos homens em forma de políticas, tanto pela estratégia de poder dos governos em parceria com as grandes corporações como pela aceitação dos cidadãos, pelo silêncio, pela incapacidade de reação, de se fazer outras escolhas.

Espinosa (1957), precursor da ética e da Educação Ambiental, junto com outros autores clássicos, desafiou as pressuposições ortodoxias do seu tempo com um pensamento holista, preocupado, sobretudo com a denúncia da servidão e a proposição de uma ética baseada na liberdade e na alegria, tomada como potência do ser. Seu pensamento renovador o torna muito próximo dos problemas ecológicos contemporâneos, contribuindo com pistas importantes para uma ética ambiental que seja também a libertação de todas as tiranias entre os humanos e na relação dos humanos e a natureza. O Autor entende que o sujeito humano se submete à servidão porque é triste, o que o deixa vulnerável à tirania do outro, em quem ele deposita a

esperança de felicidade. Com essa convicção, denuncia a utilização política das paixões tristes pelos tiranos, especialmente a esperança, a humilhação e o medo.

Pode-se entender, que essa reflexão está em consonância com o apresentado pelos autores Forrest e Génèreux, no que diz respeito ao estado de servidão imposto à natureza pelos homens, o que está gerando a degradação de ambos, decorre de nossa própria condição de passividade e de submissão do qual a sociedade precisa sair para promover boas relações com o homem e o meio ambiente.

Para melhor elucidar toda essa transformação social, faz-se necessário perfazer os conceitos teóricos de impactos ambientais, o desenvolvimento do papel da sociedade por meio do relacionamento individual e coletivo, sustentado pela educação. Essa perspectiva é abordada pelos autores modernos como Sánchez (2008), que perfaz este cenário de forma a elencar os tipos de impactos que o meio ambiente sofreu. Já Alencastro (2015), aborda a ética como valorização do homem e do meio ambiente para a sustentabilidade; seguido de Barbieri (2005; 2011; 2012) e Tachizawa (2010 e 2012), que tratam da responsabilidade dos indivíduos e das organizações a partir da educação e formação profissional adequada, em consonância com as recomendações éticas de Alencastro (2009), e complementado por Almeida (2009), que discorre sobre os desafios da sustentabilidade.

Porém, ainda, como complemento desse processo histórico sobre o ambiente, adota-se Kant como outro autor clássico, cujo seu pensamento apresenta profundas implicações para a Ética Ambiental e a Educação Ambiental, afirmando que há duas espécies de juízos reflexivos: 1) os juízos de gosto; 2) os juízos teleológicos voltados, principalmente, para organismos biológicos. Os dois juízos (de gosto e teleológico) são importantes para a Educação Ambiental, pois ambos são animados pelo sentimento de vida. Esta percepção é responsável pelos sentimentos do prazer ou desprazer. Toda a Crítica do Juízo está “centrada no princípio de vida como ideia articuladora de um organismo”. A Crítica do Juízo é fundamental para compreendermos como podemos chegar a uma apreciação estética da natureza e, é justamente através do juízo do gosto, no sentido de que os seres humanos aprendem a “amar a natureza e a vida e, portanto, a cuidar dela”. Através do prazer estético o ser humano sente-se bem no mundo e isso faz com que ele cuide da natureza.

Este conhecimento é importante no contexto da Educação Ambiental brasileira, pois temos visto que o valor econômico do ambiente quase sempre se impõe sobre outros valores, como, por exemplo, o estético. Uma apreciação estética e moral da

natureza descentra o eixo econômico como único valor de “apreciação” da natureza, corroborando mais uma vez com o proposto por Forrest e Génèreux.

Forrester (1997), expõe sua indignação ao constatar que em verdade, o grande privilegiado nessa busca é o lucro, ainda que veladamente, ainda que mantido em segredo, sob a égide da invisibilidade. Pois, a proeminência da esfera econômica na composição social, pressupõe o assentamento e as interações sociais a partir do trabalho e do emprego, e hoje, para existir na sua forma capitalista, a economia descola-se do social, de sua base produtiva, mas tenta enfeitiçar aqueles que mantêm ligação com os elos do mercado, seus fiéis agentes consumidores.

Nesse mesmo estado de impotência, as políticas entram em pane com demasiada frequência, provando mais uma vez que a crise não apenas da economia, mas sobretudo, da vontade política, da coragem política, do debate político, da informação política, do compromisso político, da luta política, ou seja, uma crise democrática (GÉNÉREUX, 1998).

Como caminho solucionador, verifica-se que a política é a culpada dessa evolução baseada na exploração de recursos alicerçado na busca do lucro, pois não há manifesto espaço para o diálogo democrático, apenas um maior poder aos governantes sob a formulação de novas regras que protegem a elite dominante.

Neste sentido, mais uma vez a economia desenfreada e a política passiva são vistos como condutores que canalizam todos os efeitos decorrentes ao ambiente, trazendo à tona um questionamento sobre quais os mecanismos que serão necessários para combater essa crise, e manter um ambiente saudável sob o prisma da busca por um desenvolvimento socioambiental satisfatório?

Assim, no que tange os objetivos da economia, Forrest (1997), afirma que a prioridade vai então para o lucro, e, só depois de garantida a deduzida parte dos negócios (exigidos pela regra do mercado) é que são levados em conta outros setores, entre os quais o bem-estar social.

Essa superposição econômica não pode prevalecer quando se busca um cenário socioambiental, o que remete e induz a educação ao papel primordial de ser o melhor caminho para inverter a priorização de valores éticos sociais. O resgate da educação como mecanismo solucionador estará fundamentado por autores modernos como Springett (2005), Martins (2011), Costa-Pinto (2012), (Barbieri, 2012), Zouvi e Albanus (2013), Saviani (2005; 2014), Arruda et al (2016), Loureiro e Silva Neto (2016), Oliveira (2016), Batista (2017), entre outros.

Tais autores, oportunizam para um pensamento mais abrangente, encaminhando a discussão para a necessidade de fortalecimento de políticas públicas como garantidoras de uma formação profissional adequada, nos diversos níveis e modalidade da educação brasileira.

Esse olhar político é fundamental e imprescindível, pois não basta somente sanar a lacuna da falha econômica, é preciso ainda, buscar recursos para enfrentar as demandas sociais a partir de uma efetivação política, pois a responsabilidade com a Educação Ambiental é de todos.

Mas, paradoxalmente, os governos são submetidos aos desejos da maioria, ou seja, da classe dominante; impedindo a ação rápida e adequada aos problemas sociais. Génèreux (1998, p. 24) diz que “podíamos ter agido de outra forma, mas não agimos, apenas porque isso não interessava à maioria protegida da crise”

Esse é o horror político, que precisa urgentemente ser combatido, pois o bem estar social é parte do meio ambiente, portanto, da Educação Ambiental. Assim, necessita-se de políticas que promovam um processo educacional democrático para a formação de cidadãos e profissionais dotados de valores éticos, competências e habilidades em prol do desenvolvimento sustentável.

Assim, entende-se que este pensamento ambiental, que de forma tímida está contida na literatura clássica, bem como todos os impactos causados pelo processo produtivo descontrolado, demandou do surgimento de diversos movimentos sociais, que posteriormente, foram concebidas em políticas públicas de âmbito global, no que tange o desenvolvimento sustentável.

Sob esta perspectiva, Veiga (2006, p.31) afirma que:

Desenvolvimento deve ser compreendido com um processo de transformação da sociedade, não só em relação aos meios, mas em relação aos fins, o que implica em uma visão qualitativa e valorativa do desenvolvimento em detrimento a uma visão material e econômica do tema.

O processo de desenvolvimento está vinculado ao comportamento humano, uma vez que ele não existe se não der capacidade para as pessoas de mudar e escolher seu futuro.

É neste sentido que a Educação Ambiental, torna-se prioridade para a garantia de um desenvolvimento equitativo e sustentável, pois Carvalho (2011, p. 1) compreende que:

A Educação Ambiental (EA) é um fenômeno que não pode ser pensado fora do contexto de formação de um campo de relações sociais que se constitui

em torno da preocupação com o meio ambiente e que poderíamos chamar de campo ambiental. Este se configura necessariamente engajado na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal.

Da forma como o autor apresenta a Educação Ambiental, percebe-se a necessidade de colocá-la em prática em todos os contextos sociais, como forma de potencializar o diálogo entre as diversas áreas de conhecimento para garantir o desenvolvimento humano.

Além do mais, as pesquisas em Educação Ambiental são relevantes, devido o importante papel formador de pensamentos e atitudes consideradas sustentáveis, que podem contribuir para a melhoria na qualidade de vida da sociedade. Além disso, a Educação Ambiental pode fundamentar a formação de um ser social crítico e participativo as transformações do mundo em relação ao seu ambiente, a sua realidade (RIBEIRO; SILVA, 2012).

Layrargues (2004), comenta que a Educação Ambiental é um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo, que envolvem, respectivamente, o campo da Educação e o campo Ambiental a ser abordados simultaneamente. Enquanto o substantivo Educação confere a essência do vocábulo “Educação Ambiental”, definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a esta prática educativa, o adjetivo Ambiental anuncia o contexto desta prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação pedagógica.

Educação Ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” se justifica tão somente à medida que serve para destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não-dialético, que separa: atividade econômica, ou outra, da totalidade social; sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito, razão e emoção, etc. (LOUREIRO, 2004, p. 66).

Sem dúvidas, a aplicação da Educação Ambiental torna-se essencial na busca de melhor compreender os conceitos relacionados com o meio ambiente, sustentabilidade, preservação, conservação e outras esferas sociais e da natureza, funcionando como mecanismo de desenvolvimento.

Roos e Becker (2012), também contribuem com este pensamento, pois os autores entendem a Educação Ambiental como componente essencial no processo de formação e educação permanente, com uma abordagem direcionada para a

resolução de problemas, que coopera para o envolvimento do público, tornando o sistema educativo mais relevante e mais realista, estabelecendo uma maior interdependência entre estes sistemas e o ambiente natural e social, com o objetivo de um crescente bem estar das comunidades humanas

“O interessante é que mais do que por sua abrangência, essa convocação atualiza o desafio paradigmático da Educação Ambiental quando a nomeia como Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (LAYRARGUES, 2004, p; 5).

Em um contexto altamente político e ideológico, a Educação Ambiental surgiu como proposta ao enfrentamento de crises através da articulação entre as dimensões social e ambiental, assim, Ribeiro e Silva (2021, p. 131), discorrem que “o papel da Educação Ambiental advém da urgente necessidade de reverter o quadro de deterioração ambiental em que vivemos, com efetivação de práticas de desenvolvimento sustentável e qualidade de vida para todos”.

Nesta percepção, o desenvolvimento sustentável procura incluir em seu arcabouço aspectos vinculados a justiça social, respeito ambiental, aceitação a cultura e viabilidade econômica, etc. (PENÃFIEL; RODOMSKY, 2013). Portanto, a busca pelo desenvolvimento sustentável exige maior articulação entre economias, países, políticas globais e o fortalecimento de uma corrente de pensamento equitativa entre as sociedades modernas, sobre a necessidade da promoção da Educação Ambiental.

Esse diálogo unilateral somente tornou-se presente, a partir de movimentos sociais isolados, que gradativamente multiplicou-se a ponto de vislumbrar-se de uma definição sobre sustentabilidade e definir ações e responsabilidades em prol do bem comum.

2.2. Movimentos Sociais e Políticas de Educação Ambiental no Brasil

A relação homem e natureza constitui-se de um processo necessário e contínuo na evolução das sociedades. Porém, o equilíbrio dessa articulação deve ser garantido em prol de um futuro próspero, mas que nem sempre foi priorizado.

Para Giometti (2017, p. 29):

Essa evolução dos modos de vida e comportamentos fez com que, no decorrer dos anos, o ser humano passasse a criar para si uma quantidade ilimitada de necessidades a serem satisfeitas, além das básicas. Enquanto o consumo se constitui numa necessidade individual de sobrevivência, o consumismo cria novas necessidades, que, embora supérfluas, parecem indispensáveis, principalmente com o apoio de distorcidas estratégias de marketing. Dessa forma, o meio ambiente vem sofrendo gigantescas

agressões, na medida em que dele se extraem todos os recursos e matérias-primas.

Neste contexto, visualiza-se que o meio ambiente, composto pela esfera natural e social tem servido ao capital de forma contínua e sem preocupar-se com suas limitações. Porém, diante das ações produtivas e reprodutivas, verificou-se impactos negativos na própria estrutura do capital, oriundo tanto da humanidade como dos recursos utilizados.

Para Mészáros (2011, p. 216):

Todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prelevante mude para um modo qualitativamente diferente. Quando esses limites são alcançados no desenvolvimento histórico, é forçoso transformar os parâmetros estruturais da ordem estabelecida – em outras palavras, as “premissas” objetivas de sua prática – que normalmente circunscrevem a margem global de ajuste das práticas reprodutivas viáveis sob as circunstâncias existentes.

Tais parâmetros foram rompidos em seus dois extremos do capital: o trabalho e a sociedade. Assim, a partir da década de 70, a crise do capital é confundida com a crise estrutural, pois a guerra mundial elucidou um espaço para o crescimento do capital, elevando para um nível planetário, o que se aproximou-se da crise estrutural do capital.

Colaborando com esse pensamento, considerar-se que a exploração industrial do meio ambiente se manteve sem contestação durante todo o século XIX e a maior parte do século XX, dentro de uma visão equivocada de que os recursos naturais eram ilimitados e estavam à disposição do homem. Tal crença rompeu-se somente quando começou a ser questionada e exigiu maior reflexão da humanidade antes mesmo da década dos anos 70, quando os processos de deterioração ambiental e a possibilidade de esgotamento de determinados recursos naturais se tornaram evidentes (DIAS, 2011).

Dentro desse cenário, diversos movimentos contribuíram e ainda continuam a contribuir para o surgimento e desenvolvimento da Educação Ambiental efetivadas por diversos mecanismos, tornando-se essencial fazer uma reflexão sobre a contribuição de alguns acontecimentos que arquitetaram a atual concepção de desenvolvimento sustentável ou gestão socioambiental.

Para facilitar essa compreensão, pode-se visualizar no Quadro 1, o processo de construção da dinamização destas ações por datas mais significativas, que possibilitaram elencar as contribuições dos movimentos sociais em âmbito global.

Quadro 1 – Movimentos Sociais e suas Contribuições para a Educação Ambiental

Ano	Contribuições para a Concepção de Educação Ambiental
1962	O “ Primavera Silenciosa” de Rachel Carson - alertava sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o ambiente, como por exemplo o uso de pesticidas.
1968	Nasce o Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido e surge o Clube de Roma que em 1972, que produz o relatório “Os Limites do Crescimento Econômico” que estudou ações para se obter no mundo um equilíbrio global como a redução do consumo tendo em vista determinadas prioridades sociais.
1970	Entidade relacionada à revista britânica The Ecologist elabora o “Manifesto para Sobrevivência” onde insistiam que um aumento indefinido de demanda não pode ser sustentado por recursos finitos.
1972	É realizada a Conferência das Nações sobre o Ambiente Humano em Estocolmo, cujos principais resultados formais do encontro constituíram a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo que expressa a convicção de que “tanto as gerações presentes como as futuras, tenham reconhecidas como direito fundamental, a vida num ambiente sadio e não degradado” (Tamanes - 1977). Ainda como resultado da Conferência de Estocolmo, neste mesmo ano a ONU criou um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, sediado em Nairobi. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul criou o primeiro curso de pós-graduação em Ecologia do país.
1975	Em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, A UNESCO promoveu em Belgrado (Iugoslávia) um Encontro Internacional em Educação Ambiental onde criou o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA que formulou os seguintes princípios orientadores: a Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais.
1977	É realizada a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi (exURSS) organizada pela UNESCO com a colaboração do PNUMA. Foi o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, iniciado em 1975. Definiu-se os objetivos, as características da EA, assim como as estratégias pertinentes no plano nacional e internacional. No Brasil, o Conselho Federal de Educação tornou obrigatória a disciplina Ciências Ambientais em cursos universitários de Engenharia.
1979	É promovido o Seminário de Educação Ambiental para América Latina realizado pela UNESCO e PNUMA na Costa Rica. O departamento do Ensino Médio/MEC e a CETESB publicam o documento “Ecologia - Uma proposta para o Ensino de 1º e 2º graus”.

1987	Surge a Estratégia Internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para o decênio de 90 - documento final do Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio-ambiente, realizado em 1987 em Moscou, Rússia, promovido pela UNESCO. Ressalta a importância da formação de recursos humanos nas áreas formais e não formais da EA e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis. A UNESCO/PNUMA realizou em Moscou o Congresso Nacional sobre Educação e Formação Ambiental - UNESCO/PNUMA onde foram analisadas as conquistas e dificuldades na área de EA desde a conferência de Tbilisi e discutido uma estratégia internacional de ação em educação e formação ambientais para a década de 90.
1990	A Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada Jontien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, reitera: “confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, lingüística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente”
1992	Houve neste ano a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, RIO-92. O MEC promoveu em Jacarepaguá um workshop com o objetivo de socializar os resultados das experiências nacionais e internacionais de EA, discutir metodologias e currículos. Do encontro resultou a Carta Brasileira para a Educação Ambiental.
1997	Promove-se a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade em Thessaloniki, onde houve o reconhecimento que, passados cinco anos da Conferência Rio-92, o desenvolvimento da EA foi insuficiente. Entretanto esse encontro foi beneficiado pelos numerosos encontros internacionais realizados em 1997, na Índia, Tailândia, México, Cuba, Brasil, Grécia entre outras.
2002	Em Johannesburgo, na África do Sul, reuniu-se a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que foi convocada pela Resolução 55/199 da Assembleia Geral da ONU e contou com a participação de mais de 150 países, com o objetivo de analisar os avanços da Agenda 21 e estabelecer instrumentos para a realização de medidas efetivas para as questões econômicas, da pobreza e da globalização, fazendo menção a outros movimentos, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o Protocolo de Kyoto.
2012	A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+20, aconteceu no Rio de Janeiro e foi organizada segundo a Resolução n. 64/236 da Assembleia Geral da ONU. Esta contou com um processo de preparação que envolveu três reuniões do Comitê Preparatório: a primeira em 2010, a segunda em 2011 e a terceira às vésperas da própria Conferência em 2012, no Rio de Janeiro. Considerada a maior conferência já realizada pela ONU, a Rio+20 reuniu mais de 100 chefes de Estado e de governo. Além de reafirmar compromissos estabelecidos anteriormente à ECO-92, a Rio+20 propôs estabelecer uma estrutura institucional para o desenvolvimento

	sustentável, colocar a erradicação da pobreza como meta prioritária e consolidar a importância da transição rumo a uma economia mais verde em escala global.
2015	Em Paris, no ano de 2015, aconteceu a Cop21, que reuniu mais de 195 nações para discutir e adotar medidas de combate ao aquecimento global, sendo considerada a maior Conferência Climática já realizada. Nesta conferência foram acertados objetivos que possibilitam estabelecer medidas para conter as mudanças climáticas. Dentre estes, manter o aumento da temperatura média do planeta em 2º C, acima dos níveis pré-industriais, até o final do século, e estabelecer, a partir de 2020, planos quinquenais que irão avaliar o cumprimento dos objetivos assumidos.

Fonte: Adaptado de MEC (2021) e Giometti (2017)

A partir dos movimentos históricos apresentado no Quadro 1, tem-se como base que o conceito de desenvolvimento sustentável, surgiu no final do século XX, pela constatação de que o desenvolvimento econômico precisava levar em conta também o equilíbrio ecológico e a preservação da qualidade de vida das populações humanas em nível global, assim, este é um projeto de sociedade alicerçada na consciência crítica (DANDARO, 2015).

Dessa forma, a sustentabilidade apresenta a necessidade de uma proposta equilibrada entre o fator econômico, representado pelo capital e o fator social, resultando na gestão socioambiental.

Seguindo este mesmo pensamento, Jacobi (2003, p. 193) diz que:

A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Evidenciava-se, dessa maneira, que o modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista globalizado, o qual reduz o desenvolvimento humano ao crescimento econômico e polariza o poder e os recursos, tem como resultado o fomento das desigualdades de toda ordem e, conseqüentemente, a destruição do meio ambiente (GADOTTI, 2000).

Esta relação entre natureza e homem tem preocupado cada vez mais a sociedade em geral. De acordo com Oliveira (2002, p. 1):

a sociedade contemporânea tem vivenciado uma série de problemas que envolvem o seu modo de relacionar-se com a natureza no processo de produção e reprodução do espaço geográfico, colocando em questão o

conceito de natureza em vigor, o qual perpassa pelo modo de vida dessa sociedade, as sensações, o pensamento e as ações

Essa individualidade, de soberania do homem sobre a natureza, por meio do trabalho, também é enfatizada por Hegel, uma vez que impõe limites negativos e fundamentalmente insuperáveis até mesmo à maior das gigantescas corporações monopolistas (ou semimonopolistas) e também aos Estados nacionais mais poderosos. Portanto, não há saída possível dessas restrições estruturalmente limitadoras na base material do capital, uma vez que as estruturas de produção material do capital não podem ser reproduzidas na escala expandida necessária, sem a perpetuação do antagonismo entre trabalho e capital e suas decorrências aos recursos naturais, ou seja, ao meio ambiente (MÉSZAROS, 2011).

Por essa questão, é preciso que haja uma hegemonia entre capital e trabalho, no sentido de que a relação entre a produção e o meio ambiente tenha novos modelos reprodutivos, por meio da própria estrutura de produção.

A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Nesse contexto, a sociedade civil adquire um papel central, bem como a ideologia, que aparece como constitutiva das relações sociais. Deste modo, uma possível tomada do poder e construção de um novo bloco histórico passa pela consideração da centralidade dessas categorias que, até então, eram ignoradas (ALVES, 2010, p. 1).

O processo de desenvolvimento pautado no capitalismo, decorreu de grandes transformações do meio ambiente, em especial, a relação homem natureza. Deste modo, questões como produção e consumo sustentável têm se apresentado corriqueiramente no cenário mundial e nacional.

No Brasil, pode-se dizer que houve um grande avanço na concepção de políticas de Educação Ambiental, presente em diversos espaços, seja por meio da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou por outras legislações específicas.

De acordo com Lacerda e Lima (2011, p. 2), partir desse momento:

a gestão das políticas sociais públicas na contemporaneidade vem registrando profundas mudanças de ordem jurídico-legal e político-administrativa. Neste contexto, a relação entre Estado e Sociedade tem sofrido novos contornos com a emergência de novos paradigmas de gestão redimensionando as políticas públicas e, particularmente, as educacionais.

Pois, levando em consideração que o objeto de pesquisa é a Educação Ambiental, pode-se verificar que a Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 5, prevê a liberdade, igualdade e segurança em âmbito geral e, também, em relação as ações populares para o bem do meio ambiente, BRASIL (1988, p. 13):

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Este texto proporciona uma reflexão sobre a necessidade de ter liberdade no sentido de assumir a responsabilidade para buscar igualdade nas questões relacionadas ao meio ambiente, para tanto, pode-se constituir grupos populares como forma de garantir um cenário democrático e harmônico, garantindo assim, espaços públicos para concepção de políticas ambientais.

Também, no artigo 129, a Constituição Federal remete a necessidade de realizar inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Ainda, o Artigo 170 apresenta um texto que defende a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, o meio ambiente (BRASIL,1988).

Percebe-se que os artigos supracitados, tem por finalidade garantir a preservação do meio ambiente, quando esta possa estar ameaçada por questões sociais ou econômicas, com foco específico na valorização do trabalhado e outras ações pertinentes, que permitem realizar a investigação e criar meios de controle social para a garantia da integridade de patrimônio público e, de forma específica, o meio ambiente como espaço coletivo considerado como de interesse comum.

No Artigo 205, pode-se constatar a prerrogativa que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo esta promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 123).

Tal texto induz a entender que as finalidades do sistema educacional brasileiro são distribuídas igualmente a todos; em termos de acesso, qualidade e intencionalidades; e, se assim fosse, esta permitiria uma evolução de grande desenvolvimento em diversos aspectos, seja humano ou social. Ainda, somado a este

cenário haveria espaços para discussões mais profundas com reflexos práticos nas questões de interesse geral, principalmente, quando se trata do meio ambiente que é compartilhado por todos.

Também, como complemento a este espaço de formação cidadão, a família recebe grande responsabilidade no processo educacional, pressupondo que este dever não é exclusivo do Estado, deixando a família como extensão obrigatória.

Já na LDB, Lei nº 9694/1999, pode-se verificar a promoção do ensino como foco para a formação de um cidadão preocupado com o ambiente natural e social, como forma de conscientização para controlar as ações humanas futuras. É notória a preocupação de oferecer uma educação que forneça conceitos amplos sobre o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social, política do ambiente escolar e do trabalho (BRASIL, 1996).

Tratando-se especialmente do Ensino Superior, a LDB apresenta no Artigo 43, que a educação tem por finalidade:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 1996, p. 32-33).

Portanto, a Constituição Federal e a LDB foram concebidas com espaço para acolher a Política Nacional de Educação Ambiental, publicada em 1999. Essa política dispões no artigo 1º que:

Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

É possível afirmar que, a compreensão de Educação Ambiental é bem mais ampla do que a simples preservação de recursos naturais, pois o ambiente é composto por todos os elementos da biosfera, inclusive, as pessoas; que estão na constante busca pela sustentabilidade e o bem-estar social.

A Política Nacional de Educação Ambiental dispõe no artigo 9, que a Educação Ambiental será desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando a educação básica, ensino médio educação superior, profissional, especial, Educação de Jovens e Adultos e também ofertada como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal (BRASIL, 1999, p. 3).

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999, p. 1).

Frente a essas políticas sociais de âmbito nacional, percebe-se que o Brasil tem fomentado para que a Educação Ambiental possa estar em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, bem como em espaços escolares e não escolares.

Colaborando com esse pensamento, Carvalho *et al.* (2017), dizem que atualmente a Educação Ambiental deve constar nos currículos de todos os níveis de ensino e em programas direcionados à comunidade universitária, como elemento

permanente e essencial da educação nacional, apresentando como princípio, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Retomando a discussão na visão da Constituição Federal, pode-se dizer que a ponte de ligação com o objeto investigado se apresenta no Artigo 225, onde dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações. Como garantia de assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988).

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, p. 131).

A questão sobre a preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, obrigatoriamente, deve estar contido no processo educacional pelos diversos meios de aprendizagem, bem como de forma contínua. Assim, a Educação Ambiental é a ferramenta para promover um ambiente ecologicamente equilibrado, pois este é formado por pessoas que usufruem dos recursos de forma inconsciente.

Nesta perspectiva, a mudança ganha espaço a partir de um processo de formação do cidadão, tendo como base a valorização dos recursos naturais, recebida por uma Educação Ambiental que funciona como mola propulsora para um contexto de desenvolvimento socioambiental. Mas, o mecanismo utilizado para atender esse objetivo é o controle social, instituído por meio de políticas públicas sociais.

A Educação Ambiental é vista também como uma educação política, que tem o objetivo de criar novos comportamentos nos seios das organizações e dos grupos sociais, conquistando espaços, visando assim à formação da cidadania. A característica educacional marcante da Educação Ambiental assenta-se na premissa de que não se constitui uma única disciplina, mas se interconecta a todas as disciplinas, pois deve abordar e interagir com a dinamicidade do meio ambiente socioeconômico, com suas interligações éticas, culturais, espirituais, físicas e biológicas (GIOMETTI, 2017, p. 226).

Verifica-se também, que é responsabilidade do poder público garantir a oferta da Educação Ambiental para a sociedade, seja por meio de instituições de ensino ou ofertada em espaços não escolares, priorizando sempre uma conscientização da preservação do meio ambiente.

Portanto, é fundamental uma discussão mais acurada do conceito de controle social e sua efetiva projeção através de políticas de Educação Ambiental para a promoção do desenvolvimento socioambiental.

Desde os tempos mais primitivos, seja na organização da humanidade ou na constituição de organizações sociais, militares e empresariais; se fez necessário a utilização de mecanismos de controle do pensamento, do comportamento, da atitude das pessoas. Tal situação é promovida por diversas ferramentas que conduzem mecanicamente a ação humana, dentre elas, as políticas sociais apresentam maior acessibilidade diante do Estado.

Dessa forma, o controle social de políticas públicas passou a ser, pós a Constituição de 1988, uma temática dos debates acadêmicos nos espaços das instituições de implementação de políticas públicas e em vários outros espaços da sociedade civil, que incorpora para si a ideia de exercer o controle do Estado sobre os processos de desenvolvimento de políticas como mecanismo de materializar direitos já garantidos no plano formal (MATOS; FERREIRA, 2013).

A expressão controle social é tratada como os processos de influência da sociedade ou do coletivo sobre o indivíduo. O termo é também utilizado por alguns autores para designar o controle que o Estado exerce sobre a sociedade por meio de suas instituições, normas, leis e regulamentos.

A expressão controle social tem origem na sociologia. De forma geral é empregada para designar os mecanismos que estabelecem a ordem social disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. Assim sendo, assegura a conformidade de comportamento dos indivíduos a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados (CORREIA, 2007, p. 1).

O uso recente do termo controle social, designa uma nova compreensão da relação entre Empresas, Estado, Sociedade, consumo, comportamento entre outros aspectos, garantidos por políticas nacionais, regionais e locais. Portanto, enquanto política pública que estabelece o controle social e a visão sistêmica em seus princípios e diretrizes há de se criar ferramentas concretas para exercê-lo. Assim, o controle social exige um cenário sustentável que só pode ser adquirido mediante uma Educação Ambiental.

Seguindo este mesmo pensamento, Jacobi (2003, p. 193) diz que:

A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos

humanos sobre o meio ambiente tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Percebe-se, a partir do exposto, que a Educação Ambiental é instrumento primário para que se possa exercer o controle social. Cabe, neste momento, abordar o controle social referenciado de acordo com a concepção de Sen (2010), considerando que este processo não é uma questão de ter regras sobre como exatamente devemos agir, e sim, de reconhecer a relevância da condição humana comum para fazer as escolhas apresentadas. Várias economias do desenvolvimento também salientam a importância da liberdade de escolha como um critério de desenvolvimento.

Pode-se entender que a Educação Ambiental no Brasil não restringe seu olhar apenas à proteção e uso sustentável de recursos naturais, pois esta também assume uma perspectiva mais abrangente, incorporando fortemente a proposta de construção de sociedades sustentáveis, abrangendo a educação em sua complexidade e plenitude (GOMES, 2016). Ou seja, pode ser projetada de diversas formas e com grande abrangência.

Contudo, a Educação Ambiental é estabelecida como parte das políticas públicas nacionais com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação Ambiental, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outras; e de âmbito regional está resguardada na Política Estadual de Educação Ambiental, Políticas Municipais de Educação Ambiental, Programa Estadual e Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e também, presente nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições de Ensino ou em Programas de Gestão Ambiental em organizações empresariais.

Como ferramenta instrumental, a Educação Ambiental possui assim um caráter social que promove a conscientização ambiental do indivíduo, oferecendo-lhe condições para sua participação ativa no controle social da política.

Considera-se, portanto, que as práticas de Educação Ambiental são por si, um grande avanço neste sentido, pois buscam melhorar individual e coletivamente as práticas em relação as suas escolhas ao meio ambiente. Isto significa que elas dão uma nova percepção às ações cotidianas dos indivíduos em relação a relação homem, sociedade e natureza.

Também, visualiza-se, que o controle social, enquanto instrumento da sociedade civil, oportuniza a participação ativa nas políticas públicas e contribui para o

desenvolvimento socioambiental, a partir do momento que reflete a ampliação dos resultados da Educação Ambiental e da participação política para o aprimoramento desta política pública.

Os seres humanos não são meramente passivos dos efeitos dos impactos ambientais, mas sim atores do processo de crescimento produtivo, consumo e impactos ambientais, bem como também são agentes de mudança social. Contudo, deve-se levar em consideração a relevância que os seres humanos têm para o bem-estar e a liberdade e, principalmente, sobre o seu papel como promotor do desenvolvimento.

A sociedade detém o poder de mudança da realidade, assim, deve-se levar em consideração a relevância que estes possuem na promoção do bem-estar e a liberdade de seu papel como influenciador de mudança social e produção econômica, portanto, tem mais responsabilidade e poder de mudança do que os outros agentes (SEN, 2010). A liberdade para participar da discussão pública e da interação social pode ainda ter um papel construtivo na formação de valores e éticas.

Ao contrário do que Guattari (2012) expõe sobre os modos dominantes de valorização das atividades humanas, onde o mercado coloca num mesmo plano de equivalência os bens materiais, os bens culturais, as áreas naturais, etc.; as Políticas de Educação Ambiental, seja em âmbito nacional ou regional contribuem para que a mudança social ocorra e com maior poder entre os outros agentes.

O enfoque sobre a liberdade e responsabilidade realmente faz diferença para a Educação Ambiental no processo de mudança social, pois “o aumento geral de liberdade política e civil é decisivo para o próprio processo de desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 366). Entre as liberdades relevantes inclui-se a liberdade de agir como cidadão que tem sua importância reconhecida e cujas opiniões são levadas em conta.

A participação em massa da sociedade, deve ser efetiva e criativa, em uma verdadeira união de esforços em torno da garantia do desenvolvimento sustentável, que permitirá a região e ao país continuar a crescer, com qualidade ambiental e que garanta a sadia qualidade de vida para as pessoas.

Assim, fica claro o papel da Educação Ambiental como instrumento político de transformação social, pois este irá garantir uma conscientização em todas as esferas e classes sociais, promovendo para que a produção, o consumo e a pesquisa estejam engajados em prol do desenvolvimento socioambiental.

Na visão de Gramsci (1978), essa reversão poderá ocorrer por meio da gestão socioambiental, pois é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática.

Percebe-se, a partir do exposto, que gestão socioambiental é instrumento primário para garantir o controle do capitalismo, podendo ainda, realizar manutenção na estrutura de poder do estado, uma vez que a condição humana se torna critério de desenvolvimento.

Contudo, resgatando toda essa articulação complexa entre diversos elementos do ambiente, considera-se que Educação Ambiental envolve conhecimentos interdisciplinares para compreensão da totalidade do ambiente, em busca de solucionar os problemas locais e globais, sendo este conhecimento indispensável na educação formal e informal da sociedade, com ênfase no ensino e aprendizagem que inclua alunos e comunidade na troca de experiências para tomada decisões diante dos problemas.

2.3. Interdisciplinaridade e Gestão Socioambiental

Diversas são as propostas de ensino e métodos de aprendizagem para tratar da Educação Ambiental e outros assuntos na formação escolar e acadêmica. Visto que, esses assuntos são essencialmente significativos, tanto na formação cívica como na formação profissional, algumas políticas foram concebidas no sentido de garantir essas abordagens na educação como um todo.

Carvalho *et al.* (2016) e Giometti (2017), dizem que atualmente a Educação Ambiental deve constar nos currículos de todos os níveis de ensino e em programas direcionados à comunidade universitária, como elemento permanente e essencial da educação nacional, pois, conforme a Política de Meio Ambiente, definida por meio da Lei 6.983/81 e da Política Nacional de Educação, publicada pela Lei 9.795/99, ambas apresentam como princípios básicos da Educação Ambiental, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. As referidas leis fomentam que a dimensão ambiental precisa ser abordada em todos os currículos e níveis de formação.

Sobre essas três abordagens, Barbieri e Silva (2011, p.147-148) afirmam que:

- Multidisciplinaridade é uma reunião de disciplinas sem que cada uma perca a sua identidade própria, seus métodos, teorias e pressupostos;
- Interdisciplinaridade consiste em um tema, objeto ou abordagem em que duas ou mais disciplinas estabelecem nexos e vínculos intencionais para alcançar um conhecimento mais abrangente, diversificado e unificado;
- Transdisciplinaridade é uma estratégia que busca teorias e métodos comuns às disciplinas em um nível mais elevado de integração.

As duas políticas supracitadas preveem que as questões sobre meio ambiente acerca de preservação de recursos naturais, Sustentabilidade, Educação e Gestão Ambiental sejam trabalhadas em conteúdo específicos dentro dos currículos, a partir de disciplinas, componentes curriculares ou projetos, sendo estes ofertados das mais diversas possibilidades, porém, existem algumas dificuldades a serem vencidas.

Neste sentido, Springett (2005), afirma que a introdução da Educação Ambiental nos currículos formais, como instrumento que estimule os indivíduos à reflexão e à ação acerca dos desafios da preservação e Gestão Ambiental, não tem se mostrado uma tarefa simples. Ainda, os currículos tradicionais apresentam desafios na sua estrutura em termos de organização de assuntos que possibilitem uma aprendizagem mais aprofundada.

Na verdade, esse contexto está presente nas diversas modalidades e níveis de ensino da educação brasileira. De acordo com Severino (2008), a fragmentação do processo de ensino e seus conteúdos continuam a ser um dos principais desafios da formação dos indivíduos.

Assim, considera-se que a formação de gestores, com seus pressupostos orientados pela Sustentabilidade, exige novas propostas pedagógicas interdisciplinares, em que a visão integrada, sistêmica e holística substitua os projetos pedagógicos tradicionais, privilegiando dessa forma, o processo de compreensão do aluno sobre sua realidade, vencendo os desafios da Educação Ambiental (DEMAJOROVIC; SILVA, 2012; GIOMETTI, 2017).

Portanto, para continuar o progresso das ciências, é necessário abandonar o pensamento linear, ou seja, os currículos tradicionais, e buscar conexões e inter-relações entre as diversas áreas do conhecimento. Pois, a prática interdisciplinar ao proporcionar uma junção dos múltiplos saberes das várias ciências, pode oferecer respostas mais adequadas e desafios complexos do mundo atual (POMBO, 2005).

Levando em consideração esta linha de raciocínio, entende-se que um Projeto Interdisciplinar sob o prisma da Educação Ambiental torna-se um instrumento

adequado para atender os anseios políticos, vencer os desafios curriculares e garantir um processo de ensino aprendizagem satisfatório.

Mas, como operacionalizar a Educação Ambiental incorporando-a ao projeto pedagógico e, adequando-a a realidade local da comunidade escolar? Tal questão deve ser encarada com complexidade, uma vez que envolve diversos assuntos, seja no aspecto ambiental e/ou nas suas interações com a cultura, sociedade, o caráter crítico, político, interdisciplinar, contínuo e permanente (MELLO; TRAJBER, 2007).

Além dessas questões, existem aspectos da educação, ou seja, algumas especificidades, que podem ser desenvolvidos em cada nível e modalidade de ensino. Levando em consideração um curso de ensino superior, percebe-se que projetos interdisciplinares podem atender tais necessidades de forma a garantir uma concepção mais prática e completa para a formação de gestores.

Leff (2001, p.239), afirma que:

A interdisciplinaridade foi um ponto de referência constante dos projetos educacionais, sobretudo em nível universitário. Vários programas de formação ambiental, surgidos nos anos 80 sob a temática do meio ambiente e do desenvolvimento, adotaram a interdisciplinaridade como propósito explícito. Entretanto, os avanços teóricos, epistemológicos e metodológicos no terreno ambiental foram mais férteis no terreno da pesquisa do que eficazes na condução de programas educacionais.

De acordo com Leite e Benício (2015, p. 416-47) “a interdisciplinaridade é a integração ou convergência de diferentes áreas do saber para formar um novo profissional”. Para tanto, permite que assuntos específicos sejam trabalhados por várias disciplinas, possibilitando um olhar multidisciplinar e sistêmico, necessários nos currículos dos Cursos de Administração, visto que há uma exigência de observar certas questões contemporâneas em um contexto de ensino onde os assuntos são diversificados.

No caso do futuro gestor, a formação interdisciplinar também é fundamental, pois as demandas do mundo corporativo estão cada vez mais globalizadas, exigentes e desafiadoras (DEMAJOROVIC; MARTÃO, 2014).

Seguindo este pensamento, Brasil (2000, p. 21) dispõe que:

a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista. Em suma, a interdisciplinaridade tem uma função instrumental. Trata-se de recorrer a um saber diretamente útil e utilizável para responder às questões e aos problemas sociais contemporâneos.

Levando em consideração que a Educação Ambiental é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental, pode-se considerar que a Educação Ambiental designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental. Contudo, a ação interdisciplinar estabelecerá, junto das práticas ambientais e do desenvolvimento do trabalho didático-pedagógico, a transmissão e reconstrução dos conteúdos disciplinares, experimentando a transformação do diferente em relação ao outro. A interdisciplinaridade não se apresenta como o simples cruzamento de informações ou assuntos parecidos; pois, trata-se, de construir e reconstruir diálogos fundamentados na diferença, amalgamando concretamente a riqueza da diversidade (BRASIL, 2004; COIMBRA, 2005).

Assim, a discussão em torno da Educação Ambiental torna-se cada vez mais necessária na formação do indivíduo e na continuidade desta formação a fim de afiançar uma boa qualidade de vida para o ser humano e garantir a continuidade dos recursos naturais disponíveis (CASTRO NETO, 2011).

Esta concepção só poderá ser conquistada, a partir de projetos pedagógicos que possibilitem uma formação pautada sob o prisma da Educação Ambiental desenvolvendo competências para aplicação de métodos inovadores que promovam a Sustentabilidade.

Neste sentido, “a adoção de Projetos Interdisciplinares numa perspectiva filosófica e inovadora exige ruptura com os modelos predefinidos, cristalizados, sob pena de caírem num modismo passageiro (SCHEIBEL, 2013, p. 112)”.

Portanto, trabalhar as questões sobre Educação Ambiental a partir de Projetos Interdisciplinares no ensino superior, é uma estratégia pedagógica inovadora de grande contribuição para potencializar a aprendizagem, enriquecer o currículo e garantir uma formação adequada e moderna ao gestor, que além de atender as demandas contemporâneas, também irá preparar profissionais da administração para que possam tomar as decisões futuras nas organizações da forma mais coerente possível, visto que estas terão reflexos sociais significativos.

Os projetos interdisciplinares apresentam uma vasta possibilidade de aplicação, não só em termos de modalidade e/ou níveis de ensino, mas principalmente, pela diversidade de propostas pedagógicas e métodos didáticos de aprendizagem. Assim, estes projetos podem contemplar disciplinas específicas,

componentes pontuais do projeto pedagógico, ou ainda, contemplar toda uma matriz curricular.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade pode ser caracterizada como uma tentativa de estabelecer relações de trabalho associadas em um conjunto de disciplinas, buscando uma aproximação entre conceitos, para analisar problemas específicos e concretos (ACOSTA, *et al.*, 2013, p. 18).

Tais relações fortalecem um ensino mais integrado, fugindo dos modelos fragmentais concebidos pela evolução natural dos currículos, além de oportunizar uma dinâmica vivencial entre teoria e prática, pois o aluno pode realizar uma pesquisa dentro da realidade empresarial.

Em uma reflexão sobre a prática pedagógica, Fazenda (2008), afirma que esta engloba ao mesmo tempo, as atividades com os alunos e o trabalho coletivo e individual extraclasse. A prática pedagógica é vivenciada tanto na sala de aula como fora dela, assim, no ambiente acadêmico o futuro gestor aprenderá os ensinamentos das disciplinas estudadas. Já no ambiente organizacional, ele vai pôr em prática o aprendizado adquirido no decorrer do curso, por meio das disciplinas.

É a partir desse contato que diversas dúvidas são levadas em discussão, mais bem estudadas e, sem dúvida, garantem um maior envolvimento e aprendizado cognitivo, principalmente sobre assuntos complexos como a Educação Ambiental. Portanto, os projetos interdisciplinares oferecem ao futuro gestor um leque de possibilidades na sua formação acadêmica, visto que este poderá desenvolver diversas habilidades de Educação Ambiental aos novos métodos de gestão, e outras contribuições socioambientais como administrador, estando capacitado para implantar ações sustentáveis nos diversos ambientes organizacionais, visto ser este o foco proposto no projeto interdisciplinar.

Acosta *et al.* (2013), completam que as tentativas de tornar o ensino globalizado não são recentes, mas hoje há possibilidades de fazer essa conexão pelos próprios modelos educacionais, que podem ter diferentes interpretações de maior ou menor grau de complexidade.

Confere-se que, a complexidade pode estar no assunto de eixo comum abordado, pelas práticas pedagógicas e suas relações, em outros elementos, ou ainda, pelos métodos de ensino e pesquisa exigidos pelo curso. Assim, no tocante a complexidade, o que se espera é que os projetos interdisciplinares possam promover, facilitar e deixar mais simples e objetivo o processo de ensino e aprendizagem, voltado

para a formação do Gestor, mesmo que este esteja envolvendo diversas disciplinas do currículo.

Para Giometti (2017) e Lombardo (2000), a Educação Ambiental constitui um processo educativo, cuja finalidade é desenvolver ferramentas pedagógicas e expandir a prática educativa, para que o homem viva em harmonia com o meio ambiente. Não se constitui em uma nova matéria escolar, mas, se apoia nas várias disciplinas, numa abordagem interdisciplinar, identificando disponibilidades e avaliando impactos do uso dos recursos naturais na formação do saber e nas mudanças de comportamento.

O diálogo entre os diversos saberes, enriquece o currículo do futuro profissional e oportuniza maior intervenção do mesmo no meio social, podendo este, ser elemento multiplicar do desenvolvimento socioambiental.

De acordo com Godotti (2000) e Almeida (2009), a ação pedagógica através da interdisciplinaridade aponta para a construção de uma formação participativa e decisiva nos cursos de gestão, dessa maneira, este profissional será capaz de fazer a leitura de diversas decisões e análises que fazem parte do cotidiano de um gestor.

Assim, a interdisciplinaridade, opondo-se à fragmentação do ensino, surge como meio para superar a individualidade dos conteúdos, tornando o conhecimento amplo e unitário, pela consistência que leva a pesquisa e ao mesmo tempo a construção e reconstrução de um espaço que privilegia a troca e a busca pela aprendizagem significativa, com uma visão mais ampla e adequada da realidade sob os aspectos pertinentes da Educação Ambiental.

Mas para isso, a Educação Ambiental deve ter um projeto que contemple as inúmeras formas de aprendizagem estabelecidas na relação entre o homem e a natureza, levando em consideração aspectos sociais, culturais, gerenciais, ambientais, entre outros (ZOUVI; ALBANUS, 2013).

No entanto, os gestores contemporâneos precisam estar atentos não só às novas ferramentas e técnicas de gestão, para promover o sucesso organizacional, mas também, a demanda de uma sociedade em constante mudança, só assim poderá atingir resultados plenamente satisfatórios.

Essas mudanças, de caráter social, cultural, tecnológico, ambiental entre outras, são refletidas na forma diferenciada em que as organizações se adaptam ao meio ambiente para manter a sua continuidade e sobrevivência (TACHIZAWA; ANDRADE, 2012, p. 23).

Não menos importante tal concepção deve garantir aos futuros administradores “uma educação mais humana, mais harmoniosa com o meio ambiente, solidária, compreensiva da diferença que há entre os seres que habitam o planeta, com valores guiados pela paz, pela liberdade e pela justiça social” (ACOSTA, 2013, p. 84).

Conceber líderes gestores é papel essencial para acelerar o processo de transformação para uma realidade social mais sustentável, para isso, requer que estes, tenham a capacidade e habilidade de trabalhar com harmonia sob os recursos organizacionais, bem como, possa ter a sensibilidade de pensar e operar em um ambiente em constante transformação.

Porém, as dificuldades estão em oferecer um processo de ensino aprendizagem interrelacionado, que construa uma formação dentro dos objetivos propostos pelo curso, mas que possa vencer o grande desafio que é a fragmentação das unidades de aprendizagem que impera nos currículos. Contudo, um Projeto Interdisciplinar poderá completar essa lacuna, possibilitando o atendimento a todos os aspectos essenciais para a formação do Gestor.

3. O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Este capítulo faz uma reflexão sobre o Município de Sertãozinho, com ênfase na estrutura educacional, levando em consideração a rede de educação básica e superior, tanto público como privado, bem como a promoção das políticas de Educação Ambiental e a efetivação de ações neste contexto.

3.1. Estrutura Educacional e os Cursos de Gestão na modalidade Presencial

Visto que, a pesquisa tem como recorte uma Instituição de Ensino Superior privada da Cidade de Sertãozinho, estado de São Paulo, é pertinente que seja explorado um panorama geral do município em relação ao contexto educacional com ênfase na Oferta de cursos de nível superior.

Localizada no nordeste do estado de São Paulo, na macrorregião de Ribeirão Preto, distante de 325 da capital do estado de São Paulo, é uma das cidades mais importantes desta região, dispondo de um significativo parque industrial; Sertãozinho é reconhecida como uma das principais cidades fornecedores de insumos para a indústria de base de açúcar e álcool do mundo. O município tem uma população estimada de 127.142 mil habitantes no ano de 2020, com renda per capita (PIB) maior que R\$ 44 milhões, sendo que este resultado é referente ao ano de 2018. (IBGE, 2020; SERTÃOZINHO, 2021).

As usinas de açúcar e álcool, representam uma de suas principais atividades econômicas, estimulando o desenvolvimento de outros setores, como por exemplo o de máquinas agrícolas e equipamentos para usinas. Também estão presentes na região, várias indústrias de suco de laranja, beneficiadoras de café, soja, amendoim, indústrias alimentícias, indústrias de ração, fertilizantes, entre outras. Ou seja, existe um amplo e complexo parque agroindustrial na região do município, visto que o setor de cogeração de energia elétrica é crescente, impulsionado pelo setor primário de açúcar e álcool, segundo a União Nacional das Indústrias de Cana de Açúcar (ÚNICA, em 2018).

O arranjo produtivo da cidade, é impulsionado pelos municípios ao redor, pois este compõe a região administrativa de Ribeirão Preto, que está em quinto lugar em termos de ocupação populacional entre as 25 cidades brasileiras com mais de 1,1 milhões de habitantes do Brasil, em 2020 (IBGE, 2020)

Segundo os dados da Secretaria da Indústria, Comércio, Abastecimento e Emprego de Sertãozinho (2019) a cidade possui 702 indústrias de base, 4 usinas

de açúcar, 1 destilaria autônoma de etanol e também possui destaque na indústria alimentícia e nos setores de fornecimento da cadeia petroquímica. A cidade conta com 6 distritos industriais.

De acordo com os levantamentos da Seade (2019), a participação da indústria na geração de empregos formais é de 42,83% (sendo que em 2011 era de 48%), em comparação com a participação de 17,93% do Estado (que era de 20,9% em 2011). Isto demonstra o alto potencial industrial da cidade e da região. Com este perfil, se destaca ainda mais, pois a participação da indústria na região administrativa de Ribeirão Preto é de 20.69 % (em 2011 era 23,1%). Os serviços representam 28,33 % dos empregos formais, enquanto que a média no Estado é de 55,24%; o setor de construção é responsável por 6,99% das vagas, contra 4,40% do Estado; e a agricultura, pecuária, pesca e aquicultura completam 2,18% contra 2,34% do Estado.

Diante do contexto, percebe-se que o município possui grande responsabilidade para o desenvolvimento local e regional, demandando profissionais competentes que deem suporte e continuidade a evolução produtiva, econômica, social, ambiental capazes de criarem um norte que leve a construção de um caminho que trace uma diretriz preocupada em atingir as metas do desenvolvimento sustentável. Ao visar esta meta, alça o setor educacional num patamar que funcione como uma mola propulsora para que tais transformações ocorram, em especial, no que diz respeito à conscientização e sensibilização para as questões ambientais, sendo oportuno promover políticas e ações de Educação Ambiental.

Seguindo este pensamento, torna-se essencial compreender as forças que o município dispõe, no setor educacional, visto que a SEAD (2019), confirmou que a cidade de Sertãozinho possui quase 99% de taxa de escolarização no que diz respeito a população entre 6 a 14 anos, e que a taxa de analfabetismo no ano de 2010 é de apenas 5,37% da população que possui 15 anos ou mais.

Sobre a estrutura educacional da educação básica da cidade, a Secretaria Municipal de Educação é responsável prioritária pela educação infantil e ensino fundamental, portanto, possui 46 (quarenta) unidades escolares, entre educação infantil e ensino fundamental. A cidade também dispõe de 8 (oito) escolas de ensino médio e técnico, administradas pelo estado e supervisionada por meio da Diretoria de Ensino instalada na cidade de Sertãozinho e 1 (uma) escola de ensino médio e técnico federal, totalizando 55 (cinquenta e cinco) instituições de educação básica mantida pelo governo municipal, estadual e federal. Ainda destaca-se que o município possui

outras 18 (dezoito) escolas privadas de educação básica, dispondo de 73 (setenta e três) instituições de ensino atuantes na Educação Básica, conforme apresentado na Tabela 1 que segue.

Tabela 1 – Escolas Públicas e Particulares de Educação Básica de Sertãozinho

Quantidade de Escolas	Rede Pública	Modalidade
16	Municipal	Educação Infantil, Creches
12	Municipal	Educação Infantil, Pré Escolas
18	Municipal	Ensino Fundamental
8	Estadual	Médio e Técnico
1	Federal	Médio e Técnico
55	<- Total se Escolas Públicas da Educação Básica	
18	Particular	Infantil, Fund. Médio e Técnico
73	<- Total de Escolas da Educação Básica	

Fonte: Adaptado de IBGE (2020); SERTÃOZINHO (2021).

Como forte referência, a cidade possui 18 (dezoito) escolas particulares que ofertam educação básica, contribuindo para a formação da população. Portanto, o município tem à disposição 73 (setenta e três) instituições educacionais que auxiliam no processo de formação cívica e profissional, visto que algumas merecem destaque especial, pois contribuem também para a formação técnica como o SENAI, Tecno-Sert, IFSP, CET e SEMAR.

Já no Ensino Superior, os números são mais incipientes pois a primeira Instituição de Ensino presencial, no caso uma Faculdade particular, iniciou suas atividades no ano de 2000. Logo em 2002 houve o credenciamento de mais uma Faculdade, também privada. No ano de 2008, através da lei nº 11.892 o antigo CEFET de Sertãozinho foi transformado em IFSP, podendo oferecer a partir deste momento ensino superior gratuito, assim, a cidade recebeu a primeira instituição superior pública federal de ensino gratuito. Em 2009, por meio de articulações junto ao governo do estado, a cidade novamente recebeu mais uma instituição pública do ensino superior, desta vez, vinculada à esfera estadual.

Atualmente, a cidade de Sertãozinho possui 4 instituições de ensino superior presencial, sendo 2 privadas e 2 públicas (destas, uma é federal e a outra é estadual), que oferecem diversos cursos, conforme demonstrado no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Instituições de Ensino Superior de Sertãozinho e Cursos Oferecidos

Nome da IES	Propriedade	Cursos
Anhanguera Educacional	Particular	1) Administração 2) Direito 3) Ciências Contábeis 4) Letras 5) Pedagogia
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Aparecida (FNSA)	Particular	1) Administração 2) Letras 3) Pedagogia
Instituto Federal do Estado de São Paulo (IFSP)	Federal	1) Automação Industrial 2) Engenharia Elétrica 3) Engenharia Mecânica 4) Gestão de Recursos Humanos 5) Letras 6) Química
Faculdade de Tecnologia de Sertãozinho (FATEC)	Estadual	1) Gestão da Produção Industrial 2) Gestão Empresarial 3) Manutenção Industrial 4) Mecânica 5) Mecatrônica 6) Produção

Fonte: Adaptado de MEC (2018)

A cidade de Sertãozinho, por meio de suas IES, possuem 16 (dezesesseis) diferentes cursos superiores, e fazendo uma reflexão sobre sua principal atividade econômica, entende-se que há uma aderência sobre a formação oportunizada e a demanda exigida pelo atual mercado de trabalho.

Investigando com maior propriedade junto ao MEC (2018), a respeito da história do credenciamento das IES e a autorização dos cursos, verifica-se que os cursos da

área de Gestão, ou seja, o Curso de Bacharelado em Administração foi o pioneiro a ser ofertado na cidade, inclusive com três habilidades (Gestão de Negócios, Marketing e Agronegócios) que ainda era permitido até 2006, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do referido curso, mas que após este ano, todos foram adequados conforme exigências do MEC.

É preciso considerar que os gestores são essenciais para a transformação do município, assim, pode-se reconhecer que as IES contribuem por sua vez na formação de Administradores, que articulam junto ao desenvolvimento das organizações locais e regionais e, portanto, por meio de uma formação adequada, serão multiplicadores para muitas questões, como por exemplo, a preocupação com o ambiente.

De acordo com SEAD (2019), o município possui 2.209 alunos matriculados no ensino superior no ano de 2019, número que oscilou bastante entre os últimos 5 anos, conforme ilustrado na Tabela 2, que segue.

Tabela 2 - Matrículas em Cursos de Graduação Presencial em Sertãozinho

Períodos	Total de alunos Matriculados	Matrículas na Rede Federal	Matrículas na Rede Estadual	Matrículas na Rede privada
2015	2907	451	805	1651
2016	2802	472	861	1469
2017	2504	545	903	1056
2018	2181	553	928	700
2019	2209	630	1033	546

Fonte: Adaptado de SEADE (2019)

Diante dos números sobre a quantidade de alunos matriculados no Ensino Superior em Sertãozinho, pode-se constatar dois movimentos: a) a diminuição pelo interesse e matrículas no ensino superior; e b) uma inversão na demanda em virtude das matrículas pelas instituições públicas e privadas, sendo que o aluno buscou cada vez mais migrar para cursos ofertados por instituições públicas. No ano de 2019, a cidade contou com 2.209 alunos matriculados em cursos do ensino superior, destes, 546 estão vinculados a escolas particulares, representando apenas 24,71%.

Tais números foram bem diferentes no ano de 2017, quando havia 2.504 matriculados em IES, sendo que 42,17%, ou seja, 1056 em instituições privadas.

Porém, o recorte temporal da presente pesquisa, está no ano de 2017, quando havia 2.504 matrículas registradas, sendo que destas, 1448 foram efetivadas em IES públicas, representando 57,80% do total de alunos e 1.056 matrículas, representando 42,20% dos alunos, estão vinculados em IES privadas.

Ainda, tratando-se do recorte da pesquisa e levando em consideração os objetivos, destaca-se que o interesse é investigar a promoção da Educação Ambiental nos cursos superiores da área de Gestão, portanto, com base no Quadro 2, confirma-se entre as quatro IES da cidade, que existe a oferta de 5 cursos da área de gestão, conforme disponibilizado no Quadro 3.

Quadro 3 - Cursos Superiores de Gestão Ofertados na cidade de Sertãozinho

Qtde.	Curso	IES
1	Bacharelado em Administração	Anhanguera Educacional
2	Bacharelado em Ciências Contábeis	
3	Bacharelado em Administração	FNSA
4	CST em Gestão Empresarial	FATEC
5	CTS em Gestão de Recursos Humanos	IFSP

Fonte: Elaborado pelo Autor (2020)

Verifica-se há um total 400 (quatrocentas) vagas anuais nos cursos supracitados, porém, não foi possível identificar a quantidade exata de alunos matriculados nos curso, nem como a quantidade de profissionais formados por estes, mas certamente, os egressos desses cursos de gestão são o alicerce das organizações do município, uma vez que estão diretamente envolvidos com a tomada de decisão nas empresas, que são espaços importantes para o cuidado com o meio ambiente, visto que todas fazem uso de recursos naturais para manter suas operações.

Acredita-se muito, que uma Instituição de Ensino Superior que ofereça competências e habilidades sob o viés da Educação Ambiental na formação de futuros gestores atuantes dentro das organizações do município, poderá torná-los multiplicadores, contribuindo para o desenvolvimento socioambiental não só nos seus ambientes profissionais, mas, em quaisquer outros espaços.

Para tanto, é preciso a criação de políticas públicas e o fortalecimento delas junto às Instituições de Ensino de todos os níveis, em especial, da Educação Superior, visto que por mais que haja a existência de leis, a efetivação da Educação Ambiental somente ocorrerá por meio de atuações concebidas por ações e programas.

Neste sentido, todos os agentes educacionais são responsáveis pela promoção da Educação Ambiental, guiados pelas políticas federais, estaduais, municipais e outras diversas ações e programas direcionados a objetivos específicos, dentro do contexto de Educação Ambiental, sendo que todas as instituições, tanto pública como privada deverão estar atentas a essa promoção.

3.2. Promoção da Educação Ambiental e Políticas Municipais

Frente aos desafios impostos por uma sociedade consumista, e, conseqüentemente, provedora da alta escala de produção, torna-se premente planejar formas de eliminar ou diminuir os impactos ambientais causados por este cenário, que coloca em destaque a Educação Ambiental, seja como mecanismo de conscientização através do ensino ou como instrumento de controle por meio de programas de gestão, ambos com intuito de transformar a atual realidade.

Neste sentido, Brasil (1999, p. 1), dentro da concepção da Política Nacional de Educação Ambiental, define que a Educação Ambiental é entendida como:

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Percebe-se que as possibilidades de intervenções políticas sob o aspecto da Educação Ambiental, podem estar presentes de diversas formas na sociedade, abrangendo várias áreas, como por exemplo: os projetos pedagógicos em espaços escolares ou legislações voltadas para o processo de gestão organizacional.

Sorrentino (2005), comenta que este cenário é oportuno para uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política.

Priorizando o olhar para o processo de ensino aprendizagem, pode considerar que as políticas de Educação Ambiental revolucionaram as formas como as instituições de ensino brasileiras contribuem com este processo educacional, pois, além de institucionalizar leis que obrigam a abordagem dentro dos currículos da

educação básica, também reformulou os cursos superiores, a ponto de exigir que a Educação Ambiental fosse privilegiada nos projetos pedagógicos.

Dentro deste contexto, Barbosa (2008), complementa que a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/99 e de acordo com seu decreto de regulamentação em 2002, têm contribuído para acelerar o processo de institucionalização da Educação Ambiental no país, cujo marco inicial, pelo menos para o ensino formal, foi a Lei nº 6.938/81, a qual, ao instituir a Política Nacional de Meio Ambiente, determinou a inclusão da EA em todos os níveis de ensino.

Pode-se notar que, as políticas de Educação Ambiental permeiam o cenário da educação de forma completa, estando presente em todos os níveis da educação brasileira. Tal concepção recebe atenção especial para que possa ser implantado e consolidado e, neste sentido, órgãos específicos do MEC – Ministério da Educação receberam esta responsabilidade.

O MEC, por meio da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA), e o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Educação Ambiental (DEA), coordenam a PNEA e o ProNEA. Entretanto, em razão da transversalidade da EA, outras instituições públicas federais (ministérios, autarquias, estatais etc.) vêm desenvolvendo ações de EA, fato que desafia o Órgão Gestor a viabilizar ações integradas para, desse modo e a partir de uma visão sistêmica, potencializar a implementação de Políticas (BARBOSA, 2008).

Diante desses contingentes, visualiza-se um cenário de Educação Ambiental com grande influência na estrutura educacional brasileira, que busca não só a conscientização e sensibilização, mas também a transformação de toda uma sociedade.

De acordo com o MMA (2015), o PNMA - Programa Nacional de Meio Ambiente é coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Suas ações, destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País. Assim, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo. Nesse sentido, assume também as quatro diretrizes do Ministério do Meio Ambiente:

- Transversalidade;

- Fortalecimento do Sisnama – Sistema Nacional de Meio Ambiente;
- Sustentabilidade;
- Participação e controle social.

Portanto, todas as ações de Educação Ambiental voltadas para o sistema brasileiro educacional, possuem vertentes que asseguram o tema de forma que seja abordado em diversas concepções e, principalmente, para o encontro com a sustentabilidade, por isso a transversalidade é destacada neste processo. Também como forma de garantir mecanismos de controle, é previsto o fortalecimento do Sisnama – Sistema Nacional de Meio Ambiente como forma de fomentação para que seus objetivos de controle (municipal, estadual e federal) sejam atendidos em complemento a necessidade de participação e controle social.

Ainda como extensão das propostas, foi ofertado o ProFEA – Programa de Formação de Educadores Ambientais para garantir maiores resultados na implantação de processos de ensino aprendizagem pelos docentes em âmbito educacional, em conformidade com a PNEA. Sobre ao ProFEA, Iared et al (2011, p. 10) dispõe que:

São redes constituídas por instituições, com educadoras/es populares e educadoras/es ambientais, que desenvolvem ou apoiam trabalhos nessa área e que devem se constituir em comunidades de aprendizagem. Têm como um de seus principais objetivos a formação da/o educadora/o ambiental nos diferentes segmentos da sociedade, como, por exemplo, líderes comunitários e de pastorais, professoras/es e técnicas/os de instituições públicas e privadas e de organizações não-governamentais.

Assim, a Educação Ambiental, insere-se nas políticas públicas do Estado brasileiro de ambas as formas, como crescimento horizontal (quantitativo) e vertical (qualitativo), pois enquanto no âmbito do MEC pode ser entendida como uma estratégia de incremento da educação pública, no do MMA é uma função de Estado totalmente nova (SORRENTINO, 2008).

O mesmo autor completa que segundo essa convicção, o papel do Estado na Educação Ambiental brasileira, poderá ser subsidiário e definido por meio de um diálogo democrático com os diferentes sujeitos desta política.

Diante da difusão pelos meios de comunicação de massa de diversos acontecimentos ambientais infelizes pelo mundo afora e diante de algumas previsões catastróficas, e da mobilização de muitos setores da sociedade civil em prol da causa ambiental, o tema da formação de recursos humanos para a questão ambiental, sensibilização e conscientização tornou-se cada vez mais presente.

Até as legislações brasileiras que tem como finalidade gerenciar resíduos, adotou a Educação Ambiental como instrumento de gestão para este processo aliado a outros mecanismos.

Neste sentido, a Educação Ambiental é estabelecida como parte do instrumental da PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos para promover a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos. Como instrumental, a Educação Ambiental possui assim, um caráter social que promove a conscientização ambiental do indivíduo, assim como lhe oferece condições para sua participação ativa no controle social da política.

Em virtude deste contexto, a Educação Ambiental deve ser considerada como importante instrumento de gestão ambiental para a materialização da visão do desenvolvimento sustentável. Apesar disso, os efeitos benéficos de seu aprimoramento poderão ser percebidos principalmente em médio e longo prazos. Porém, sua aplicabilidade de maneira efetiva, está condicionada a implantação de políticas públicas educacionais compatíveis, que, subsidiem uma mudança cultural, de modo a afetar os hábitos e postura de uma determinada sociedade (SEIFFERT, 2007).

Iared et al (2001), seguindo este pensamento, dispõe que apesar de ser considerada fundamental para superar a crise de degradação do meio ambiente, não há um consenso a respeito da melhor maneira de se pensar e praticar a Educação Ambiental. Os educadores ambientais, de forma consciente ou intuitiva, praticam ações educativas com diferentes abordagens, de acordo com suas concepções de ambiente e de sociedade e com suas compreensões sobre o papel da Educação Ambiental na vida das pessoas.

As práticas de Educação Ambiental são por si, um grande avanço neste sentido, pois buscam melhorar individual e coletivamente as práticas em relação as suas escolhas quando a discussão é meio ambiente. Pontuando um exemplo de atuação, pode-se citar o que ela significa no ambiente quando o olhar se volta para o armazenamento dos resíduos sólidos, pois elas dão uma nova percepção às práticas cotidianas dos indivíduos em relação à produção e disposição dos resíduos.

Assim, é vital reconhecer que a Educação Ambiental está presente no processo educacional brasileiro e deve ser considerado como instrumento para uma mudança de cenário, na busca pela sustentabilidade.

O cenário de Educação Ambiental no Brasil, é constituído a partir da construção de leis específicas em âmbito nacional, como já abordado anteriormente, bem como pelas políticas regionais e locais.

No estado de São Paulo, a Lei Nº 12.780, de 30 de novembro de 2007, que Institui a Política Estadual de Educação Ambiental, com propostas pertinentes, conforme apresentado no texto do artigo 10:

A Política Estadual de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, órgãos públicos do Estado e Municípios, organizações não-governamentais, demais instituições como Redes de Educação Ambiental, Núcleos de Educação Ambiental, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, Coletivos Educadores e outros coletivos organizados, Comvidas, fóruns, colegiados, câmaras técnicas e comissões (SÃO PAULO, 2007, p. 2).

Ainda, a mesma lei, completa no Artigo 4ª que a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação, devendo estar presente em âmbito estadual e municipal, de forma articulada e continuada, em todos os níveis e modalidades dos processos educativos, bem como cita no Artigo 14 que a Educação Ambiental estará presente nas práticas curriculares das instituições escolares públicas, privadas e comunitárias de educação básica e superior.

Abaixo segue o Artigo 4º e 14º, da Política Estadual de Educação Ambiental:

Artigo 4º - A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação, devendo estar presente em âmbito estadual e municipal, de forma articulada e continuada, em todos os níveis e modalidades dos processos educativos formal e não-formal (SÃO PAULO, 2007, p. 1).

Artigo 14 - Entende-se por Educação Ambiental formal no âmbito escolar, aquela desenvolvida no campo curricular das instituições escolares públicas, privadas e comunitárias de ensino englobando:

- I - educação básica;
 - II - educação superior.
- (SÃO PAULO, 2007, p. 3).

O Decreto nº 55.385, de 1 de fevereiro de 2010, define o Programa Estadual de Educação Ambiental com objetivo de informar, sensibilizar e conscientizar as crianças, acerca dos conceitos básicos da agenda ambiental, provocando mudanças de comportamento, valores, práticas e de atitudes individuais e coletivas, para difundir e consolidar as ideias de qualidade ambiental; apoiar e articular as ações de Educação Ambiental no Estado de São Paulo voltadas às crianças de 8 a 10 anos, do ensino público e privado, realizadas por Municípios paulistas, entidades com fins não econômicos, fundações, universidades, instituições de ensino e/ou pesquisa e empresas localizadas no Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2010).

Seguindo a mesma linha de ampliação da promoção da Educação Ambiental e, tratando-se especificamente do município de Sertãozinho, verificou-se por meio da publicação da Lei Orgânica, atualizada no ano de 2014, que houve a institucionalização da preocupação com o meio ambiente na cidade.

Assim, o artigo 175 prevê que o Município, criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, assegurada a participação da coletividade e, ainda, defini a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, órgão consultivo e deliberativo, incumbidos da realização das atividades de desenvolvimento sustentável (SERTÃOZINHO, 2014).

Dessa forma, pode-se verificar na íntegra o texto da Lei Orgânica do Município de Sertãozinho, conforme segue:

O Município, mediante lei, criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, assegurada a participação da coletividade, com o fim de:

I - Propor política municipal de proteção ao meio ambiente;

II - Adotar medidas, nas diferentes áreas de ação pública e junto ao setor privado, para manter e promover o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade ambiental, prevenindo a degradação em todas as suas formas e impedindo ou mitigando impactos ambientais negativos e recuperando o meio ambiente degradado.

III - Definir, implantar e administrar ou supervisionar áreas de proteção ambiental, criadas por ato do Poder Público;

IV - Realizar periodicamente auditorias nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras;

V - Informar a população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, as situações de risco de acidentes, a presença de substâncias potencialmente nocivas à saúde, na água potável e nos alimentos, bem como os resultados das monitoragens e auditorias a que refere o inciso anterior;

VI - Incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a capacidade tecnológica para a resolução dos problemas ambientais e promover a informação sobre essas questões;

VII - Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais das espécies e dos ecossistemas;

VIII - Proteger a flora e a fauna, nesta compreendidos todos os animais silvestres, exóticos e domésticos, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e que provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, fiscalizando a extração, produção, criação, métodos de abate, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos;

IX - Controlar e fiscalizar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e destino final de substâncias, bem como o uso de técnicas, métodos e instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a qualidade de vida e meio ambiente, incluindo o de trabalho;

X - Promover a captação e orientar a aplicação de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de todas as atividades relacionadas com a proteção e conservação do meio ambiente;

XI - Disciplinar a restrição à participação em licitações públicas e ao acesso a benefícios fiscais às pessoas físicas ou jurídicas condenadas por atos de degradação ao meio ambiente;

XII - Promover medidas judiciais e administrativas de responsabilização dos causadores de poluição ou de degradação ambiental;

XIII - Promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente;

XIV - promover e manter inventário e mapeamento da cobertura vegetal nativa, visando à adoção de medidas especiais de proteção, bem como promover o reflorestamento, em especial, às margens de córregos, rios e lagos, visando à sua perenidade.

XV - Estimular e contribuir para a recuperação da vegetação em áreas urbanas, com plantio de árvores, principalmente frutíferas, estimulando sistema de poda nas épocas devidas, objetivando a consecução de índices máximos de cobertura vegetal;

XVI - Incentivar a auxiliar tecnicamente as associações de proteção ao meio ambiente constituídas na forma da lei, respeitando a sua autonomia e independência;

XVII - Instituir programas especiais mediante a integração de todos os seus órgãos, objetivando incentivar os proprietários rurais a executarem as práticas de conservação do solo e da água, de preservação e reposição das matas ciliares e replantio de espécies nativas;

XVIII - Controlar e fiscalizar obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos que, direta ou indiretamente, possam causar degradação do meio ambiente, adotando medidas preventivas ou corretivas e aplicando as sanções administrativas pertinentes;

XIX - Realizar o planejamento e o zoneamento ambientais, considerando as características regionais e locais e articular os respectivos planos, programas e ações;

Parágrafo Único - O sistema mencionado no caput deste artigo será coordenado por órgão da administração direta que será integrado por:

a) Conselho Municipal do Meio Ambiente, órgão consultivo e deliberativo.

b) órgãos executivos incumbidos da realização das atividades de desenvolvimento ambiental (SERTÃOZINHO, 2014, online).

No ano de 2015, foi publicado as diretrizes e ações para promoção da Educação Ambiental por meio da Lei nº 5.986, que institui a Política Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências, cujo artigo 6º, dentro os itens propostos, assume a necessidade de desenvolver programas, projetos e ações de Educação Ambiental norteados pelas diretivas: esgoto tratado, resíduos sólidos, biodiversidade, arborização urbana, Educação Ambiental, cidade sustentável, gestão das águas, mudanças climáticas, qualidade do ar, estrutura ambiental e conselho ambiental (SERTÃOZINHO, 2015).

Segue na íntegra o referido artigo:

Artigo 6. São objetivos fundamentais da Educação Ambiental no Município:

I - construir uma sociedade ecologicamente responsável, economicamente viável, culturalmente diversa, politicamente atuante e socialmente justa;

II - desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, históricos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais, tecnológicos e éticos;

III - garantir a democratização e a socialização das informações socioambientais;

IV - estimular o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

V - incentivar a participação comunitária ativa, permanente e responsável na proteção, preservação e conservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

VI - incentivar a participação da sociedade na discussão das questões socioambientais fortalecendo o exercício da cidadania e o desenvolvimento de uma consciência crítica e ética;

VII - incentivar a formação de grupos voltados para as questões socioambientais nas instituições públicas, sociais e privadas;

VIII - fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, em especial o estímulo à adoção de práticas sustentáveis que minimizem os impactos negativos sobre o ambiente;

IX - desenvolver programas, projetos e ações de Educação Ambiental norteados pelas diretrizes: esgoto tratado, resíduos sólidos, biodiversidade, arborização urbana, educação ambiental, cidade sustentável, gestão das águas, mudanças climáticas, qualidade do ar, estrutura ambiental e conselho ambiental (SERTÃOZINHO, 2015, p. 2)

A Política de Educação Ambiental que chega para disponibilizar um espaço de discussão sobre as ações de promoção ambiental do município, somente teve sua regulamentação aprovada e publicada no ano de 2019, por meio do Decreto 7.413.

Tal publicação, prevê o atendimento do Programa de Educação Ambiental, no âmbito formal, além da rede municipal de ensino, que também estenderá a rede estadual, escolas particulares, profissionalizantes, educação especial e ensino superior quando for pertinente ou solicitado pelas instituições de ensino de modo integrado e participativo, oportunizando uma abertura para o diálogo em diversas esferas da educação municipal.

Mesma lei, dispõe no Artigo 4^a que:

O Programa Municipal de Educação Ambiental deverá ocorrer também no âmbito não formal, por meio de projetos estabelecidos pela Secretaria de Meio Ambiente, visando o princípio da transversalidade, compreendendo as práticas educativas voltadas a sensibilização, conscientização, mobilização e formação coletiva para proteção e defesa do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida (SERTÃOZINHO, 2019, p. 1).

Dessa forma, há um alinhamento com as legislações de Educação Ambiental entre as esferas públicas federais, estaduais e municipais, facilitando para que tais políticas apresentem diretrizes, princípios e a missão que orientam o Plano Municipal

de Educação Ambiental, a delimitação de seus objetivos, suas linhas de ação e sua estrutura organizacional

Nesse sentido, percebe-se que o município incentiva diversas ações, a partir de Políticas de Educação Ambiental, que visa inserir a Educação Ambiental nas agendas dos órgãos públicos e privados do município, bem como junto a sociedade civil, e instituições de ensino.

3.3. Ações e Projetos Municipais de Educação Ambiental

Visto que o estado e o município valorizam as políticas de Educação Ambiental, desperta-se o interesse para conhecer de que forma, estas são efetivadas em ações e/ou projetos e por quais os caminhos educacionais são articulados para o diálogo interdisciplinar na busca pela promoção do desenvolvimento socioambiental.

Os caminhos educacionais são essenciais para a transformação do pensamento, sentimento e da atitude dos seres humanos em vários aspectos, mas principalmente, no que tange a Educação Ambiental, que é institucionalizada por meio de políticas públicas fortalecidas pelas esferas estaduais, municipais e de órgãos específicos.

Para Melo (2007), a articulação junto as instituições de ensino, seja por ações ou projetos de Educação Ambiental, permite a adoção de valores sociais, junto com o interesse pelas questões ambientais e a vontade de participar em sua melhoria e proteção. Também contribuem para o desenvolvimento de habilidades para resolver os problemas ambientais e a participação, proporcionando aos cidadãos a possibilidade de participarem ativamente das tarefas de resolução, prevenção e conscientização dos problemas ambientais.

Assim, é possível formar cidadãos e profissionais, seja pela educação básica ou superior, aptos a transformar a atual realidade em um futuro melhor. Futuro este, sustentado pelo desenvolvimento socioambiental. Portanto, a efetivação de ações e projetos do âmbito escolar é o pilar da produção e reprodução da promoção da Educação Ambiental.

Krasilchik (1986) *apud* Araújo et al (2016, p. 25) assinala que:

A Educação Ambiental deverá servir não apenas para transmitir conhecimento, mas também para desenvolver habilidades e atitudes que permitam ao homem atuar efetivamente no processo de manutenção de equilíbrio ambiental, de modo a garantir uma qualidade de vida condizente com suas necessidades e aspirações.

A escola, no entanto, é um dos locais privilegiados para realização da Educação Ambiental, que sob a ótica da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, seja por meio de ações e projetos, possibilitam a concepção de uma formação consciente e preocupada com os aspectos sustentáveis. Muitos são adquiridos no espaço escolar, mas reproduzidos nos espaços de convívio social.

Ao promover ações e projetos específicos, pode-se desenvolver competências para a Educação Ambiental junto aos alunos. Assim, alguns assuntos diversificados, podem ser trabalhados no sentido de mobilizar a comunidade escolar para o exercício da cidadania, aproveitar datas e acontecimentos marcantes na sociedade, como eleições, greves, festejos públicos e outros eventos que alterem a rotina diária. Integrar o aluno ao ambiente em que vive, despertando sua atenção para compreender melhor o cotidiano. Desenvolver o respeito pela natureza, incentivando práticas como o cultivo de hortas e jardins, conceber a importância da coleta seletiva de lixo, identificar as diferentes formas de aproveitamento e reciclagem, bem como outras ações sustentáveis que podem ser construídas a partir de diversas áreas de conhecimentos (ou disciplinas), sob o viés socioambiental (MELLO, 2007).

Tratando especificamente do Município de Sertãozinho, por meio do Decreto nº 7.413, de 26 de julho de 2019 foi instituído o Programa Municipal de Educação Ambiental para atender os objetivos da Política Municipal de Educação Ambiental, criada pela Lei Municipal nº 5.986, de 07 de outubro de 2015, cujo anexo apresenta diversas ações e programas disponível no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Ações e Programas de Educação Ambiental do Município de Sertãozinho

A Escola de Educação Ambiental	Construída de forma sustentável em formato de árvore, com materiais de reaproveitamento, este Centro recebe visitas de alunos da rede pública, privada, entidades e grupos interessados. Este espaço também possui professores que realizam atividades nas escolas e eventos relacionados ao meio ambiente, buscando trabalhar a Educação Ambiental com o maior número de pessoas;
Projeto Sala Verde	Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente o projeto tem como objetivo desenvolver temas ambientais diversificados como o Programas de capacitação em práticas ambientais para aplicação de temas sustentáveis, ações intermunicipais, com diversos seguimentos da sociedade regional, através de visitas no CEA, conforme diretrizes de Educação Ambiental; Desenvolver acordos de cooperação com setor privado, sindicatos, empresas e outros, para formação profissional e atividades de preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais; Desenvolver ações educacionais com entidades públicas de ensino municipal, estadual, particulares, federais, associações, clubes de serviços e outros; Disponibilizar espaço físico na Escola de Educação Ambiental com acervo bibliográfico e materiais multimídia referente ao meio ambiente; e

	Criar e estruturar "Eco Museu", com objetivo de proporcionar aos visitantes, condições de aprendizados. (fotos, sementes, exsicatas de estruturas vegetais);
Meio Ambiente em Ação	Consiste em uma feira que expõe todos os serviços prestados pela Secretaria de Meio Ambiente, como: doação de mudas produzidas pelo Viveiro Municipal; adoção de animais acolhidos pelo Canil Municipal; feira de trocas (troca-treco); orientações sobre descarte de resíduos sólidos; coleta de lixo eletrônico;
Semana do Meio Ambiente	Esta ação ocorre na primeira semana de junho respeitando sempre a data principal que é 05 de junho dia mundial do meio ambiente, durante esse período são organizados diversos eventos que atendam diversos públicos, um dos tradicionais eventos é a Feira Ambiental que conta com atrações diferenciadas para a população, objetivando mobilizar toda a sociedade em defesa ao meio ambiente e conscientizá-los da importância de preservá-lo, através de pequenas ações;
Semana de Defesa e Proteção Animal	Desde 2014 a Secretaria de Meio Ambiente vem colocando em destaque a data em que se comemora o dia mundial dos animais que é 04 de outubro, durante essa semana são realizadas campanhas de vacinação, feiras de adoção de animais que estão sobre abrigo do Canil Municipal, castrações, campanhas de conscientização de posse responsável etc.;
Projeto De Olho no Óleo	Este projeto é realizado em parceria das Secretarias de Meio Ambiente, Secretaria da Educação, Fundo Social de Solidariedade e Empresa GRANOL, cujo intuito é o de coletar óleo de cozinha usado, evitando o descarte inadequado desses resíduos. Tanto as cozinhas das escolas quanto os alunos serão estimulados a realizarem a separação e destinação correta do óleo de fritura usado, seja na escola como nas suas respectivas residências, devendo todo óleo recolhido ser armazenado em garrafas PET de 2 Litros na escola para posterior troca junto à empresa parceira;
Projeto Selo Verde	Consiste na implantação de certificação das empresas industriais que utilizam de práticas produtivas e de gestão com consciência socioambiental, todo projeto está baseado na Lei nº 6.277 de 10 de julho de 2017 e objetiva promover atitudes e práticas comportamentais fundamentadas em valores que tenham como referência a preservação do meio ambiente. Assim, o projeto busca valorizar e incentivar as empresas que praticam ações que promovam a consciência socioambiental.
Programa Município Verde Azul	Homologo resolução SMA que conta com diversas temáticas ambientais, o qual o Município deve cumprir os critérios inseridos em cada uma delas, através de ações desenvolvidas e suas comprovações. Estas temáticas também servem para nortear o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental no âmbito formal e não-formal. Os temas são: Município Sustentável; Estrutura de Educação Ambiental; Conselho Ambiental; Biodiversidade; Gestão das Águas; Qualidade do Ar; Uso do Solo; Arborização Urbana; Esgoto Tratado; Resíduos Sólidos;
Calendário de Eventos Ambientais	Instituído pela Lei Municipal nº 4.907/2009, que inclui as datas comemorativas do Meio Ambiente como: dia da água, dia do meio ambiente, dia do combate a poluição, dia da árvore e dia da natureza;
Cartilhas Educacionais	Em parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a prefeitura municipal elaborou e distribuiu nas escolas diversas cartilhas de conscientização ambiental, sobre

	os temas: arborização urbana, bem-estar animal para crianças, jovens e adultos; resíduos sólidos, entre outras;
Uso Racional da Água e o Meio Ambiente	Realizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente juntos com as escolas da rede municipal de ensino. As ações são desenvolvidas por meio de palestras, atividades e visitas extraescolares promovidas pelas professoras da Escola Ambiental e também com o apoio da ONG “Natureza Viva” que será parceira do projeto, objetivando a mudança na conduta dos alunos relacionadas ao desperdício e poluição da água e do meio ambiente;
Viveiro de Mudas	Com a proposta de estreitar as relações intermunicipais entre os municípios de Sertãozinho e Barrinha, este projeto com parceria firmada entre as duas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, tem como objetivo instruir profissionais técnicos na realização de coleta de sementes nas áreas preservadas, buscando a diversidade de espécies, apoio à implantação do viveiro de mudas de árvores nativas, reflorestamento das áreas de preservação permanente e, assim, contribuir para conservação da biodiversidade e para recursos hídricos em todo município de Barrinha;
Minha Colmeia, Nossa Vida	Promovido pela Escola Ambiental, tem como objetivo transmitir informações para os alunos participantes de maneira contínua, embasado em ações pedagógicas que possam facilitar o aprendizado e despertar o interesse das crianças na preservação do meio ambiente, sustentabilidade e melhores condições de vida em sociedade, buscando consolidar boas práticas de manejo e maior conhecimento sobre meliponários, vida em sociedade e ação polinizadora das abelhas sem ferrão.

Fonte: Adaptado pelo Autor de Sertãozinho (2019).

Ainda, identificou-se que a partir de 2018 foi elaborado o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), em atendimento as exigências da Políticas Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010 com o gerenciamento adequado de todos os tipos de resíduos sólidos.

O gerenciamento é definido como o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final dos resíduos e disposição final, ambientalmente adequada dos rejeitos. Gestão Integrada, por sua vez, pode-se considerar como conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2010).

Verifica-se, portanto, que são diversas as ações e projetos vinculados a Educação Ambiental, incentivados pelo Município de Sertãozinho no que tange os objetivos da Educação Ambiental. Para Melo (2007, p. 22), as ações e projetos desenvolvidos no município fortalecem as ações dos envolvidos, de tal forma que,

adquiram competência e habilidades essenciais sobre o meio ambiente, com por exemplo:

- Conhecer e compreender, de modo integrado e sistêmico, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente;
- Adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas justas e ambientalmente sustentáveis;
- Observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo reativo e propositivo para garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida;
- Perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa-efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio;
- Compreender a necessidade e dominar alguns procedimentos de conservação e manejo dos recursos naturais com os quais interagem, aplicando-os no dia a dia.

Assim, de forma gradativa o município vem promovendo a Educação Ambiental, cumprindo com o disposto no Decreto nº 7.413/2019. Em especial, percebe-se que o Artigo 3º do referido decreto, diz que o Programa Municipal de Educação Ambiental no âmbito formal, além da rede municipal de ensino, também se estenderá ao atendimento da rede estadual, escolas particulares, profissionalizantes, educação especial e ensino superior quando for pertinente ou solicitado pelas instituições de ensino de modo integrado e participativo (SERTÃOZINHO, 2019).

No entanto, não foram identificadas ações ou projetos municipais realizados em parceria com Instituições do Ensino Superior da cidade de Sertãozinho, uma vez que todos listados acima, tem como público alvo, alunos da educação básica e a sociedade em geral, mas nada que tenha vínculo ou relação com alunos ou curso de graduação.

Atendendo o objetivo desse trabalho, no próximo capítulo será apresentado uma pesquisa sobre as práticas de Educação Ambiental no Ensino Superior de Sertãozinho, com recorte especial aos cursos de Graduação na modalidade presencial na área de Gestão, no intuito de identificar algum tipo de ação ou projetos desenvolvidos como proposta de Educação Ambiental.

4. PESQUISA SOBRE AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR COM FOCO NOS CURSOS DE GESTÃO NA MODALIDADE PRESENCIAL DO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Este último capítulo, permeia sobre o diálogo entre a teoria e a prática da Educação Ambiental, buscando identificar por meio de pesquisa de campo, ações efetivadas no Curso de Gestão ofertado na modalidade presencial em uma Instituição de Ensino Superior do Município de Sertãozinho, bem como suas contribuições na formação de futuros profissionais.

4.1. Pesquisa Documental nos PPC's - Projetos Pedagógicos de Curso

Visto que a proposta central deste trabalho, tem como objetivo investigar ações de Educação Ambiental efetivas das Cursos de Graduação em Gestão, na modalidade presencial, oferecidos na cidade de Sertãozinho, fez-se oportuno realizar uma análise documental a partir dos PPC, na tentativa de encontrar como a Educação Ambiental se apresenta em cada um dos Cursos.

Para Seixas et al (2013), o PPC é um documento normativo dos cursos de graduação que apresenta características de projeto com informações acerca da concepção e da estrutura do curso e seus elementos reguladores e de estratégias pedagógicas. Nos PPC's estão presentes aspectos técnicos normativos, concepções de homem e de sociedade, além de um componente político fundamental, sendo elemento agregador de diversas instâncias da realidade, desde sua dimensão cotidiana dos cursos até diretrizes das políticas macroeconômicas. Assim, o PPC deve propor o perfil de sujeito/profissional que se busca formar, no contexto da sociedade para qual se orienta a formação, que neste é do futuro Gestor.

Considera-se o PPC, como um documento de orientação e de condução do presente e do futuro de uma formação profissional comprometida com as diretrizes curriculares nacionais e responsável por garantir que este profissional adquira competências e habilidades para atuar no mercado de trabalho, dentro de sua área de formação (UTFPR, 20211).

Para um maior entendimento sobre a abrangência do PPC, tomou-se como base a Diretriz Curricular Nacional do Curso de Administração, que dispõe alguns elementos essenciais que deverão estar contidos no mesmo, a saber:

- I - Objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - Condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

- III - Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV - Formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - Modos de integração entre teoria e prática;
- VI - Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - Modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - Incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX - Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X - Concepção e composição das atividades complementares; e
- XI - Inclusão opcional de trabalho de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio (CNE, 2005, p.1).

Além das questões étnicas raciais, atendimento as pessoas com deficiência e de direitos humanos, os PPC's devem atender o que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e a Política Nacional de Educação Ambiental, como segue citado abaixo, respectivamente:

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

- I - Pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
- II - Como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; e
- III - Pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (MEC, 2012, p.5).

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999, p. 1).

Diante das legislações supracitadas, percebe-se que a Educação Ambiental deve estar contida nos PPC's dos cursos de graduação, podendo ser efetivada por meio de estratégias pedagógicas como por exemplo a transversalidade. Também nota-se que tal aplicação desenvolve-se prioritariamente como uma prática educativa

contínua e permanente, não sendo apenas inserida em uma disciplina de caráter isolado.

Outro ponto observado de extrema importância é sobre a necessidade de ofertar uma formação complementar aos docentes envolvidos neste processo, para que possam conceber ações e práticas de Educação Ambiental articuladas com a proposta das legislações vigentes.

Alencar e Barbosa (2018), reforçam o entendimento do espaço a ser tomado pelas IESs no desenvolvimento da Educação Ambiental, recomendando que, na formação universitária, de forma abrangente, o tema meio ambiente seja abordado de forma transversal ao ensino, à pesquisa e à extensão, fortalecendo assim a articulação entre os mecanismos pedagógicos.

Conforme já mencionado no item 1.3, que trata sobre os procedimentos metodológicos de pesquisa, algumas categorias para análise do PPC's foram definidas para facilitar a identificação das legislações pertinentes, no que diz respeito aquelas previstas por lei e, que devem estar contidas nos projetos; analisar as ações de educação ambiental e qual é o viés pedagógico para sua aplicabilidade; avaliar a existência de disciplinas que abordam o tema Educação Ambiental e, por último; diagnosticar a existência de projetos que incentivem a produção de conhecimento, ou de competências e habilidades no que tange a Educação Ambiental.

Os PPCs são documentos que precisam estar disponíveis para toda comunidade, bem como diversos outros itens que necessariamente deverão ser publicados para acesso de interessados em geral, conforme previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, alterada pela Lei nº 13.168/2015 (LDBEN, 1996). Assim, por meio de pesquisa na rede de internet e na página eletrônica de cada instituição, pode-se obter na íntegra os PPC's de cada um dos cursos de graduação, na área de Gestão e na modalidade presencial, ofertados na cidade de Sertãozinho, possibilitado a análise, conforme segue.

Dessa forma, os resultados aferidos estão organizados nas quatro categorias que segue no Quadro 5.

Quadro 5 – Análise dos PPC's dos Cursos de Graduação em Gestão de Sertãozinho

IES Categorias	FATEC I	IFESP II	FNSA III	ANHANGUERA IV
a) Identificação da Legislação Pertinente	Não	Sim Resolução CNE/CP nº 3/2002);	Sim Lei nº 9795/1999 Decreto nº 4281/2002 Lei nº 12.780/2007 e Lei 5986/2015	Sim Lei nº 9795/1999 Decreto nº 4281/2002
b) Ações de EA	Não	Não	Sim Interdisciplinar	Sim, Interdisciplinar
c) Existência de Disciplinas que Abordam a EA	Sim (1 disciplina) Gestão Ambiental	Sim (2 disciplinas) Ética Empresarial Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Sim (4 disciplinas) Ética e Responsabilidade Social Projeto Interdisciplinar: Práticas Empresariais; Gestão Ambiental e Social Tópicos Especiais em Administração II	Sim (2 disciplinas) Gestão Ambiental Responsabilidade Social Ambiental Contabilidade Social e Ambiental
d) Existência de Projetos de EA	Sim	Não	Sim → Projeto Interdisciplinar contemplando todas as disciplinas	Não

Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

Para uma melhor compreensão sobre as Análises realizadas nos PPC de cada

curso, algumas considerações foram destacadas, como seguem:

I) O PPC do Curso de Gestão Empresarial da FATEC – Faculdade de Tecnologia de Sertãozinho, não cita as legislações pertinentes às questões sobre Educação Ambiental, bem como não foi encontrado, ações desenvolvidas e registradas neste sentido. No entanto, existe uma disciplina de Gestão Ambiental que aborda o conceito e evolução da questão ambiental, desempenho ambiental, normas ambientais, sistemas de gerenciamento ambiental, programas específicos, certificação e legislação, bem como há Projetos Interdisciplinares promovidos que contemplam os assuntos da disciplina de Gestão Ambiental;

II) O PPC do Curso de Gestão de Recursos Humanos do IFESP – Instituto Federal de Educação de São Paulo, citou apenas uma legislação, no caso a Resolução CNE/CP nº 3/2002 que trata sobre a ética ambiental. Há duas disciplinas que abordam os temas sobre meio ambiente, sendo que a disciplina de Ética Empresarial tem como objetivo apresentar e refletir sobre os conceitos Desenvolvimento Sustentável. Já a disciplina de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, faz menção sobre a importância da responsabilidade social empresarial para o desenvolvimento sustentável do planeta. Porém, não há proposta para desenvolvimento de projetos e nem ações de Educação Ambiental;

III) O PPC do Curso de Administração da FNSA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Aparecida, citou quatro legislações pertinentes, sendo a Lei nº 9.795/1999, Decreto nº 4.281/2002, Lei nº 12.780/2007 e Lei nº 5.986/2015 contemplando a visão sistêmica das políticas em âmbito nacional, estadual e municipal. Ainda, foi constatado que o tema Educação Ambiental é abordado por quatro disciplinas, a saber: Ética e Responsabilidade Social; Projeto Interdisciplinar: Práticas Empresariais; Gestão Ambiental e Social; e, Tópicos Especiais em Administração II. Há diversas ações promovidas pelo curso, envolvendo inclusive empresas locais e a sociedade, como a coleta de óleo, reciclagem, plantio de mudas de árvores outras desenvolvidas em eventos acadêmicos. Ainda, verificou-se que o curso dispõe de um projeto interdisciplinar, onde a Educação Ambiental perfaz todas as disciplinas do curso na temática sustentabilidade, produzindo resultados efetivos pelos alunos que são reproduzidos nas organizações e comunidade;

IV) Os PPC's dos Cursos de Administração e de Ciências Contábeis da Faculdade Anhanguera, fizeram menção das legislações pertinentes, sendo a Lei nº

9.795/1999 e o Decreto nº 4.281/2002, descrevendo que as políticas de Educação Ambiental no Curso de Administração são abordadas nas disciplinas de Gestão Ambiental, que tem como objetivo conhecer os aspectos e fatores ambientais que impactam a operação da organização; e na disciplina de Responsabilidade Social Ambiental, com a proposta de conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável. Já no curso de Ciências Contábeis, estão presentes na disciplina de Responsabilidade Social Ambiental e Contabilidade Social Ambiental. Ainda, foi identificado propostas de Ações Ambientais promovidas por meio da interdisciplinaridade, mas não há projetos realizados efetivamente.

Por meio das análises realizadas nos cursos é possível afirmar levando em consideração os estudos dos PPC's – Projetos Pedagógicos dos Cursos presenciais da área de Gestão, ofertados no município de Sertãozinho, que o Curso de Administração da FNSA apresentou elementos consideráveis nas quatro categorias, seja no atendimento as legislações pertinentes a Educação Ambiental; na articulação de várias disciplinas sobre o tema; ou ainda, na promoção de ação ou de projetos efetivos de Educação Ambiental.

Dessa forma, optou-se em realizar uma pesquisa de campo com aplicação de questionário junto aos alunos e docentes do referido curso e entrevista com o coordenador, para investigar como a Educação Ambiental é concebida e agregada a formação do futuro Administrador, bem como se as ações de Educação Ambiental se multiplicam em outros espaços sociais a partir do desenvolvimento de projetos acadêmicos.

4.2. Contextualização da Pesquisa de Campo: Histórico da Instituição e do Curso

A FNSA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras é mantida por uma renomada instituição de ensino da cidade de Sertãozinho, conhecida como CTCNSA – Colégio Técnico Comercial Nossa Senhora Aparecida, atuante a mais de 5 décadas na área de Educação, contribuindo para a formação de cidadãos e de profissionais em diversas áreas.

De acordo com o PPC do Curso de Administração da FSNA:

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Nossa Senhora Aparecida” foi concebida com o propósito de dar continuidade ao projeto educativo iniciado em 12 de abril de 1950, por seus fundadores, no âmbito da Educação Infantil,

Ensino Fundamental e Ensino Médio, com a implantação do Colégio Técnico Comercial “Nossa Senhora Aparecida”, cuja mantenedora tem a mesma denominação, e constituída na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Sertãozinho, Registro nº 74, Folha 39 do Livro “A” em 18 de outubro de 1965.

A estrutura física do referido Colégio foi projetada para permitir que o aluno aproveite intensamente o tempo de sua permanência no ambiente escolar. Para isso, as instalações dispõem de biblioteca, laboratórios de informática, química, sala de leitura e um excelente espaço de convivência.

Utilizando o espaço, infraestrutura e instalações do Colégio Técnico Comercial “Nossa Senhora Aparecida” e preservando os mesmos compromissos e princípios educacionais que marcam a história da Mantenedora nos seus anos de existência foi credenciada em 21 de junho de 2000, por meio da Portaria MEC nº 855, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Nossa Senhora Aparecida”, de Sertãozinho, ocasião em que foram autorizados os cursos de Licenciatura em Matemática, mediante a mesma Portaria de credenciamento, de Licenciatura em Letras com habilitação em Português/Inglês e Respektivas Literaturas, por meio da Portaria MEC nº 917 de 29/06/2000.

Posteriormente foram autorizados os cursos de Administração com habilitação em Marketing, mediante a Portaria MEC nº 2.896 de 14/12/2001 e de Pedagogia, por meio da Portaria SESu nº 506 de 17/08/2006 (FNSA, 2016, p. 4).

De acordo com Educaedu (2019), o Colégio Técnico Comercial Nossa Senhora Aparecida, mantenedora da FNSA, ao longo dos mais de 50 anos de desempenho eficiente, por meio dos cursos técnicos em Química, Segurança do Trabalho, Eletrônica, Enfermagem, Contabilidade, Informática e Administração, já formou mais de 55.000 alunos.

Percebe-se no histórico da IES que o Curso de Administração com Habilitação em Marketing foi reconhecido por meio da Portaria SESu nº 1.087 de 2006 e já em 2008, houve uma adequação na matriz curricular, em relação aos objetivos e perfil do egresso para atender as exigências das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Administração, passando este, a não ter mais a habilitação em Marketing, e seu foco de formação foi bem mais abrangente, possibilitando uma formação próxima de todas as atividades econômicas locais, para atender de forma ampla a demanda de gestores na cidade de Sertãozinho e região.

No ano de 2012, um Grupo Educacional do Estado de São Paulo adquiriu a FNSA, contratou novos Coordenadores readequando também o quadro de docentes e, dessa forma, iniciou a implantação da atual matriz curricular do Curso de Administração, com um novo olhar no processos de gestão, articulado não só com as necessidades atuais do mercado, mas também com visão sistêmica dos empreendimentos regionais e a real necessidade de um profissional que tenha

habilidades e competências para também, atender as futuras tendências do mercado local, regional e global (FNSA, 2016).

Essas características foram incorporadas por meio de uma perfeita harmonia entre projeto pedagógico, corpo docente, mercado de trabalho, interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e atividades teórico práticas, articuladas com vários atores da comunidade acadêmica, e também em âmbito profissional e social.

Verifica-se que o PPC do curso há registro justificando que:

Todo esse envolvimento e comprometimento é assegurado pela forma com que a Gestão em termos de Direção, Coordenação e Serviços Técnicos Administrativos atuam, proporcionando maior transparência em seus objetivos de formação e atuação, levando sempre em consideração às questões de responsabilidade sociais e sustentabilidade como fundamento para o desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional, em termos locais e regionais (FNSA 2016, p. 11-12).

No ano de 2017, a Instituição oferecia três cursos de Graduação sendo Administração; Letras com habilitação em Português/Inglês e Pedagogia. Também funciona como Polo de EaD, totalizando mais de 900 alunos, 27 docentes, 3 coordenadores de curso e 12 funcionários (entre secretaria, portaria, financeiro, biblioteca, serviços gerais, administrativos, etc).

O curso de graduação em Administração, ao longo desses 15 anos já formou mais de 1.300 profissionais, que atuam em toda região, contribuindo com o desenvolvimento das organizações e da sociedade.

Assim, a Curso de Administração vem contribuir para o desenvolvimento da região, formando profissionais competentes e habilitados ao exercício de atividades em negócios, bem como estimular a crescimento pessoal, empresarial e social por meio da inovação, geração, construção e disseminação de conhecimento nas áreas da administração sob o prisma da responsabilidade social corporativa com viés para a educação socioambiental (FNSA, 2016).

Analisando o PPC do Curso de Administração, verificou-se a existência de um PI - Projeto Interdisciplinar englobando todas as disciplinas do curso, cujo principal assunto abordado de forma interdisciplinar, diz respeito às questões que envolvem a “Responsabilidade Social Corporativa e Educação Socioambiental”, tanto no aspecto da ética, moral, de cidadania, respeito e responsabilidade empresarial, bem como a preocupação com o meio ambiente e sustentabilidade, entre outras.

O Projeto Interdisciplinar foi institucionalizado e segue um Regulamento próprio, um manual a ser preenchido e também, normas específicas de formatação e padronização do relatório desenvolvido que é entregue no final do curso.

Contatou-se também, que o PI, substituiu o antigo TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, oportunizando que as ações desenvolvidas neste, sejam de caráter prático ou pelo menos que venha a contribuir com uma prática futura.

Assim, a articulação da teoria com a prática é iniciada por disciplinas de cunho teórico que oportuniza, ainda em sala de aula, uma reflexão prática de situações e problemas reais, contextualizadas pelo professor. O PI – Projeto Interdisciplinar, promove a pesquisa entre todas as disciplinas de um determinado período sob o aspecto da responsabilidade social corporativa e sustentabilidade.

A ação interdisciplinar estabelecerá, junto das práticas ambientais e do desenvolvimento do trabalho didático-pedagógico, a transmissão e reconstrução dos conteúdos disciplinares, experimentando a transformação do diferente em relação ao outro. Este viés permite pontuar que através dos outros, nos tornamos nós mesmos (VYGOTSKY, 2000).

Portanto, trabalhar as questões sobre Responsabilidade Social Corporativa Educação e Educação Socioambiental a partir de Projetos Interdisciplinares no ensino superior, em especial, para a formação de Gestores, é uma estratégia pedagógica inovadora de grande contribuição para potencializar a aprendizagem, enriquecer o currículo e garantir uma formação adequada e moderna ao gestor, que além de atender as demandas contemporâneas, também irá preparar profissionais para que possam tomar as decisões futuras nas organizações da forma mais coerente possível, visto que estas terão reflexos sociais significativos.

Barbieri e Silva (2011), afirmam que os gestores estão entre os profissionais que mais causam impactos ambientais, pois tomam decisões sobre o que, quanto, quando e onde produzir, e com que recurso produzir. Decisões essas que causam impactos diretos e indiretos sobre o nível de utilização dos recursos e de poluição resultantes das atividades de produção, distribuição e uso ou consumo de bens e serviços.

Considera-se oportuno investigar o processo de desenvolvimento do PI do Curso de Administração, suas metodologias e forma de aplicabilidade, visto que tal curso possui muitas as características relevantes para a prática da Educação Ambiental.

4.3. Pesquisa de Campo e Coleta de Dados

Para uma investigação prática, optou-se em delimitar a pesquisa de campo com recorte no Curso de Administração, ofertado na modalidade presencial pela FNSA na cidade de Sertãozinho, tendo como público alvo os alunos, professores e o coordenador em forma de estudo de caso.

Para tanto, uma Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aprovado pelo CEP da Unesp de Franca, cujo modelo segue no Apêndice II, foi disponibilizado aos participantes que concordaram em responder a pesquisa.

Sobre o Estudo de Caso, Yin (2005, p. 32) afirma que é “um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidencia”.

Nesta perspectiva, considera-se que o PI do Curso de Administração da FNSA, funciona com um fenômeno que contribui para a formação do futuro gestor no que tange as competências e habilidades para atuar na Educação Ambiental, porém, tal contexto necessita de uma pesquisa de campo junto aos elementos, neste caso, as pessoas que estão envolvidas nos processos, sendo que tal pesquisa fará uso de instrumentos específicos de coleta de dados.

As formas com que os dados são analisados irá variar de acordo com o instrumento de coleta de dados adotado, também conhecidas como técnicas de coleta de dados, como por exemplo: documentos, entrevistas, questionários, grupo de foco, observação, etc. (KLEIN et al., 2015).

Para esta pesquisa, utilizou-se dois instrumentos de coleta de dados, sendo o questionário e a entrevista que foram aplicados no ano de 2017, entre os meses de novembro a dezembro.

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoa com a finalidade de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores e comportamentos como é o caso desta pesquisa (GIL, 2010).

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 178) “a entrevista é um encontro de duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

O questionário foi aplicado em 128 alunos. Foram 30 alunos ingressantes que responderam um questionário com 5 (cinco) questões, sendo 4 (quatro) questões fechadas e 1 (uma) questão semiaberta. Já os 98 formandos, responderam um questionário com 10 (dez) questões, composta por 7 (sete) questões fechadas 2 (duas) questões semiabertas e 1 (uma) questão aberta. Também foi aplicado um questionário a 16 (dezesseis) docentes do curso com 10 (dez) questões, sendo 8 (oito) fechadas e 2 (duas) abertas.

As questões classificadas como semiabertas, ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões, possibilitando investigações mais profundas e precisas. Já as questões fechadas, com duas opções também denominadas como limitadas ou alternativas fixas, são aquelas que o informante, escolhe sua resposta entre duas opções: sim e não (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Pode-se entender que a entrevista é de tal natureza, pois foca um tema específico. Assim o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, o entrevistado esforça-se para sua retomada ao foco específico (GIL, 2010). Dessa forma, a entrevista com o coordenador de curso seguiu um roteiro que está disponível no Apêndice I, juntamente com os questionários dos alunos ingressantes, formandos e professores.

Ainda, Marconi e Lakatos (2010) relatam sobre a necessidade de testar os instrumentos de pesquisa em uma pequena parte da população do universo ou da amostra da pesquisa, a fim de evitar que a pesquisa chegue a um resultado falso ou que ocorram falhas na interpretação por parte do entrevistado.

Seguindo essa recomendação, o questionário foi testado para verificar sua validade, portanto, passou-se pelo processo de pré-teste, que foi realizado com 30 alunos selecionados aleatoriamente no mês de agosto de 2017. Destes, 15 alunos eram ingressantes e 15 alunos eram formandos, para identificar melhorias ou adaptações. Assim, foi possível adequar o teor e a forma de apresentação de algumas questões para facilitar a compreensão do respondente.

Posteriormente, aplicou-se os questionários e, na sequência os dados coletados foram compilados de forma gráfica, conforme segue apresentado no item coleta de dados dos questionários.

4.3.1. Coleta de Dados dos Questionários

Para coleta de dados, houve uma reunião com a Diretora da Instituições para explicar os objetivos da pesquisa, bem como o público que poderia responder, no caso, alunos ingressantes, alunos formandos, professores e o Coordenador do Curso de Administração.

Justificou-se a escolha desse público alvo, levando em consideração a análise de conteúdo do PPC do Curso de Administração, bem como as contribuições que a pesquisa poderia oferecer para o atual trabalho em forma de tese. Também foi apresentado o TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os questionários e a aprovação destes pelo CEP – Conselho de Ética e Pesquisa da Unesp Franca. Para formalizar a autorização da pesquisa de campo, a Diretora assinou o TCLE e expediu uma Declaração permitindo também o uso do nome da IES e acesso ao ambiente interno, conforme disponível no Apêndice III.

Assim, para a aplicação dos questionários, houve uma explicação aos alunos ingressantes, alunos formandos e docentes sobre a finalidade do mesmo, bem como da importância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi preenchido por todos os respondentes da pesquisa.

Para facilitar a visualização dos dados coletados, optou-se por demonstrar de forma gráfica e separada por público respondente neste primeiro momento, denominado os participantes da pesquisa como Alunos Ingressantes, Alunos Formandos e Docentes.

- Alunos Ingressantes

Para garantir que o questionário fosse aplicado corretamente, escolheu-se um dia da semana do mês de novembro em que a turma específica, no caso os alunos ingressantes não tinham nenhum tipo de atividade avaliativa para realizar a pesquisa.

Assim, com a anuência dos docentes presentes em sala de aula, os 30 (trinta) alunos ingressantes do Curso de Administração responderam o questionário, visto que eram o número total de alunos ingressantes matriculados no 2º semestre letivo de 2017.

Na primeira questão, pode-se verificar que 93% dos alunos ingressantes responderam que já possuem conhecimento sobre o PI – Projeto Interdisciplinar, representando por 28 alunos, conforme apresentado no Gráfico 1 a seguir. Lembrando

que estes alunos já cursaram um semestre de curso e, portanto, tiveram acesso ao PI.

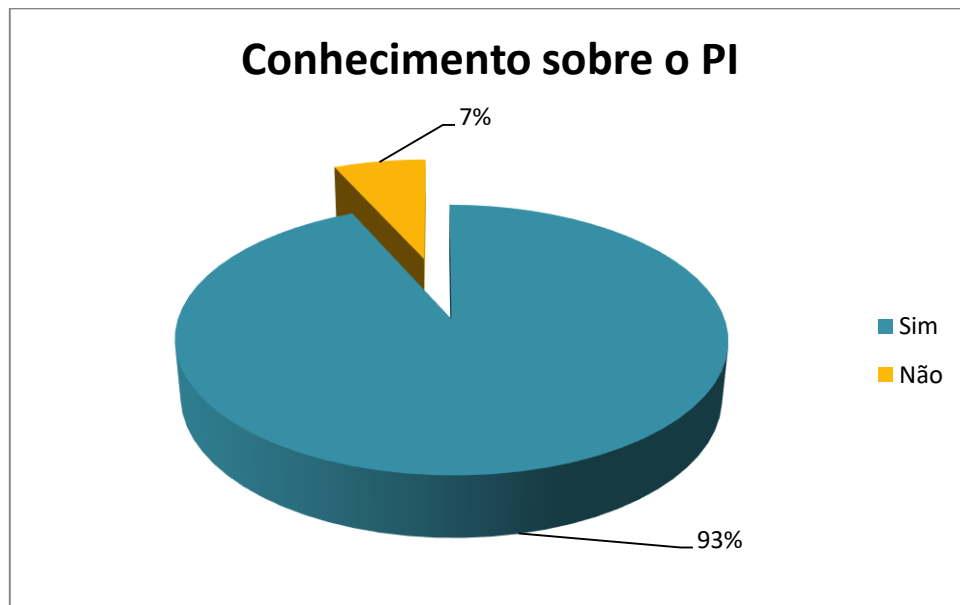


Gráfico 1 – Conhecimento sobre o PI
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

A resposta do Gráfico 1 demonstra conhecimento sobre o PI, que por sua vez aborda as questões sobre Educação Ambiental, por isso a segunda questão é fundamental, pois apresenta a visão que os alunos ingressantes possuíam sobre a Educação Ambiental, conforme pode-se visualizar no Gráfico 2, que segue.

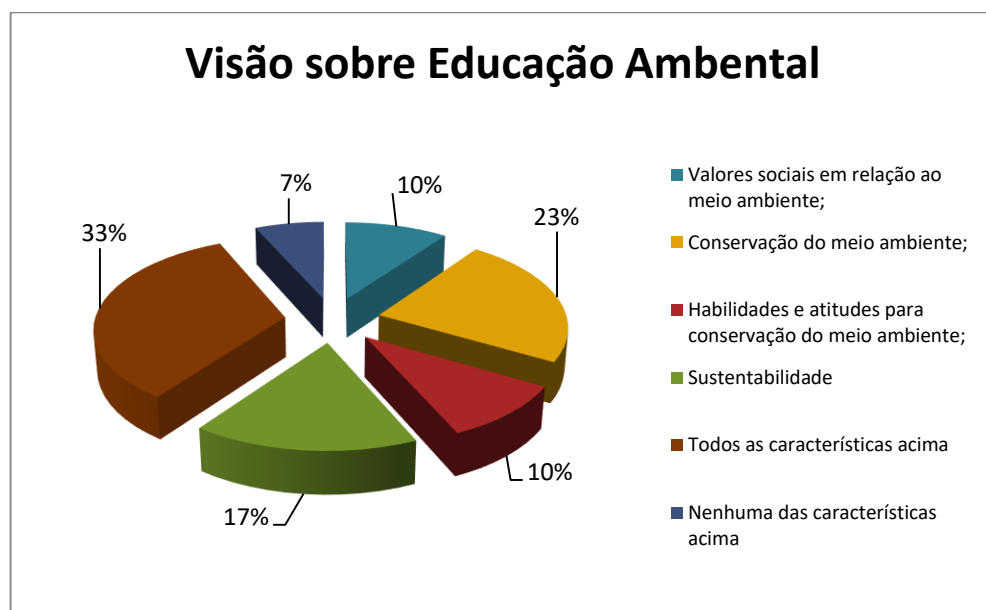


Gráfico 2 – Visão dos Ingressantes em relação a Educação Ambiental
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Esta segunda questão, em seu enunciado foi disponibilizado o conceito da Educação Ambiental, afirmando que de acordo com a PNEA (1999), entende-se Educação Ambiental como sendo processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Assim, 33% dos alunos ingressantes responderam que a Educação Ambiental está vinculada com todas as características mencionadas na Questão 2 como: Valores Sociais em relação ao Meio Ambiente, Habilidades e Atitudes de Conservação do Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Levando em consideração todas as respostas, verifica-se que 97% das pessoas indicaram que algumas das características estão vinculadas a Educação Ambiental, deixando apenas 3%, ou seja, 2 alunos ingressantes que responderam não haver relação com as opções acima.

Percebe que o mesmo percentual da segunda questão é idêntica a primeira questão.

A terceira questão indaga se os alunos ingressantes possuem conhecimento para atuar em projetos; seguindo a quarta questão, que questiona se o mesmo considera ter competência para implantar projetos de Educação Ambiental, conforme segue nos Gráficos 3 e 4.

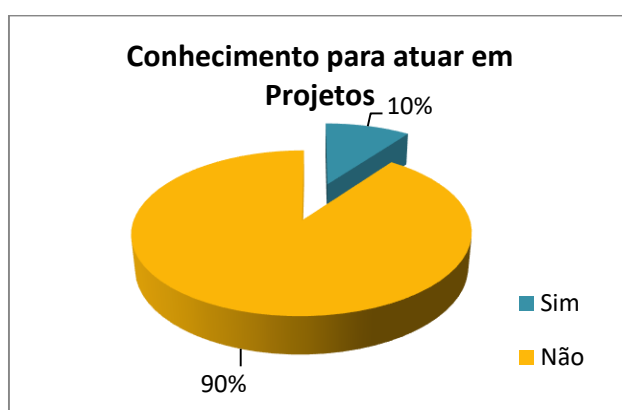


Gráfico 3 – Conhecimento para Atuar em Projetos
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

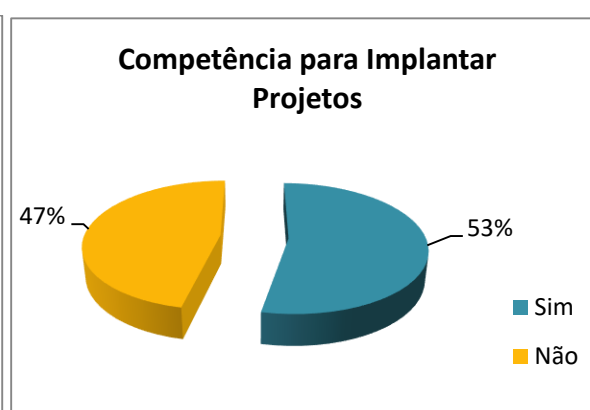


Gráfico 4 – Competência para Implantar Projetos
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

De acordo com os Gráficos 3 e 4, entende-se que 90% dos alunos ingressantes, ou seja, 27 respondentes não possuem conhecimento e habilidades necessárias para atuar em projetos de Educação Ambiental, mas 53%, representados por 16 alunos

registraram que conseguem desenvolver e implantar políticas de educação ambiental em sua área de atuação.

Essa divergência, pode ocorrer pelo fato de que os alunos ingressantes ainda não tiveram contato suficiente com as ações e práticas oferecidas pelo curso para obter uma compreensão ampla sobre as diferenças entre desenvolver e atuar em projetos de Educação Ambiental, conforme pode-se observar no próximo gráfico.

O Gráfico 5 que segue, questionou sobre nível de conhecimentos e habilidades em relação as questões sobre Educação Ambiental.

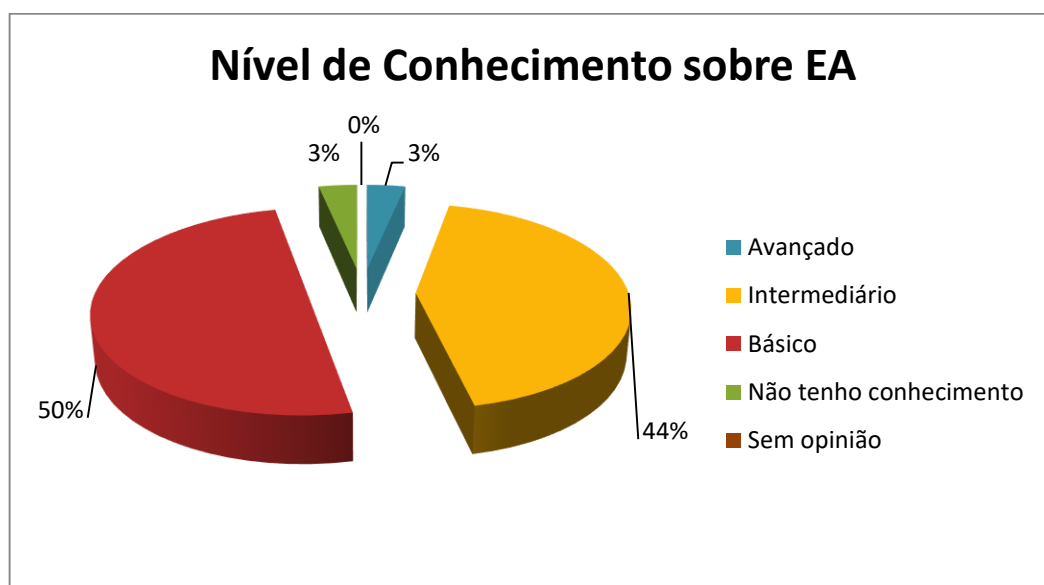


Gráfico 5 – Nível de Conhecimento sobre Educação Ambiental

Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

A quinta pergunta, alocada propositalmente como sendo a última a ser respondida, de forma mais transparente demonstra o percentual de alunos ingressantes que possuem conhecimento sobre a Educação Ambiental, sendo que metade dos respondentes, ou seja, 50% afirmaram ter um conhecimento básico e 44% manifestaram um conhecimento intermediários seguindo de 3% que possui conhecimento avançado.

Dessa forma, 47% dos alunos ingressantes, ou seja, 14 respondentes possuem conhecimento avançado ou intermediário. Com forma de comparação, pelo menos 97% responderam obter algum nível de conhecimento sobre a Educação Ambiental e, apenas, 3% representado também em outros gráficos anteriores por 2 alunos, diz não possuir conhecimento.

Tais observações devem considerar que estes alunos ingressaram a menos de um ano no curso e, portanto, ainda não tiveram tempo hábil de conhecer e reconhecer a proposta do PI – Projeto Interdisciplinar em relação as questões ambientais.

- Alunos Formandos

Em relação aos alunos formandos, visto que o número de respondentes é maior, pois são 103 alunos, houve a necessidade de aplicar o questionário em três dias diferentes do mês de novembro de 2017, garantindo assim, a participação de quase todos neste processo. Porém, 5 alunos não quiseram responder os questionários e ficaram de fora da pesquisa, permanecendo 98 questionários respondidos.

Com a anuência dos docentes presentes em sala de aula, realizou-se uma explicação para todos os alunos formandos do Curso de Administração nos três dias visitados, que após preencheram o TCLE o questionário foi respondido.

A primeira pergunta, questionou se o PI – Projeto Interdisciplinar do Curso de Administração favoreceu para a formação, cuja resposta segue o Gráfico 6.

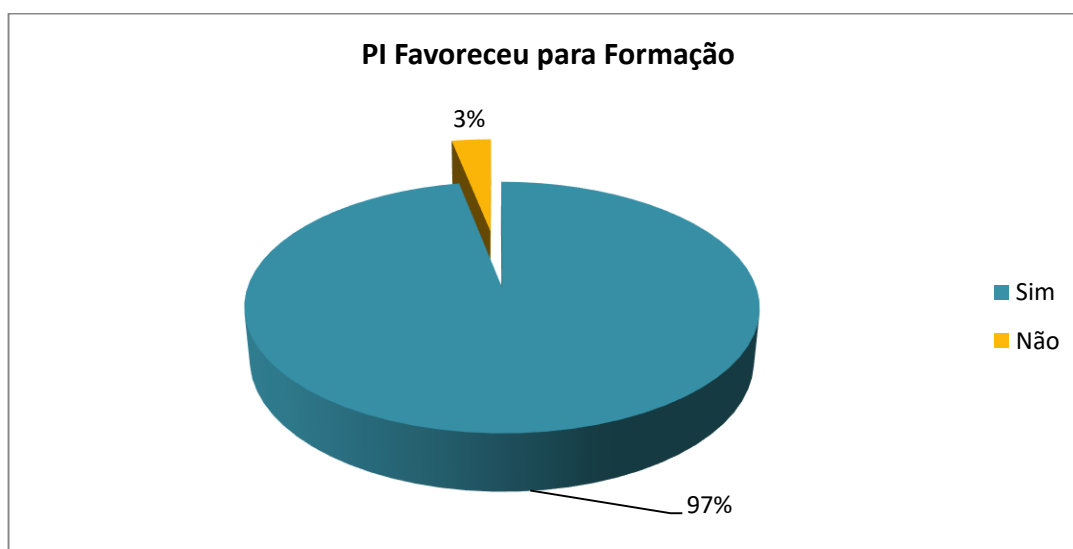


Gráfico 6 – O PI Favoreceu a formação no Curso de Administração
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Com base no Gráfico 6, percebe que 97% dos respondentes manifestaram que sim, que o PI contribui para a formação no Curso de Administração, o que representa 95 alunos. Para aprofundar um pouco mais, a segunda questão indagou de que forma o PI contribuiu para o processo de ensino aprendizagem com diversas alternativas,

mas que o respondente poderia escolher apenas uma, conforme resultado é apresentado no Gráfico 7, a seguir.

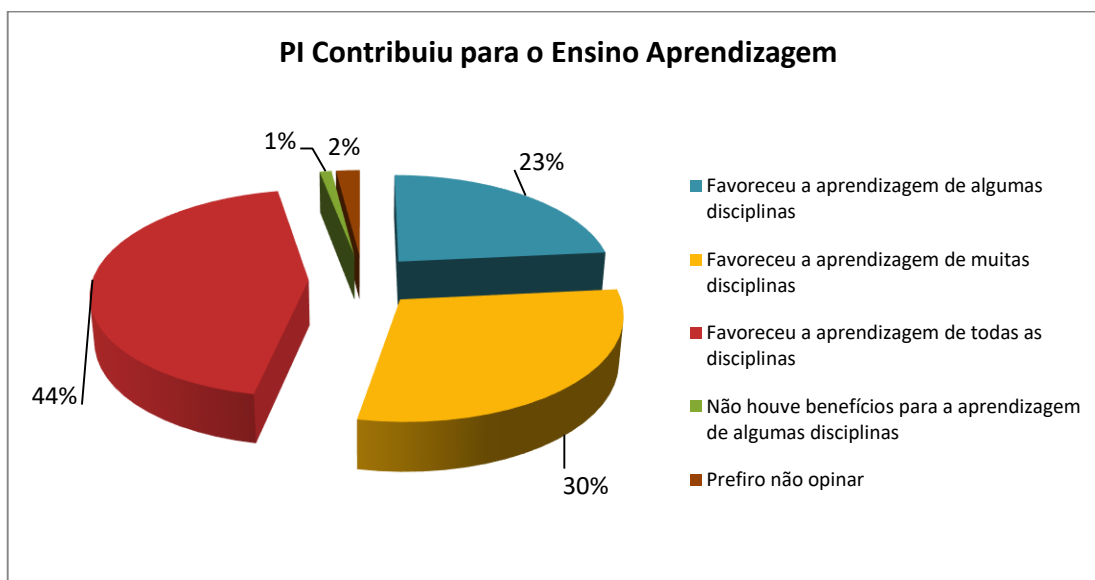


Gráfico 7 – Como o PI contribuiu para o Processo de Ensino Aprendizagem dos Formandos
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Diante das respostas dos alunos formandos, ilustrada no Gráfico 7, 44% dos alunos disseram que o PI favoreceu a aprendizagem para todas as disciplinas, e, 30% indicaram que o PI favoreceu a aprendizagem de muitas disciplinas, totalizando 72 alunos que concordam que o PI teve grande contribuição para aprendizagem na maioria das disciplinas ou em todas.

Ainda, 23% manifestaram que o PI teve contribuição em algumas disciplinas. Assim, pode-se considerar que 95 alunos acreditaram que o PI de alguma forma favoreceu para sua aprendizagem.

Com intuito de investigar com maior detalhe, a terceira questão em seu enunciado, faz uma reflexão que, considerando um ensino fragmento, como que o PI poderia contribuir para uma melhor absorção e integração dos conteúdos ministrados pelas diversas disciplinas do curso, cujas respostas estão disponíveis no Gráfico 8 a seguir.

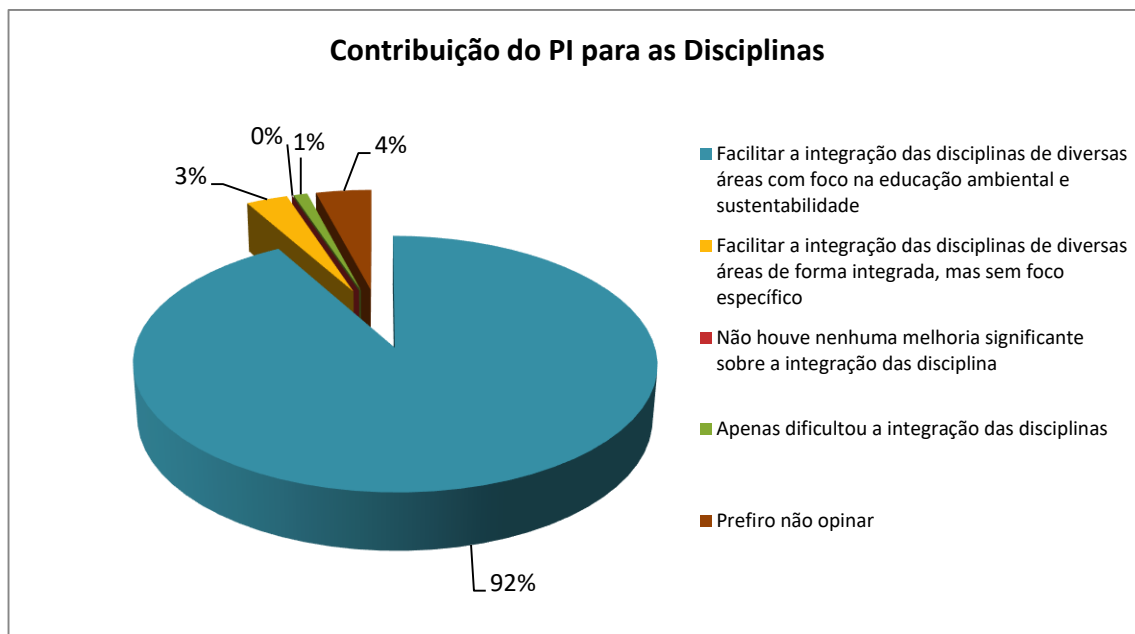


Gráfico 8 – Contribuição do PI para integração dos conteúdos nas disciplinas
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Visualizando o Gráfico 8, 92% dos alunos formandos afirmam que o PI facilitou a integração das disciplinas de diversas áreas com foco na educação ambiental e sustentabilidade, sendo que 3% apontou que houve integração, mas sem um foco específico. Neste caso, são 90 alunos que consideram o PI como elemento interdisciplinar para integrar as disciplinas sobre o tema educação ambiental.

Na quarta questão, em seu enunciado foi disponibilizado o conceito de Educação Ambiental de acordo com o PNEA, no sentido de elucidar ao respondente tal concepção, e indagou este sobre qual característica foi recebida durante a formação no Curso de Administração, cujas respostas estão disponíveis a seguir, no Gráfico 9, levando em consideração que o respondente poderia optar por indicar mais de uma opção de resposta.

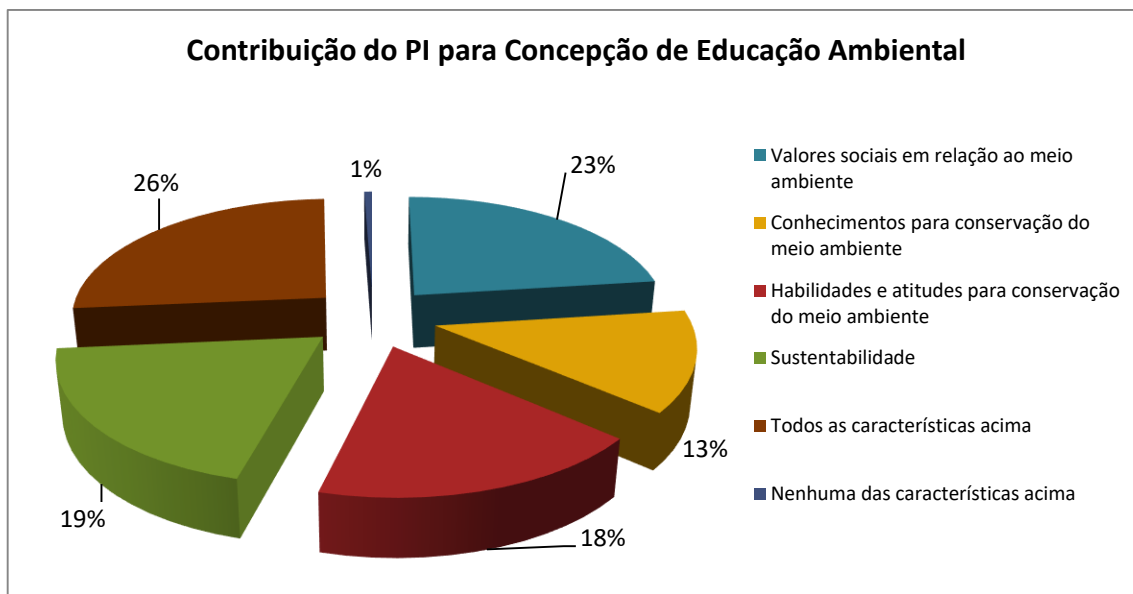


Gráfico 9 – Contribuição do PI recebida na formação para a concepção de Educação Ambiental

Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Com base no Gráfico 9, 26% das respostas apontaram que todas as características acima, ou seja, que os alunos receberam ao longo de sua formação uma visão ampla sobre a concepção de Educação Ambiental, seja por meio de valores sociais em relação ao meio ambiente, bem como conhecimentos e habilidades para conservação do meio ambiente e sustentabilidade. Como segunda opção mais indicada, observa-se que 23% refere-se Educação Ambiental como sendo a concepção de valores sociais em relação ao meio ambiente.

Somado aos dois percentuais supracitados, 19% indica a sustentabilidade como uma forma de concepção de Educação Ambiental, 18% registrou que obteve habilidades e atividades para conservação do meio ambiente e 13 indicou ter conhecimento para conversação do meio ambiente.

Para uma melhor reflexão, apenas 1%, entende que o PI não contribuiu para uma formação adequada sobre a concepção de Educação Ambiental e, portanto, 99% das respostas afirmam que o PI contribuiu positivamente na formação do Administrador, no que tange a concepção da Educação Ambiental.

Buscando entender a visão do aluno neste processo, a quinta questão trouxe uma escala de satisfação e insatisfação, conforme segue no Gráfico 10.

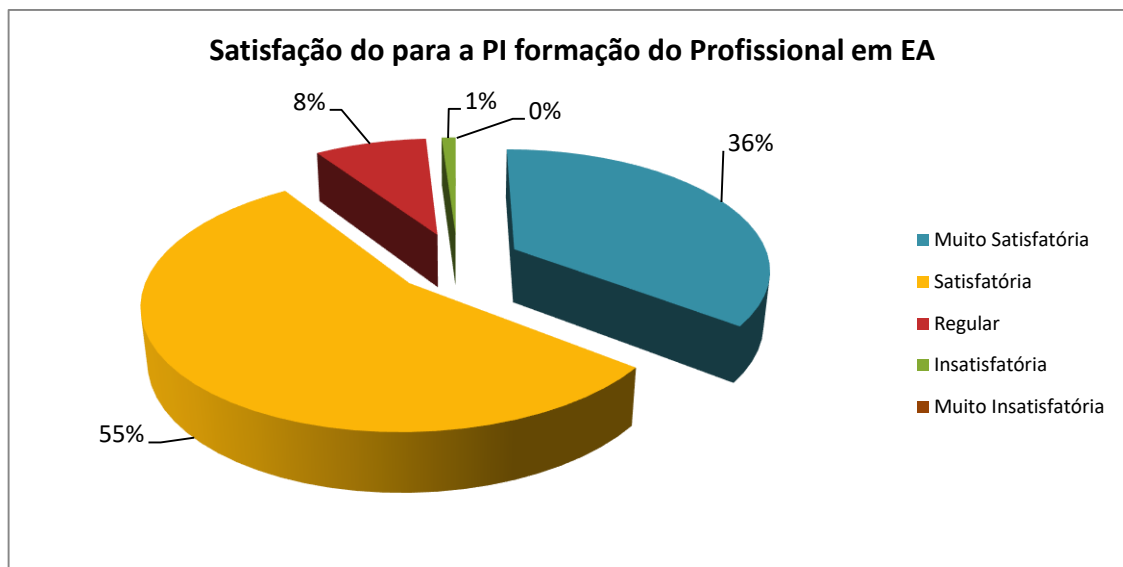


Gráfico 10 – Satisfação do PI formação do Profissional em EA
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Para saber o quanto o aluno formando do Curso de Administração ficou satisfeito em relação as contribuições do PI para na formação do Administrador, no que tange a Educação Ambiental, constou-se no Gráfico 10 que 36% estão muito satisfeitos e 55% estão satisfeitos. Assim, 87 respondentes consideram que o PI como um elemento positivo para a formação profissional sob o viés da Educação Ambiental.

As próximas duas questões, numeradas como questão seis e sete, abordam sobre o entendimento do aluno formando para saber se estão aptos para atuar em projetos de Educação Ambiental e se possuem conhecimento para desenvolver e implantar políticas de Educação Ambiental, respectivamente ilustrados nos Gráficos 11 e 12.

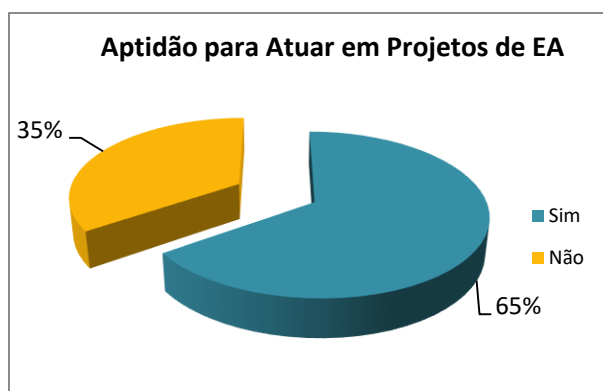


Gráfico 11 – Aptidão para Atuar em Projetos EA
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

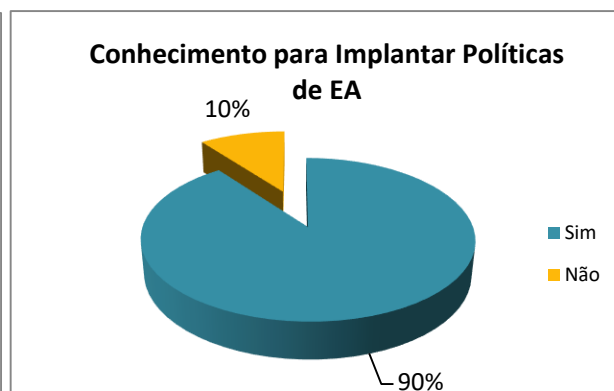


Gráfico 12 – Conhecimento para Implantar Políticas EA
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Os Gráfico 11 e 12 dispõem de dois questionamentos complementares, pois busca-se entender se os alunos formandos conseguem desenvolver ações e promover mudanças socioambientais.

Assim, verifica-se no Gráfico 11 que 65% possuem aptidão para atuar em projetos de Educação Ambiental, mas que 90% das respostas do Gráfico 12 apresentar que os futuros gestores são portadores de conhecimento para desenvolver e implantar políticas de Educação Ambiental. Considera-se, portanto, que 88 alunos formandos estão preparados para intervir de certa forma no cenário socioambiental.

A oitava questão busca identificar o nível de conhecimento e habilidades que os formandos receberam em sua formação em relação as questões sobre Educação Ambiental, ilustrada a seguir no Gráfico 13.

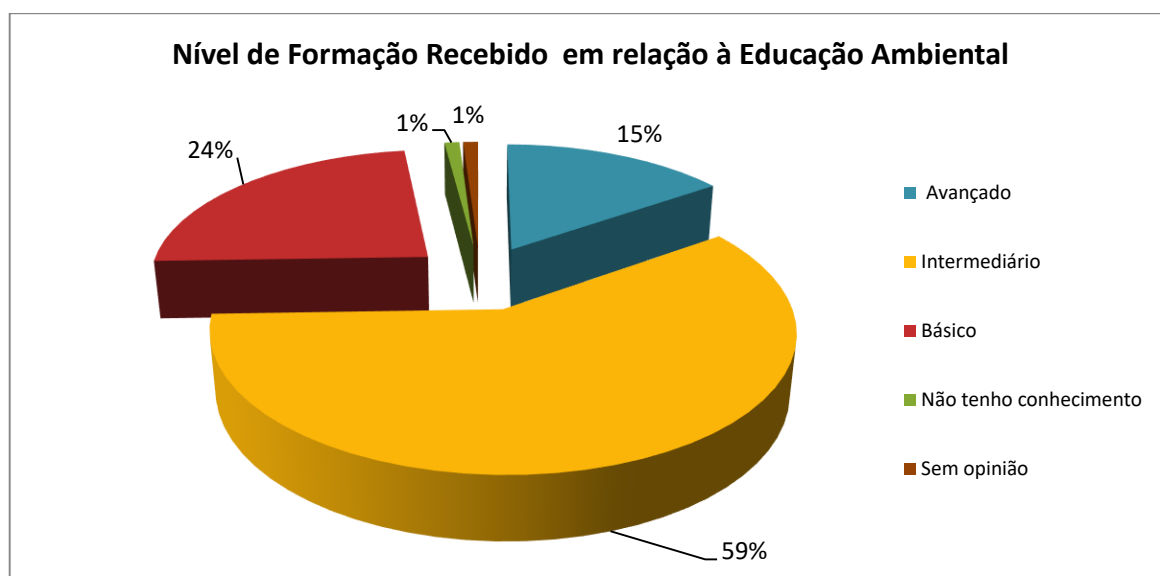


Gráfico 13 – Nível de Conhecimento e Habilidades recebidos para a EA
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

O Gráfico 13, demonstra que 15% dos alunos formandos receberam um nível de conhecimento avançado sobre Educação Ambiental, somada aos 59% que indicaram obter um nível intermediário, que totaliza 73 respondentes.

Ainda, considerando que 24% apontaram ter recebido pelo menos uma noção básica, pode-se entender que 96 alunos de alguma forma, tiveram a possibilidade de obter competência (conhecimento, habilidade e atitude), em sua formação com o viés da Educação Ambiental.

A questão nove, de caráter semiaberto, indaga se a formação recebida como Administrador atendeu as expectativas em relação as questões de preservação do meio ambiente, educação ambiental e gestão sustentável, sendo que as duas opções

Sim ou Não possibilitam que o respondente descrever sua opinião. Assim, verificou-se que 100% dos respondentes representado por 98 alunos formandos indicaram que sim, destacando alguns pontos abaixo, cujas respostas descritivas foram agrupadas por semelhança, conforme segue no Quadro 6.

Quadro 6 – A Formação Recebida pelos Formandos em Relação a Educação Ambiental

a) Contribuiu para o desenvolvimento pessoal e profissional, agregando valor na formação do gestor para atuar em todas as áreas da organização utilizando diversos métodos e sob o viés da preservação ambiental e sustentabilidade;
b) O assunto foi bem estudado durante todo o curso, obtendo conhecimento e habilidades importantes para o futuro profissional, estando este apto para atuar de forma eficiente na gestão sustentável;
c) Foram demonstradas diversas práticas que os gestores podem desenvolver aliadas com os objetivos organizacionais, estando em consonância com os princípios da sustentabilidade;
d) A formação recebida aprimorou os conhecimentos fazendo uma relação entre teoria e prática no que tange as questões ambientais e de preservação do meio ambiente, possibilitando um entendimento sistêmico dos recursos naturais visto que todas as disciplinas abordaram o mesmo tema com ênfase a educação ambiental;

Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Dentre todas as repostas, destaca-se uma fala em sua íntegra de uma aluna, que registrou a seguinte afirmação no campo de resposta da questão nove:

Na verdade a formação foi além de minhas expectativas, pois não imaginava que iria aprender tanto sobre esse assunto no Curso de Administração. Aprendi que independente do ramo da organização, ela deve e pode contribuir de diversas formas possíveis e com melhorias contínuas no que tange a gestão sustentável.

Um outro responde também discorreu de forma íntegra que “através da formação recebida foi possível aprender a importância da Educação Ambiental e a sua relevância para as organizações e para as comunidades”.

A última questão teve como proposta complementar o objetivo da pesquisa, portanto, a questão dez faz menção sobre qual a concepção (ou seja, o entendimento) sobre Educação Ambiental?

Visto ser uma questão aberta, optou-se em agrupar algumas respostas, conforme segue no Quadro 7.

Quadro 7 – Concepção dos Formandos sobre Educação Ambiental

a) Diz respeito ao que as pessoas e as organizações praticam em relação ao seu colaborador, a comunidade e todos os projetos sociais que é benéfico ao ambiente ao seu redor;
b) É importante para todos os gestores e para a comunidade, pois através da Educação Ambiental temos a oportunidade de preservar os recursos naturais, podendo contribuir com valores sociais em relação ao meio ambiente;
c) Está presente nas pessoas que pensam em um planeta melhor, com responsabilidade em cuidar, zelar, preservar o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável;
d) Entende-se como sendo o ato de utilizar recursos do meio ambiente sem que comprometa o mesmo e seja suficiente para ser utilizado por outras gerações. Assim todos podem usufruir sem que ninguém se prejudique;
e) São as ações desenvolvidas por projetos atendendo os três pilares: economia, sociedade e meio ambiente, estando todos sob o aspecto da sustentabilidade. Para tanto, deve-se produzir de forma consciente para garantir a existência humana e do planeta, pois existe inúmeras formas de praticar a sustentabilidade dentro das áreas das organizações;
f) Pode ser compreendida como a utilização correta dos recursos, sua preservação, com reaproveitamento, reciclagem e descarte correto do lixo ou dos resíduos, sem ter que degradar o meio ambiente.
e) É a construção de valores sociais, conhecimentos e habilidades voltados para a preservação, conscientização e qualidade de vida, com ênfase para a sustentabilidade, seja no âmbito pessoal ou profissional.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Além do agrupamento das falas acima, uma das respostas apresentou o texto abaixo que segue na íntegra:

Educação Ambiental deveria ser aplicado de forma mais intensa no ensino fundamental, para assim, se ter um conhecimento do assunto mais avançado. Empresas que visam a sustentabilidade e o meio ambiente, bem como outros assuntos relacionados, é um diferencial de mercado, fazendo com que a comunidade local bem como seus colaboradores a vejam com bons olhos.

Outra resposta de destaque diz que a “Educação Ambiental deve estar presente em todo lugar, na escola, na empresa, nas cidades, em casa em todo momento, somente assim, será possível desenvolver um planeta sustentável”

As duas últimas questões (9 e 10), apresentam respostas significativas sobre a formação recebida no Curso de Administração na visão dos alunos formandos, que permeiam sobre o aspecto da necessidade de desenvolvimento sustentável a partir da sociedade como um todo, pois assim, passa-se a adotar atitudes éticas e práticas que visem seu crescimento econômico e com responsabilidade socioambiental.

- Docentes

O questionário aplicado junto aos docentes, foi realizado no final no semestre. Assim, durante a segunda semana do mês de dezembro de 2017, na sala dos professores, reuniram-se os 16 (dezesseis) docentes que após as explicações do pesquisador e assinatura do TCLE, todos seguem respondendo o questionário.

A primeira pergunta, de caráter opcional era composta pelo campo de indicação do nome seguido do campo para idade, gênero sexual e disciplinas que ministram. Pode-se auferir que 37,5% dos professores são mulheres representados por 6 docentes e 62,5% são homens, representados por 10 docentes.

O Gráfico 14 que segue, demonstra a idades dos docentes.

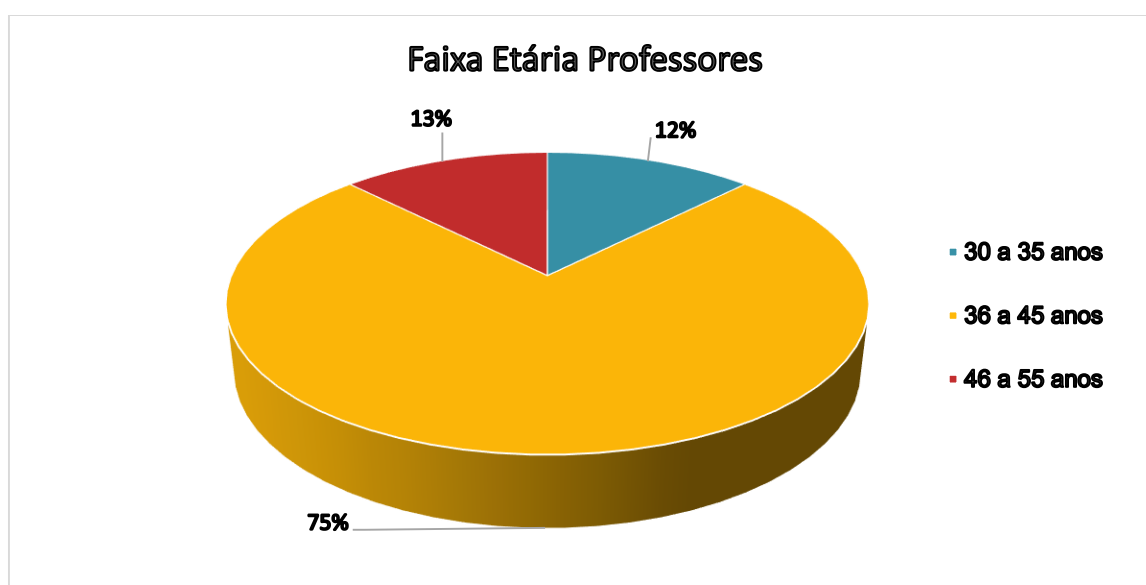


Gráfico 14 – Faixa Etária dos Professores Respondentes
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

De acordo com o Gráfico 14, 2 professores possuem entre 30 a 35 anos, 12 professores apresentam a idade entre 36 a 45 anos e os outros 2 professores a idade entre 46 a 55 anos.

A segunda questão, com única opção de resposta aberta, procurou investigar a concepção de cada docente sobre a finalidade do PI – Projeto Interdisciplinar na formação do Administrador. Fazendo uma leitura e interpretação das 16 respostas, pode-se agrupá-las para facilitar o entendimento, conforme segue no Gráfico 15.

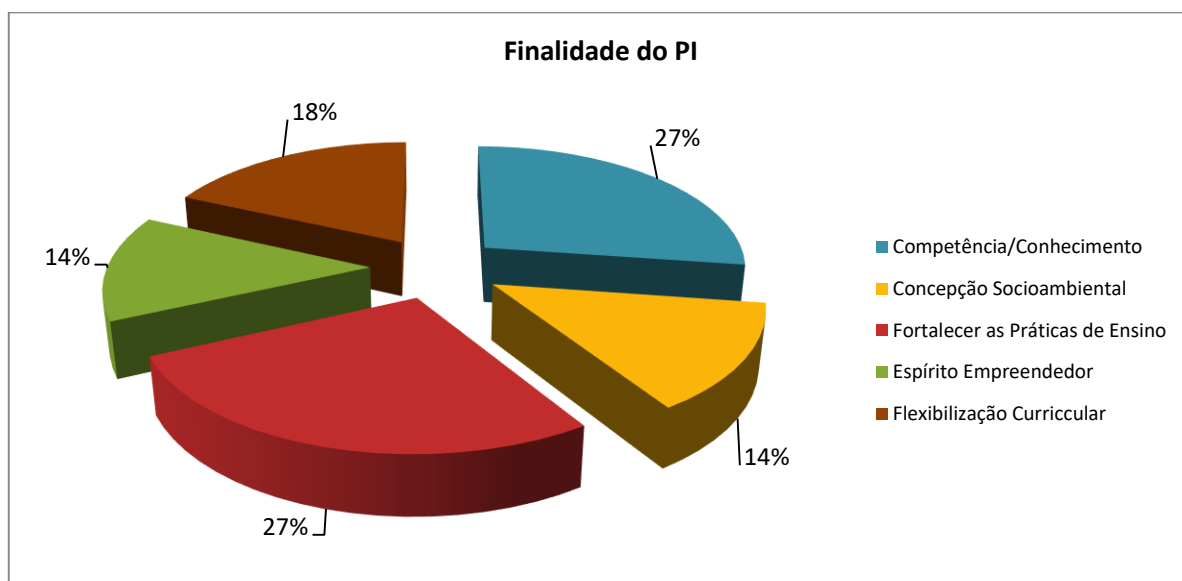


Gráfico 15 – Finalidade do PI na Formação Profissional
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Com base no Gráfico 15, pode-se verificar algumas características que os docentes expuseram em suas respostas, sendo indicando que o PI contribuiu de forma positiva para a aquisição de novos conhecimentos e competências; agregou maior concepção sobre a Gestão Socioambiental; fortaleceu as práticas de ensino; promoveu o espírito empreendedor, além de permitir maior flexibilidade no currículo, pois o desenvolvimento dentro de uma realidade prática, contribui para a reflexão de uma atitude efetiva.

Pois, mesmo que essa atitude não seja reproduzida imediatamente, percebe-se pelas respostas dos Docentes, que os alunos formandos conseguem obter competências e habilidades para reproduzir em seus espaços de atuação as questões relacionadas a Educação Ambiental, absorvidas durante o curso.

A segunda questão indagou de que forma o PI, contribuiu para o processo de ensino aprendizagem com diversas alternativas, mas que o respondente poderia escolher apenas uma, conforme resultado é apresentado no Gráfico 16, a seguir.

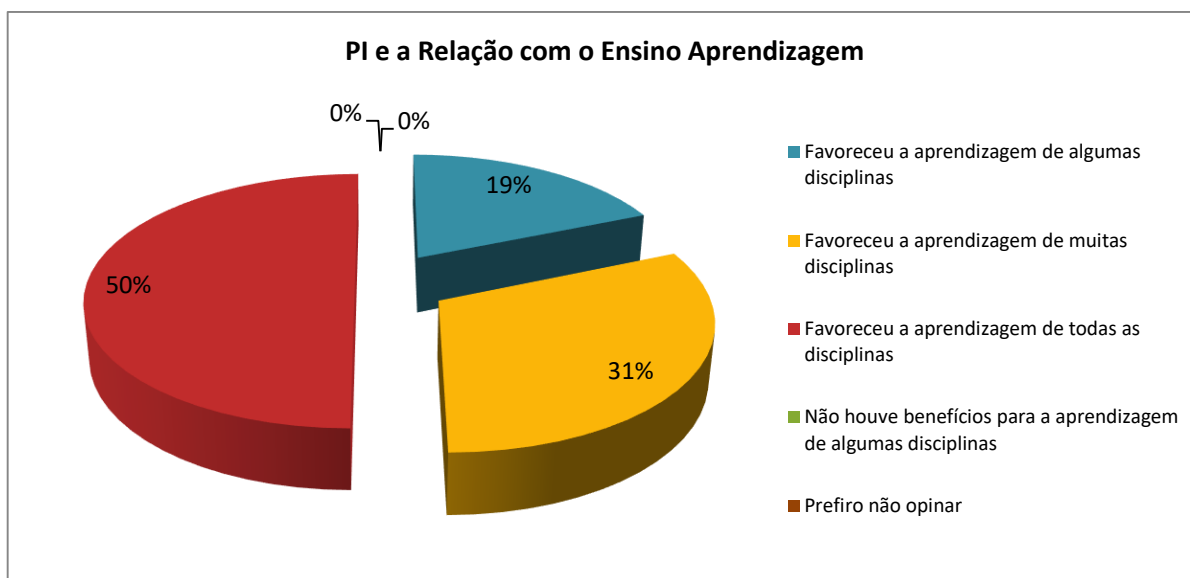


Gráfico 16 – Como o PI contribuiu para o Processo de Ensino Aprendizagem na visão dos Docentes
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Com base nas respostas do Gráfico 16, verifica-se que 50% dos respondentes, representado por 8 professores entendem que o PI favoreceu para o ensino aprendizagem em todas as disciplinas. Já 31%, representada por 5 docentes manifestaram que muitas disciplinas foram favorecidas e, apenas, 19%, ou seja, 3 docentes entendem que algumas disciplinas foram favorecidas.

Como forma de se aprofundar na percepção do docente sobre o PI – Projeto Interdisciplinar, questionou-se na terceira pergunta quais foram as principais dificuldades na aplicação do PI, sendo que o respondente poderia optar por mais de uma opção, conforme o resultado segue no gráfico 17.

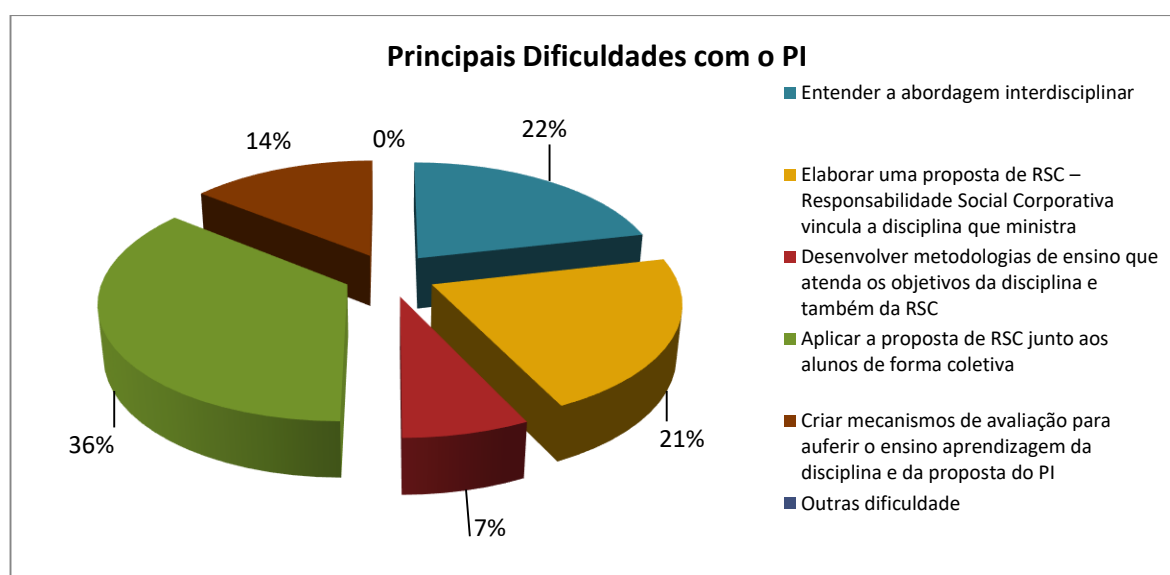


Gráfico 17 – Principais Dificuldades na Aplicação do PI
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

As opções de respostas foram variadas, assim, percebe-se no Gráfico 17 que 36% das respostas indicam que há dificuldade em aplicar o tema Educação Ambiental ou Responsabilidade Social Corporativa em suas disciplinas, sem comprometer o objetivo da mesma, seguido de 21% que na mesma linha de pensamento, manifestou ter dificuldade na elaboração da proposta interdisciplinar.

Já, 22% das respostas apontam dificuldade no entendimento sobre inserção da interdisciplinaridade junto ao conteúdo básico da disciplina. 14% das respostas alegam não conseguir obter um mecanismo de avaliação eficiente para aferir o aproveitamento de ensino aprendizagem da disciplina e do PI e 7%, diz ter dificuldades na metodologia de ensino adotada para colocar em prática a proposta interdisciplinar.

Ainda, visto o que esta questão tinha a opção “outros” com campo semiaberto de resposta descritiva, verificou-se que dois professores indicaram como dificuldades o acesso restrito as informações junto as empresas, por parte dos alunos que desenvolvem o PI.

Na quarta questão, disponibilizou-se no enunciado o conceito de Educação Ambiental de acordo com o PNEA, no sentido de elucidar ao respondente tal concepção. Assim, o docente foi indagado sobre qual característica foi promovida junto a suas respectivas disciplinas ministrada no Curso de Administração, cujas respostas estão disponíveis a seguir, no Gráfico 18, levando em consideração que o respondente poderia optar por indicar mais de uma opção de resposta.

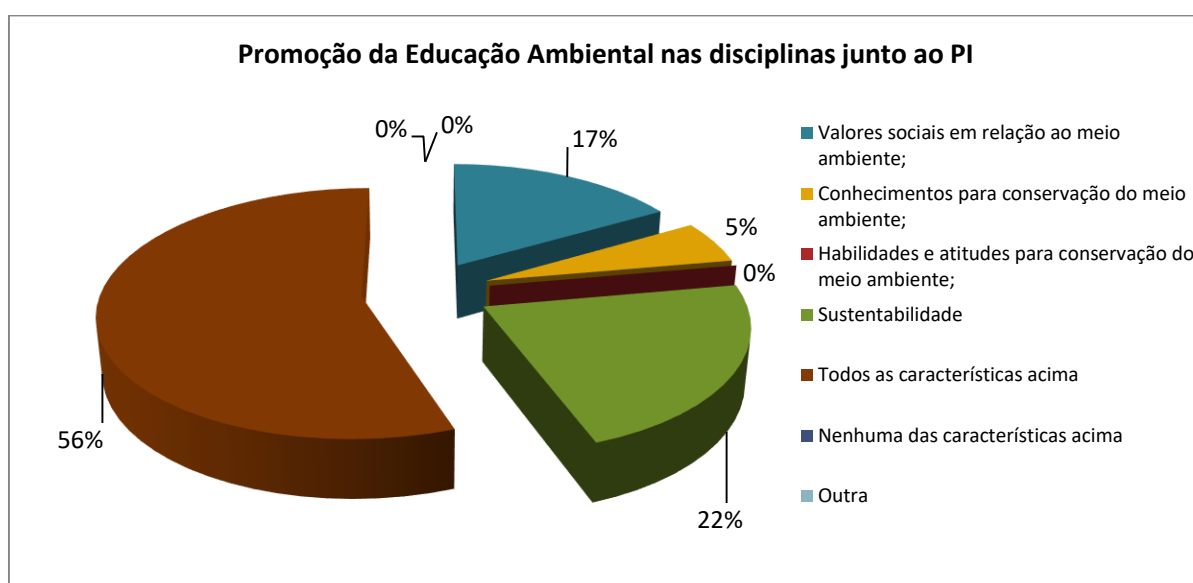


Gráfico 18 – Características Promovidas na proposta do PI das disciplinas
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Para responder a quarta questão, tinha-se diversas opções como características, seja por meio de valores sociais em relação ao meio ambiente, conhecimentos, habilidades e atitudes para conservação do meio ambiente entre outras. Pelas respostas obtidas, observa-se que 56% indicou que todas as características citadas estão presentes e são promovidas pelas suas respectivas disciplinas por meio da proposta do PI.

22% das respostas apresentaram que a sustentabilidade está presente nas propostas dos PI's junto as disciplinas e que 17% apontam que os valores sociais em relação ao meio ambiente também são características, além dos 5% que apresentaram a característica de conhecimento para conservação do meio ambiente.

Dessa forma, entende-se que 95% das respostas priorizam os valores sociais, sustentabilidade e conservação do meio ambiente e, portanto, a maioria das disciplinas do curso está engajado com a proposta do PI.

A questão cinco, buscar entender se o PI contribuiu para a formação do Administrador sobre o que tange a Educação Ambiental, conforme segue apresentado no Gráfico 19.

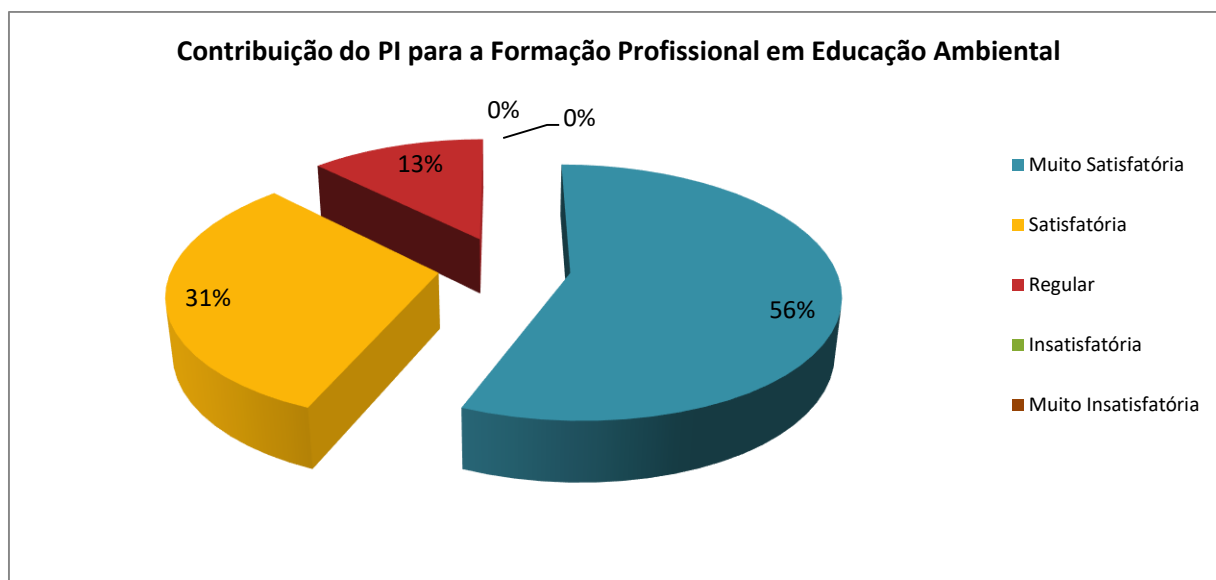


Gráfico 19 – Contribuição do PI na Formação do Administrador para a EA

Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Os docentes entendem que a formação recebida contribuiu diretamente para a formação no que tange a Educação Ambiental, portanto, 56% das respostas, manifestaram como muito satisfatório, seguido de 31% que apontou ser satisfatório, contra 13% que registrou ser regular.

Assim, entende-se que 14 docentes representados por 69% entendem que o PI contribuiu de alguma forma, seja muito satisfatório ou apenas satisfatório para a formação do Administração no que tange as questões da Educação Ambiental.

A sexta e sétima questão, estão relacionadas ao quanto os docentes do curso entendem que os egressos do Curso de Administração estarão aptos para atuar em projetos de Educação Ambiental e receberam conhecimento para desenvolver políticas de educação ambiental em suas áreas de atuação, conforme disposto nos Gráficos 20 e 21 a seguir.

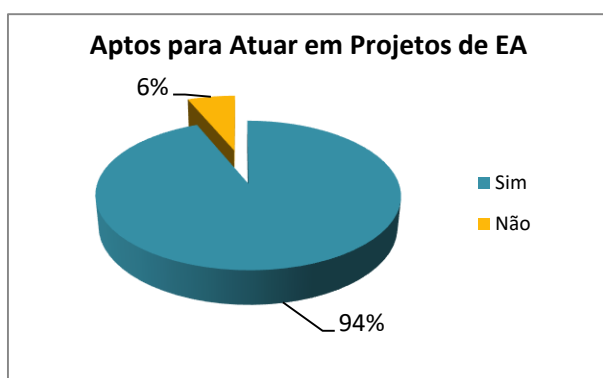


Gráfico 20 – Aptidão para Atuar em Projetos EA
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

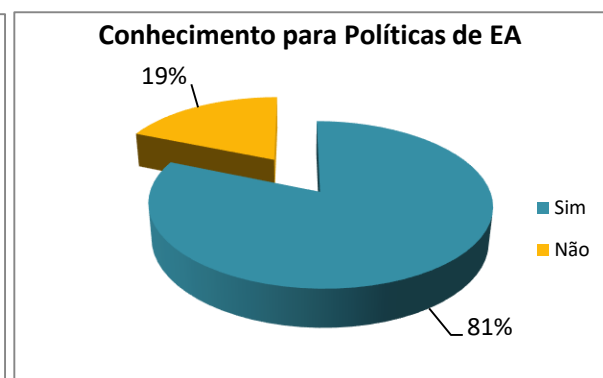


Gráfico 21 – Conhecimento para Implantar Políticas EA
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Como vistas nos Gráficos 20 e 21, verifica-se que na visão do corpo docente, 94% das respostas, representadas por 15 professores julgam que o aluno está apto para atuar em projetos de Educação Ambiental seguido de 81% dos docentes, ou seja, 13 docentes que entendem que os egressos do Curso em questão receberam conhecimento necessário para desenvolver e implantar políticas de educação ambiental nas respectivas áreas de atuação dentro das organizações.

Para compreender o nível de conhecimento sobre Educação Ambiental ofertado para os alunos nas disciplinas dos respectivos professores, o Gráfico 22 que segue demonstra essa visão.

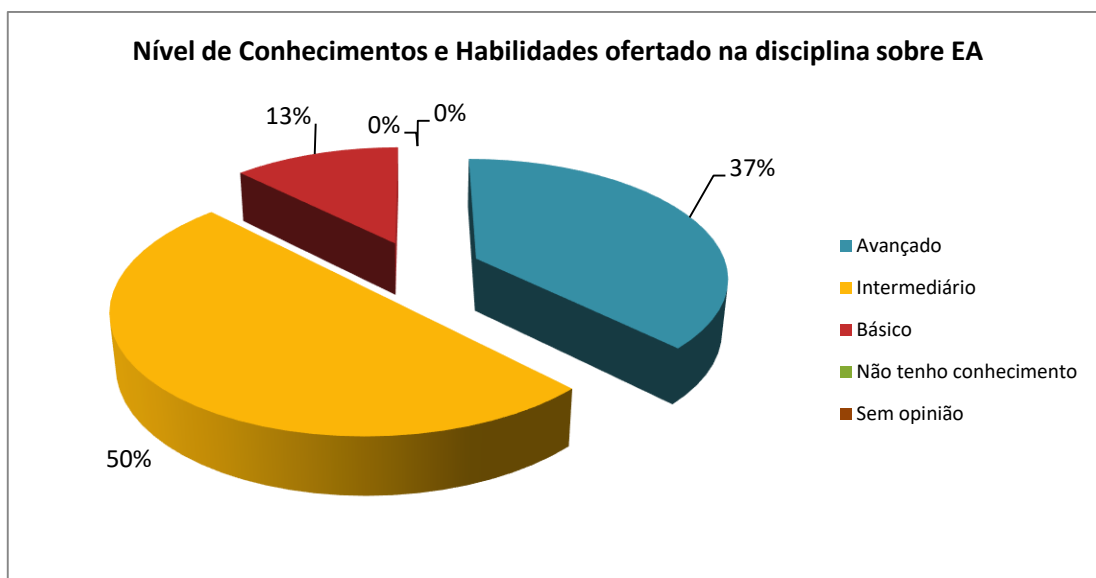


Gráfico 22 – Nível de Conhecimento e Habilidades sobre EA oferecidos nas disciplinas
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Percebe-se pelas respostas dos docentes que, 50% entendem que a contribuição sobre o conhecimento e habilidade a respeito da Educação Ambiental ocorreu de forma intermediária, seguido de 37% que apresentou um nível avançado e 13% que apontou como sendo de nível básico. Assim, 100% do corpo docente entende que a Educação Ambiental é abordada em suas respectivas disciplinas, porém, em níveis distintos de intensidade.

A questão nove faz um aprofundamento na visão do docente para entender qual das características apresentadas como opção mais se aproxima da proposta do PI da disciplina que ministra, conforme segue no Gráfico 23 a seguir, sendo que o docente poderia escolher mais de uma opção de resposta.

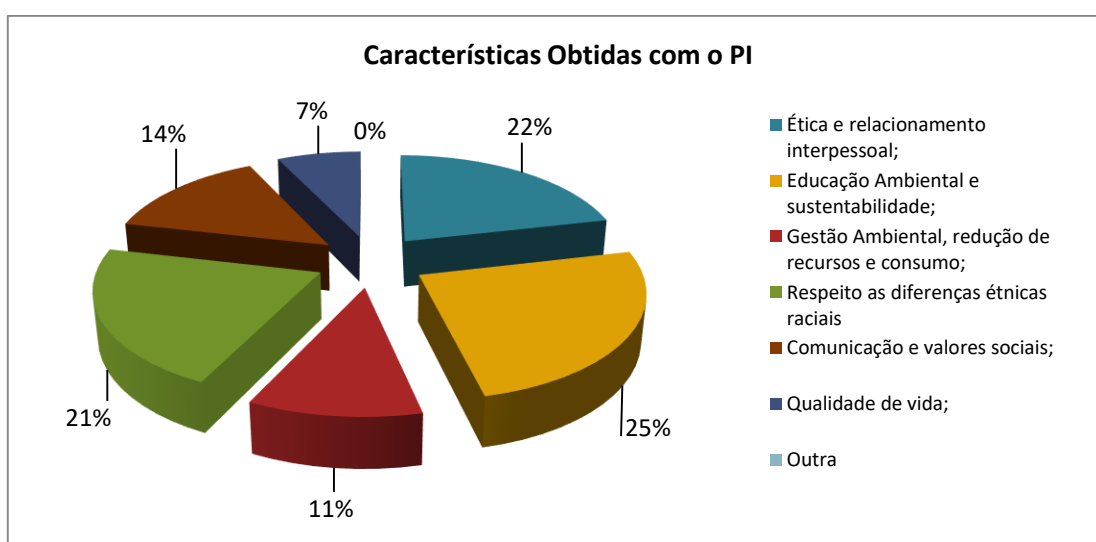


Gráfico 23 – Características sobre Educação Ambiental contida na proposta do PI das disciplinas
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Levando-se em consideração o Gráfico 23, verifica-se um equilíbrio nas respostas, pois muitos docentes indicaram várias características. Mas, considerando-se que três principais características são destacadas como prioritárias, representando 68% das respostas, a saber: Educação Ambiental e Sustentabilidade; Ética e Relacionamento Interpessoal; Respeito as Diferenças Étnicas Raciais.

Porém, não menos importante, a comunicação e os valores sociais representaram 14% das respostas e, portanto, a Gestão Ambiental e redução de recursos e consumo indicam 11%.

A última resposta de caráter aberto tem como proposta identificar como as temáticas do PI das respectivas disciplinas de cada docente foram aplicadas em sala de aula. Assim, para facilitar a compreensão, pode-se agrupar em sete respostas que segue no Gráfico 24 a seguir.

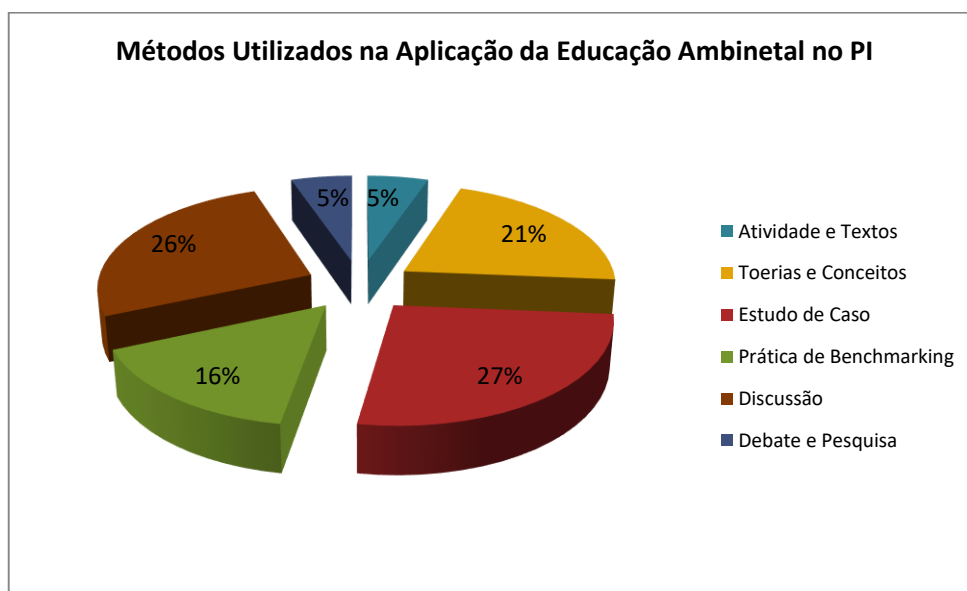


Gráfico 24 –Aplicação da Educação Ambiental dentro da proposta do PI
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Os 16 docentes que responderam ao questionário apresentaram algumas estratégias de aplicação interdisciplinar do tema Educação Ambiental em suas respectivas disciplinas, estando estas, vinculadas ao PI.

Neste sentido, as respostas foram agrupadas conforme dispostas no Gráfico 24 onde a aplicação Estudo de Casos segue representado por 27% das respostas.

O modelo de discussão de opiniões em sala de aula está entre as estratégias preferidas pelos professores, com 26% de indicação, seguido a apresentação de Teorias e Conceitos que possui 21% de preferência. Outras técnicas também são

utilizadas como o Prática de *Benchmarking*¹ apontada por 16% dos docentes e por último, atividades com texto e pesquisa que representam juntas, 10% das respostas.

Essa variedade de opções permite que as propostas de Educação Ambiental contidas no PI, sejam aplicadas junto as disciplinas, possibilitando flexibilidade na absorção de conhecimento por meio de suas diversas estratégias de ensino aprendizagem, sob o prisma da prática e da realidade profissional.

A visão do corpo docente enriquece a pesquisa e provoca a necessidade de visualizar a concepção do PI – Projeto Interdisciplinar e os caminhos para a institucionalização do mesmo pelo viés pedagógico e de transformação de uma realidade, no caso, o Curso de Administração em estudo e, portanto, uma entrevista com a Coordenação de Curso poderá elucidar ainda mais esse contexto de aplicação da Educação Ambiental sob o prisma da interdisciplinaridade.

4.3.2. Coleta de Dados das Entrevistas

A entrevista foi realizada na segunda quinzena do mês de novembro de 2017, junto a Coordenação do Curso de Administração da FNSA, sendo utilizado como instrumento um Roteiro de Entrevista, disponível no Apêndice 1.

Para Gil (2010, p. 109), a “entrevista permite que o investigador se apresente frente ao investigado e lhe formule perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação”.

A entrevista é essencial quando há necessidade de obter dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais e que podem ser fornecidos por certas pessoas (CERVO, et al 207). Neste caso, busca-se identificar a concepção do PI – Projeto Interdisciplinar, sua implantação, desenvolvimento, bem como as vantagens e dificuldades encontradas ao longo desse processo.

Considera-se na visão de Klein et al (2015), a aplicação de uma entrevista semiestruturada, uma vez que foi utilizado um roteiro contendo tópicos a serem investigados, mas que podem incluir outros temas e perguntas, conforme o andamento da conversa.

Dessa forma, a entrevista foi conduzida em duas partes, sendo que a primeira diz respeito ao entrevistado no caso, o Coordenador do Curso que possui duas graduações sendo uma em Administração e outra na área de Educação. Este também

¹ Benchmarking, significa referência. Consiste no processo de comparação entre processos e ações na busca das melhores práticas de gestão.

possui diversas especializações, sendo duas na área de Gestão e duas na área de Educação e, em especial, uma Pós-Graduação em Educação Ambiental e Mestrado com pesquisa desenvolvida também na área.

O Entrevistado possui 17 anos de experiência no ensino superior, atuando nos últimos 5 anos como Coordenador do Curso em questão.

Dessa forma deu início a segunda parte da entrevista sobre as questões do PI – Projeto Interdisciplinar, conforme segue nos Quadro 8.

Quadro 8 – Descrição da Entrevista com o Coordenador de Curso

1) Qual a compreensão e entendimento das questões sobre Educação Ambiental?

Resposta: A Educação Ambiental está presente em todos os ambientes, momentos e espaços da sociedade, deve ser compreendida como valores coletivos reproduzidos por meio de conhecimentos, habilidades e atitudes, relacionados ao uso correto dos recursos produtivos, com reaproveitamento, reutilização, conservação do meio ambiente entre outras ações; respeitando os padrões de sustentabilidade frente as necessidades econômicas, políticas, sociais, de consumo com ênfase na melhoria da qualidade de vida e do bem comum.

2) Sobre esse entendimento de Educação Ambiental, porque considera-se importante estar presente no Curso de Administração?

Resposta: A sociedade em geral é constituída de organizações, seja elas públicas ou privadas, do primeiro setor vinculadas ao agronegócio, do segundo setor como as indústrias de transformação ou do terceiro setor com foco no comércio, prestação de serviços, organizações não governamentais entre outras, bem como as atividades informais. Portanto, independente do ramo de atividades ou do setor de atuação, as organizações como um todo fazem parte do sistema social e por sua vez serão conduzidas por gestores, que irão tomar as principais decisões.

Dessa forma, é essencial que a esse profissional receba uma formação intensiva sobre as questões vinculadas a Educação Ambiental, pois a partir de conhecimentos e habilidades específicas, as atitudes serão reproduzidas em prática dentro de nossa realidade como um todo. A organização é um espaço importante para a multiplicação da concepção da Educação Ambiental, sendo por sua vez desenvolvida em âmbito pessoal e profissional.

3) Quais são as legislações específicas da Educação Ambiental que são pertinentes ao Ensino Superior?

Resposta: São várias legislações que envolvem a Educação Ambiental, desde a Constituição Federal, a Política Nacional de Meio Ambiente e outras. Mas especificamente para o Ensino Superior, pode-se considerar a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9795/1999 e o Decreto nº 4281/021 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental), a Política Estadual de Educação Ambiental (Lei nº 12.780/2007), a Política Municipal de Educação Ambiental (Lei 5986/2015), todas essas legislações estão contidas no PPC – Projeto Pedagógico do Curso uma vez que dispõe a necessidade de ofertar a Educação Ambiental nos cursos superiores.

Além, das políticas nacionais, estaduais e municipais, a própria instituição possui ações e projetos internos com por exemplo:

a) as políticas de preservação do meio ambiente por meio de ações para a economia de energia elétrica, uso racional da água e coleta seletiva do lixo;

b) as ações desenvolvidas para a promoção da cidadania, setores excluídos e políticas afirmativas;

c) a proposta de valores com a responsabilidade socioambiental, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; e

c) dentro das diretrizes organizacionais, encontra-se o compromisso com a preservação do meio ambiente.

4) Como são aplicadas as questões relacionadas a Educação Ambiental e sua formalização do PPC – Projeto Pedagógico de Curso?

Resposta: O PPC do Curso, no atendimento as legislações pertinentes disponibiliza algumas disciplinas específicas para atender as legislações pertinentes como: Ética e Responsabilidade Social, Gestão Ambiental e Social, Projeto Interdisciplinar: Práticas Empresariais e Tópicos Especiais em Administração II.

Porém, entende-se que a Educação Ambiental não pode ser abordada de forma isolada a partir de um ou outra perspectiva, é preciso oportunizar uma visão ampla e sistêmica ao futuro profissional. Para tanto, a abordagem interdisciplinar foi adotada como modelo de aplicação da Educação Ambiental. Assim, foi elaborado um Projeto Interdisciplinar (PI) onde todas as disciplinas do Curso obrigatoriamente devem cumprir seus conteúdos e objetivos, mas por meio da interdisciplinaridade abordar ações de Educação Ambiental, seja por meio da Responsabilidade Social Corporativa, Gestão Socioambiental ou Sustentabilidade.

Neste sentido, a Coordenação de Curso apresentou uma proposta ao Colegiado que aprovou o Regulamento do Projeto Interdisciplinar a ser implantado no curso a partir de 2013. Diversas reuniões de Colegiado de Curso foram realizadas para capacitar o docentes, bem como o NDE – Núcleo Docente Estruturante fez sugestões de como cada disciplina poderia desenvolver os temas interdisciplinares sem perder o objetivo da disciplina e, assim, a cada semestre as disciplinas foram sendo adequadas até a consolidação do mesmo.

5) Para a implantação do Projeto Interdisciplinar, quais foram as principais dificuldades?

Resposta: Houve duas dificuldades de grande relevância:

- Primeira dificuldade foi capacitar os professores para que pudessem construir uma concepção correta de Responsabilidade Social Corporativa, Educação Ambiental, Gestão Socioambiental e Sustentabilidade, pois a maioria do corpo docente tinha a visão míope vinculada exclusivamente com ações pormenores como: separação do lixo, reutilização de resíduos, preservação do meio ambiente ou a promoção de ações beneficentes e, portanto, semestralmente desenvolveu-se um espaço para o aperfeiçoamento neste sentido;

- Segunda dificuldade foi elaborar as ações de caráter interdisciplinar para cada disciplina, principalmente para as disciplinas exatas e mais distantes dos

temas propostos, como por exemplo: contabilidade, comércio exterior, direito, finanças, estatística, filosofia, legislação tributária e fiscal, matemática, português, tecnologia da informação e psicologia. Os docentes que ministram essas disciplinas receberam auxílio do NDE para formular suas propostas que, posteriormente, foram aprovadas pelo colegiado de curso e implantadas semestralmente, conforme cada respectiva turma avança.

Para manter maior controle no desenvolvimento, a Coordenação de Curso é responsável pela orientação geral e cada turma tem um professor responsável pelo PI que acompanha o desenvolvimento das ações de cada disciplina, recebe a proposta no final de cada semestre, faz a correção e entrega para a coordenação, que por sua vez, encaminha para o professor responsável do semestre seguinte. Porém, cada docente fica responsável por orientar em sala de aula o desenvolvimento de sua proposta interdisciplinar, juntamente com a correção e devolutiva das correções.

6) Diante de todas essas ações, quais são as contribuições efetivas que o PI do Curso de Administração promoveu em relação a Educação Ambiental na formação dos Profissionais?

Resposta: A principal contribuição foi garantir uma formação ampla no que tange as DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração, mas acima de tudo, oferecer competências e habilidades para que os futuros gestores de organizações possam desenvolver e atuar em projetos de Educação Ambiental, Responsabilidade Social Corporativa, Gestão Socioambiental e Sustentabilidade, bem como elaborar e implantar políticas com foco nas questões Ambientais.

Como resultados efetivos, destaca-se que o PI é desenvolvido com base em uma empresa real, portanto, muitas ações e projetos foram implantados ou pelo menos estudados com o objetivo de adquirir conhecimento, experiência e competências e habilidades para que este futuro profissional possa aplicar em sua realidade laboral ou pessoal. Algumas ações merecem destaque como: coleta e destinação adequada de pilhas e baterias, reaproveitamento de óleo de cozinha, o adequado gerenciamento de gases, reaproveitamento de resíduos e embalagens, capacitações com funcionários das empresas pesquisadas sobre a concepção de novos valores, incentivo a coleta seletiva, reciclagem de papel e doações de materiais, projeto de queima de resíduos para geração de energia, desenvolvimento

de programas de respeito à diversidade, bem estar dos colaboradores, kits escolares, adequação da comunicação interna com respeito as questões étnicas raciais, redução no consumo de água, energia elétrica e implantação de uma nova cultura de sustentabilidade, substituição de copos descartáveis, cursos gratuitos, parceria com instituição social e implantação de uma nova cultura de reaproveitamento de retalhos entre outras diversas propostas.

Todos esses projetos estão disponíveis para acesso a qualquer pessoa que tenha interesse, disponibilizando resultados qualitativos e/ou quantitativos.

Os projetos mencionados na última questão da entrevista foram disponibilizados totalizando 40 (quarenta) documentos que foram elaborados e desenvolvidos por grupo de alunos, no caso, os formandos do ano de 2017.

Verifica-se com a entrevista que o Coordenador de Curso possui visão ampla ao esperado sobre a concepção da Educação Ambiental, bem como mantem o PPC do Curso atualizado, visto que todas as legislações pertinentes são citadas e são atendidas de forma plena. A matriz curricular disponibiliza disciplina específicas que contemplam o tema Educação Ambiental de forma isolada.

Mas o grande diferencial do Curso é o desenvolvimento do PI – Projeto Interdisciplinar, que é realizado em grupo de alunos envolvendo todas as disciplinas do curso, que por meio da abordagem interdisciplinar permite que cada uma possa aplicar os temas centrais relacionados a Educação Ambiental, ou Responsabilidade Social Corporativa, ou Gestão Socioambiental ou Sustentabilidade, que diante das pesquisa bibliográficas, pode-se entender, que todos esses temas estão dentro de um mesmo arcabouço denominado de Educação Ambiental.

Após realizado a coleta de dados, seja por meio dos questionários ou entrevistas, faz-se necessário interpretá-los sob o viés da dialética com base também na revisão bibliográfica, a ser apresentado no próximo subtítulo como Análise e Interpretação dos Dados.

4.4. Análise e Interpretação dos Dados da Pesquisa de Campo

Esta análise tem como objetivo organizar os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto na pesquisa e a interpretação procura o sentido mais amplo das respostas (GIL, 2010). Ainda como parte do processo de análise, foi utilizada a interpretação dos dados, em que o pesquisador

precisa ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los em um universo mais abrangente em que poderão ter sentido. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e dos conhecimentos já adquiridos e acumulados em torno das questões abordadas na investigação.

Marconi e Lakatos (2010) e Iezzi et al (2013), afirmam que a análise é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Essas relações podem ser estabelecidas em função de suas propriedades relacionais de causa-efeito, produto-produtor, de correlações, de análise de conteúdo, etc. Neste sentido, para a análise do questionário optou-se pela estatística descritiva e para análise da entrevista foi utilizada a análise de conteúdo.

Principalmente em pesquisa social, o analista defronta-se amiúde com a situação de dispor de tantos dados que se torna difícil absorver completamente a informação que está procurando investigar. É extremamente difícil captar intuitivamente todas as informações que os dados contêm. É necessário, portanto, que as informações sejam reduzidas até o ponto em que se possa interpretá-las claramente. Em outras palavras, é indispensável resumi-las, através do uso de certas medidas-sínteses, mais conhecidas comumente como estatísticas descritivas (TOLEDO; OVALLE, 2008, p. 15).

Assim, os mesmos autores complementam que a Estatística Descritiva tem a função cujo objetivo é a observação da coleta de dados numéricos referentes a esses fenômenos, organizando e classificando esses dados de forma a deixá-los com uma apresentação mais adequada para sua interpretação, através de gráficos e tabelas.

Ainda, deve-se considerar que os campos abertos (para comentários) disponíveis em algumas questões também obterem informações importantes, que após análise de conteúdo foram apresentados na pesquisa.

Já a análise de conteúdo, se define como um conjunto de técnicas de análise das comunicações com o objetivo de atingir uma significação profunda dos textos, sendo passível de interpretação (BARDIN, 1979).

Contudo, a análise foi norteadada pela pesquisa bibliográfica em confronto às informações e reflexões obtidas na pesquisa de campo, culminando no resultado esperado com uma resposta capaz de identificar como as questões acerca da Educação Ambiental estão inseridas no curso superior de graduação em Administração, na modalidade presencial da FNSA da cidade de Sertãozinho-SP e sua aplicação prática em atendimento as políticas públicas.

Assim, em confronto a pesquisa teórica e prática percebe-se que das 4 instituições de Ensino Superior presentes na cidade de Sertãozinho, apresentam em

seus cursos de gestão o atendimento as legislações pertinentes sobre a Educação Ambiental, porém, uma em especial, a FNSA atende não somente as políticas nacionais e estaduais, como também a política municipal, bem como apresenta programas, eventos, ações e, possui um Projeto Interdisciplinar que contempla todas as disciplinas do curso no que tange as questões sobre Educação Ambiental.

Partindo desse recorte da pesquisa, promoveu-se a pesquisa de campo com aplicação de questionários juntos aos alunos ingressantes e os formandos, bem como com os docentes do curso e entrevista com o coordenador.

Sobre os questionários, buscou-se entender o quanto o PI contribuiu para a formação do Administrador frente as competências e habilidades necessárias para atuar com as questões ambientais. Para tanto, foi analisada as respostas dos alunos ingressantes e dos formados para subsidiar uma comparação mais próximo e identificar se houve ou não, contribuição do PI na formação recebida.

No Gráfico 25 a seguir, pode-se visualizar nas duas primeiras colunas que demonstram por parte dos ingressantes o seu conhecimento sobre o PI e nas duas últimas colunas como o PI contribuiu para a formação, na visão dos alunos formandos.

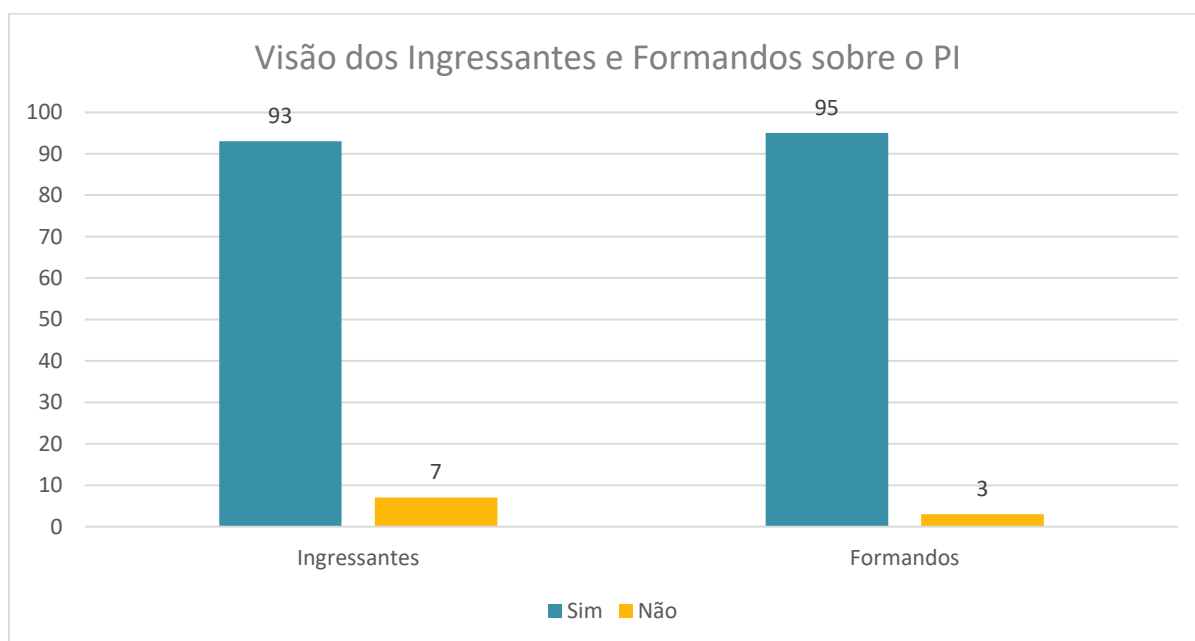


Gráfico 25 – Visão do PI para os Ingressante e a Contribuição para os Formandos
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Com base no Gráfico 25, entende-se que 93% dos alunos ingressantes já possuem conhecimento sobre os objetivos do PI, o que contribuiu muito para o engajamento de todos e que de forma significativa, influenciou para que os 98% dos ingressantes tenham afirmado que o PI favoreceu para a formação em geral no curso.

Esse conhecimento sobre os objetivos e finalidades do PI, deve-se ao fato de que os alunos ingressantes tiveram seis meses de vivência acadêmica, permitindo a construção desse conhecimento.

Tal resultado, corrobora com Fazenda (2008), quando dispõe a necessidade de uma reflexão da prática pedagógica que engloba ao mesmo tempo, as atividades com os alunos e o trabalho coletivo e individual, oportunizando que a prática seja vivenciada tanto na sala de aula como fora dela. Também, pode-se dialogar com Scheibel (2013), pois os projetos interdisciplinares oportunizam uma perspectiva filosófica e inovadora, que de forma inovadora provocam rupturas com os modelos predefinidos, cristalizados, agregando por sua vez valores sociais no que tange a Educação Ambiental.

Ainda, sob o olhar do professor, verifica-se que de acordo com o Gráfico 15 o PI também contribui para a aquisição de novos conhecimentos e competências, no que tange a Educação Ambiental, bem como fortalece as práticas de ensino com espírito empreendedor e permite maior flexibilidade no currículo. Isto vem refletir sobre os dados do gráfico 26.

O Gráfico 26 a seguir, permite verificar sobre o PI – Projeto Interdisciplinar e sua relação com o ensino aprendizagem do Curso de Administração, na visão dos alunos formandos e dos docentes, conforme segue.

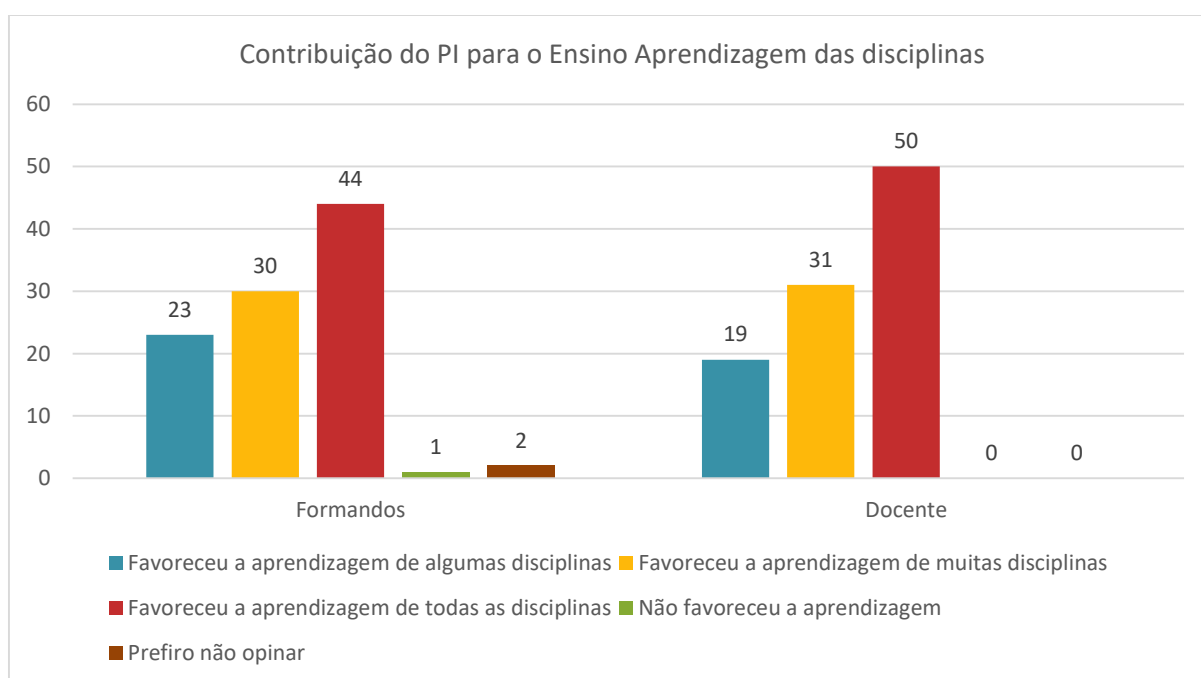


Gráfico 26 – Contribuição do PI para o Ensino Aprendizagem
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Fica evidente um equilíbrio na perspectiva dos alunos formandos e dos docentes sobre como o PI favoreceu no ensino aprendizagem a partir das disciplinas, sendo que ambos destacaram que todas as disciplinas foram beneficiadas.

Pode-se considerar que o PI está em consonância com a proposta de Giometti (2017) e Lombardo (2000), quando afirmam que não se constitui em uma nova matéria escolar, mas se apoia nas várias disciplinas, numa abordagem interdisciplinar, identificando disponibilidades e avaliando impactos do uso dos recursos naturais na formação do saber e nas mudanças de comportamento, principalmente, sobre as questões que envolve a Educação Ambiental.

Na entrevista com o Coordenador do Curso, percebe-se em sua fala que as disciplinas possuem seus próprios objetivos, mas os temas pertinentes à Educação Ambiental estarão contidos de forma interdisciplinar complementando positivamente o desenvolvimento de uma ou de todas as disciplinas, e assim, o diálogo entre os diversos saberes enriquece o currículo do futuro profissional e oportuniza maior intervenção do mesmo no meio social, podendo este, ser elemento multiplicador do desenvolvimento socioambiental.

Para identificar a construção realizada acerca da concepção da Educação Ambiental, foi questionado aos alunos ingressantes, formandos e também aos docentes, quais as características previstas pela formação da EA, obteve-se durante o curso. Para tanto, disponibilizou-se o conceito de Educação Ambiental contido na PNEA (1999), que dispõe ser um processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Neste sentido, o Gráfico 27 permite fazer um comparativo entre os três grupos de respondentes, conforme segue.

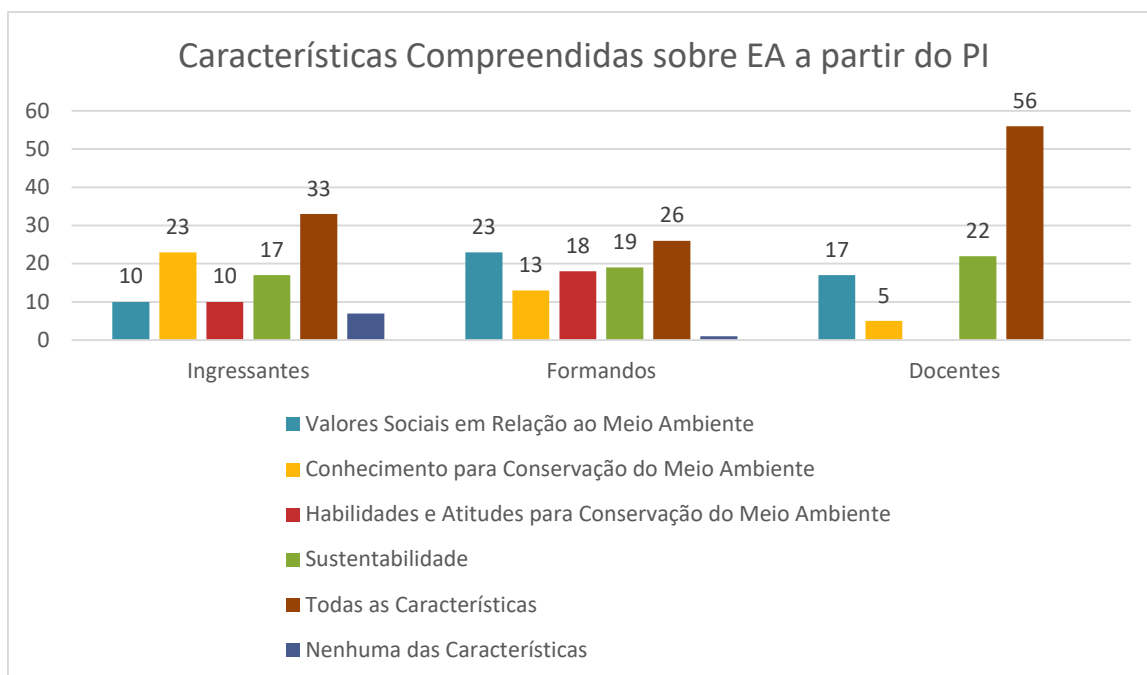


Gráfico 27 – Contribuição do PI para a Compreensão de características sobre a EA
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Diante do Gráfico 27, é possível verificar que os três grupos respondentes (ingressantes, formandos e docente) apontaram que todas as características indicadas como valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes para a conservação do Meio Ambiente, bem como a sustentabilidade foram inseridas na formação recebida por meio do PI.

56% das respostas dos docentes, indicaram que todas as características foram recebidas durante a formação, seguido de 33% das respostas dos ingressantes e 26% das respostas dos formandos. Outro item em destaque é a obtenção de conhecimentos para conservação do Meio Ambiente, bem como valores sociais que também fizeram estar presente nos três grupos de respondentes, seguido da sustentabilidade.

Sobre as características com ênfase nas Habilidades e Atitudes para Conservação do Meio Ambiente elencadas no Gráfico 27, percebe-se que os alunos, seja ingressantes ou formandos, fizeram menção sobre ter recebido esta características. Porém, os docentes não apontaram que o PI agrega tal contribuição no processo de formação profissional.

O Gráfico 27 expressa grande enriquecimento na formação dos futuros profissionais, estando, inclusive em consonância com o que Barbiere e Silva (2012) afirmam, que nas novas regulamentações dos cursos de Gestão, algumas exigências

podem favorecer a implementação da EA que estavam ausentes, inclusive mencionam para incluir no projeto pedagógico formas de realizar a interdisciplinaridade e o incentivo a pesquisa.

O fato é que o avanço na melhoria dos projetos pedagógicos decorreram por movimentos sociais que são reproduzidos por meios de políticas públicas e, por sua vez, efetivam-se em práticas educativas, como é o caso do desenvolvimento do PI no Curso de Administração.

Mas, deve-se considerar que:

Tornar efetiva a EA nos cursos superiores constitui um imperativo que acolheu os clamores da sociedade, consubstanciados em diversas conferências nacionais e internacionais que surgiram diante da necessidade de dar soluções adequadas aos graves problemas que afetam o país e o planeta. Uma das questões problemáticas da EA concerne a necessidade de torná-la parte da formação de profissionais de nível superior, dentre eles, os administradores, mencionados explicitamente nas resoluções de Tbilisi (BARBIERI; SILVA, 2012, p.110-111).

Ainda, no questionário respondido pelos docentes, diversas argumentações foram registradas e, por sua vez, agrupadas por teor de semelhança no que diz respeito as contribuições obtidas no decorrer do curso em relação a formação profissional sob o viés da Educação Ambiental, conforme segue alguns tópicos:

- o PI contribuiu para o desenvolvimento pessoal e profissional, agregando valor na formação do gestor para atuar em todas as áreas da organização utilizando diversos métodos e sob o viés da preservação ambiental e sustentabilidade;
- o tema Educação Ambiental foi intensivamente abordado durante todo o curso de forma teórica ou prática, promovendo a obtenção de conhecimentos e habilidades importantes para atuar no contexto da sustentabilidade;
- a abordagem interdisciplinar envolvendo todas as disciplinas, favoreceu para uma formação com olhar sistêmico do contexto da Educação Ambiental e a atuação do Administrador.

Em consonância com este pensamento, o Coordenador do Curso durante a entrevista, disponível na página 96 deste trabalho de pesquisa, afirmou que:

é essencial que esse profissional recebe uma formação intensiva sobre as questões vinculadas a Educação Ambiental, pois a partir de conhecimentos e habilidades específicas, as atitudes serão reproduzidas em prática dentro de nossa realidade como um todo. A organização é um espaço importante para a multiplicação da concepção da Educação Ambiental, sendo por sua vez desenvolvida em âmbito pessoal e profissional.

Não somente os dados apresentados no Gráfico 27, mas também, o diálogo da entrevista com o coordenador e os apontamentos dos docentes registrados no questionário compartilham de uma mesma concepção sobre as contribuições recebidas na formação no que tange a Educação Ambiental, vislumbrando dessa forma grande contribuição e enriquecimento para o desenvolvimento profissional e pessoal, sendo este, reproduzido nos diversos espaços sociais.

Para consolidar o conhecimento construído a partir do Gráfico 27, pode-se fazer referente ao questionamento aplicado aos formandos e docentes sobre a Educação Ambiental, indagando como o PI contribuiu para a formação do Administrador sob este tema em específico, conforme segue no Gráfico 28.

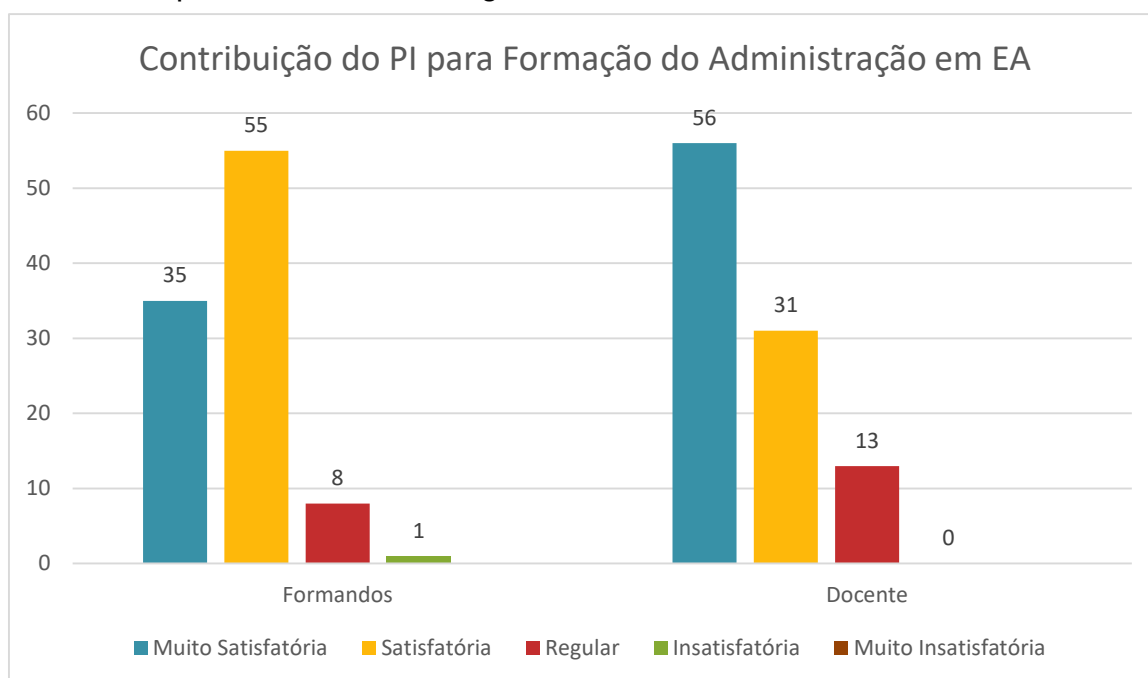


Gráfico 28 – Nível de Satisfação da Contribuição do PI para a Formação do Administrador em EA
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Tanto os alunos formandos, como os docentes, entendem que o PI contribuiu muito para a formação no curso de Administração sob os conceitos da EA, sendo que 90% dos formandos; e, 87% dos docentes entendem que de forma satisfatória ou muito satisfatória houve sim um processo positivo na formação dos futuros profissionais no que tange a atuação na Educação Ambiental.

Com a aplicação do PI e os resultados descritos no Gráfico 28, tende-se a refletir o pensamento de Leff (2011), quando dispõe que a interdisciplinaridade é um ponto de referência constante nos projetos educacionais universitários, mas que uma

ponte entre a teoria e a prática os torna mais atrativos e com resultados efetivos, pois promovem avanços teóricos, epistemológicos e metodológicos.

Na tentativa de evidenciar por meio de uma investigação mais intensiva, pode-se considerar que Gráficos 3 e 4 referente as respostas dos ingressantes, demonstram que 93% dos respondentes não possuem conhecimento e habilidades para atuar em projetos de EA, seguido de 47% que manifestaram não ter competência para elaborar e implantar políticas de EA.

Já os formandos e os docentes possuem um entendimento diferente, conforme ilustrado no Gráfico 29 a seguir.

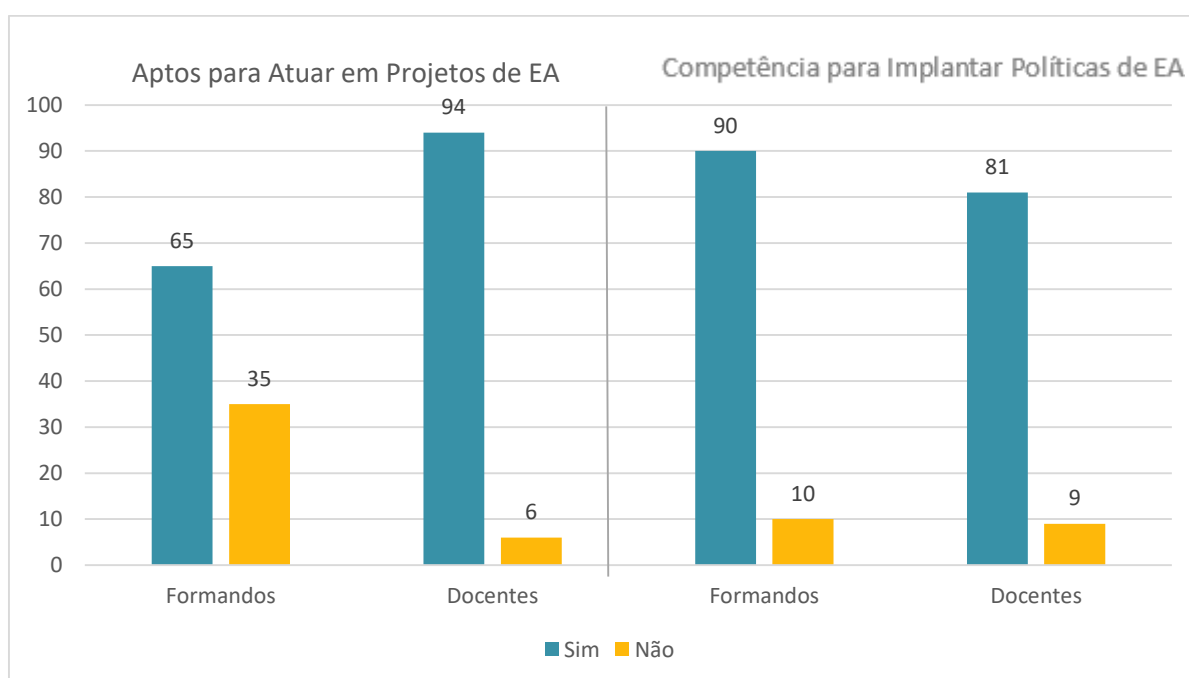


Gráfico 29 – Aptos para Atuar em Projetos de EA e Competências para Implantar Políticas de EA
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Com vistas no Gráfico 29, percebe-se a visão desses dois grupos está pautada ao longo da construção da formação e, portanto, tanto os formados com 65% das respostas, quanto os docentes com 94%, concordam que a formação recebida no Curso de Administração permite que esses profissionais estejam aptos para atuarem em Projetos de EA, bem como, respectivamente 90% e 81% dos dois grupos respondentes registraram no questionário que os Administradores em formação receberam conhecimento necessário para “desenvolver e implantar” políticas de educação ambiental em suas áreas de atuação.

Essa perspectiva de ambos os grupos, pode ser justificada em contraponto aos ingressante, pois tanto os formandos como os docentes vivenciaram a evolução

gradual oportunizada na construção da formação do profissional ao longo do desenvolvimento do curso e, portanto, possuem um olhar real das contribuições do PI, das ações promovidas e projetos aplicados com resultados efetivos e quantitativos, conforme mencionado também na entrevista com o Coordenador do Curso.

Neste sentido, uma corrente de pensamento proposta por Carvalho (2001), propõe que a EA é um fenômeno que não pode ser pensado fora do contexto de formação de um campo de relações sociais, pois este se configura necessariamente engajado na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal. Diante dessa reflexão, percebe-se a necessidade de preparar profissionais para atuar em contextos sociais, como forma de potencializar o diálogo entre as diversas área de conhecimento para garantir o desenvolvimento humano.

Assim, a EA pode fundamentar a formação de um ser social crítico e participativo as transformações do mundo em relação ao seu ambiente, a sua realidade a partir de atuação em projetos ou no desenvolvimento de políticas que serão transformadas em atitudes (RIBEIRO; SILVA, 2012).

Mas, acima de tudo, é importante que este profissional tenha plena ciência da concepção da Educação Ambiental, que também foi indagada juntos aos ingressantes, formandos e aos docentes, conforme segue disponível no Gráfico 30.

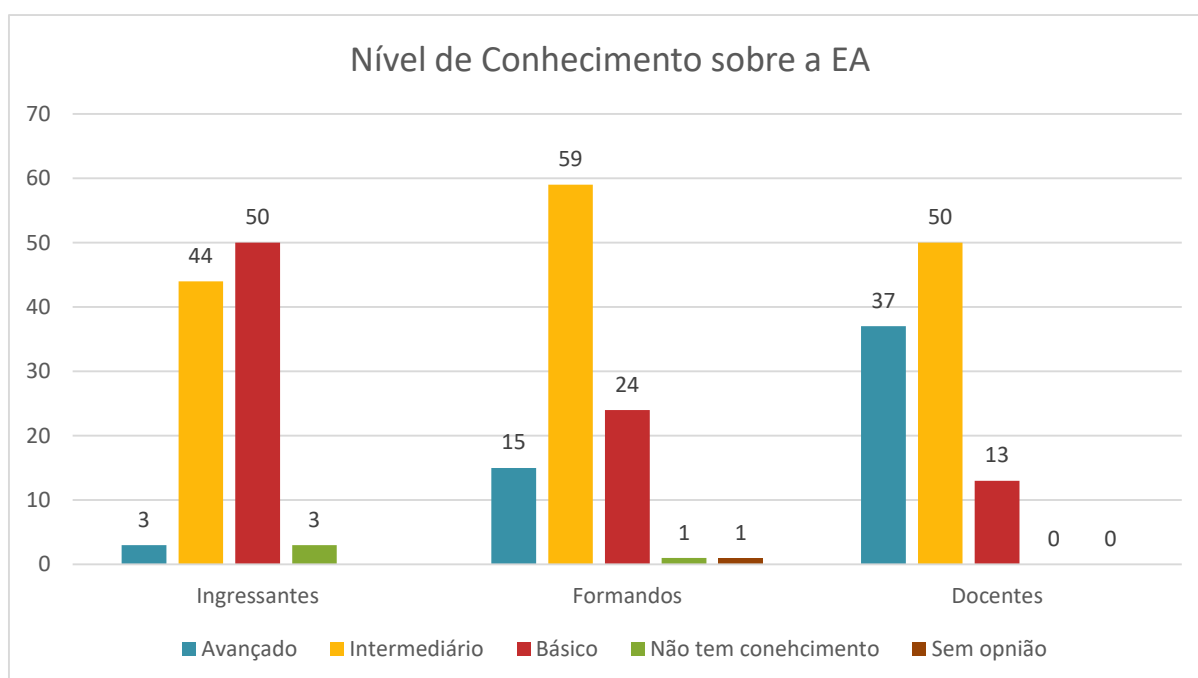


Gráfico 30 – Nível de Conhecimento adquirido sobre a EA
Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

Por meio do Gráfico 30, verifica-se uma evolução exponencial sobre o conhecimento em relação a EA, adquirido pelo aluno ingressante em comparação ao formando em todos os níveis. Os 3% dos ingressantes demonstram conhecimento de nível, avançado, sendo que em comparação aos formandos esse número é de 15%, obtendo por sua vez uma variação percentual de 400%. Também houve avanço significativo sobre o nível de conhecimento intermediário sendo que os ingressantes apontaram ter obtido 44% e os formandos 59%.

Seguindo essa mesma evolução, 37% dos docentes consideram que o nível de conhecimento sobre EA foi ofertado de forma avançada e 50% de forma intermediária.

Considera-se, contudo que, 97% dos ingressantes, 98% dos formandos e 100% dos professores entendem que a Educação Ambiental é ofertada e compreendida pelos alunos do curso de Administração, obtendo dessa forma, uma evolução gradual na formação do profissional.

Esse nível de conhecimento certamente será reproduzido nos espaços sociais em forma de ações, projetos e atitudes sustentáveis, pois conforme proposto por Giometti (2007), a EA é vista como uma educação política, que tem o objetivo de criar novos comportamentos nos seios das organizações e dos grupos sociais, conquistando espaços, visando assim à formação da cidadania.

Para tanto, 100% dos formandos concordam que a formação recebida como Administrador atendeu suas expectativas em relação as questões de preservação do meio ambiente, educação ambiental e gestão sustentável, onde os docentes embasaram que um contingente de axiomas, sendo que 25% apontam a Educação Ambiental e Sustentabilidade, 21% respeito as diferenças étnicas raciais, 22% consideram a ética e o relacionamento interpessoal, 14% indicou a comunicação e os valores sociais, seguido de gestão ambiental, redução de recursos e consumo, etc.

Os métodos utilizados pelos docentes como estudo de casos, atividades e textos, teorias, discussões, benchmarking, debates, pesquisa entre outros foram essenciais para construir a concepção mais próxima da Educação Ambiental na formação do Administrador, pois de acordo com Barbieri e Silva (2011, p. 151):

A EA resulta de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas, que possibilite os indivíduos e grupos a alcançar uma compreensão da natureza complexa do meio ambiente, tanto o natural quanto o criado pelos humanos, para que as ações sejam mais racionais e respondam às necessidades sociais. Deve-se portanto, transmitir conhecimentos para interpretar fenômenos complexos, estimulando o surgimento de valores éticos, econômicos e estéticos que constituem a base

da autodisciplina e do comportamento favorável a conservação e a melhoria do meio ambiente.

Destarte, considerando a entrevista do Coordenador do Curso em relação aos Projetos Interdisciplinares desenvolvidos, fica evidente que o Curso de Administração investigado nesta pesquisa, despertou os indivíduos e grupos novas interpretações das relações entre homem e natureza, comprovadas por meio dos relatórios dos alunos que registram resultados qualitativos e quantitativos acerca das diversas ações e projetos que nasceram no núcleo acadêmico sob o embrião da teoria, mas que se reproduziu de forma prática no contexto social como um processo de Educação Ambiental alicerçado pela bandeira da Gestão.

A investigação realizada para encontrar todos esses benefícios reproduzidos na ação do indivíduo e também nos espaços corporativos, oportunizado pelo Curso e pela proposta do Projeto Interdisciplinar, foi sintetizada e disponibilizada no item Resultados da Pesquisa, a seguir.

4.5. Resultados da Pesquisa

A pesquisa de campo realizada apontou indícios de que é possível trabalhar de forma interdisciplinar a Educação Ambiental dentro do contexto acadêmico, promovendo para que este, funcione como embrião de um processo reprodutivo que se efetiva a partir de atitudes nos diversos espaços sociais e de atuação profissional.

No Município de Sertãozinho, entre as 4 Instituições de Ensino Superior existentes há 5 cursos de graduação na área de gestão, sendo ofertados na modalidade presencial e que seus PPC foram analisados para identificar sobre o atendimento as políticas, ações, disciplinas e projetos de EA. Assim considerando que apenas o Curso de Bacharelado em Administração ofertado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Aparecida, contempla de forma plena, todas as características investigadas por meio da análise de conteúdo.

Percebe-se que a FNSA possui vasta experiência educacional, atuando deste a década de 50 do século passado, no campo da educação, o que contribui muito para o entendimento do processo evolutivo do município e região, bem como fortalece ainda mais a comunidade acadêmica para atender as demandas das políticas públicas em especial, de Educação Ambiental e sua inserção na prática pedagógica.

Outro ponto relevante são as transformações ocorridas no PPC do Curso de Administração, que desde 2002, que vem sendo reestruturado com base nas

Diretrizes Curriculares Nacionais (DNC) e articulados com as demandas do mercado de trabalho local e regional.

Pode-se considerar que o PPC do Curso de Administração da FNSA além de respeitar as DCN's apresenta-se como uma estrutura política de Educação Ambiental articulada com as esferas nacional, estadual, municipal e da própria instituição, que elaborou o Projeto Interdisciplinar especificamente para abordar diversas questões, mas especificamente, o arcabouço da Educação Ambiental. Neste, também encontrou diversas disciplinas que abordam de forma intensiva as questões sobre Educação Ambiental, que são efetivadas na prática docente por meio de ações, projetos e atitudes por meio de competências e habilidades adquiridas ao longo do curso e que enriquecem a formação profissional.

O Projeto Interdisciplinar criado e desenvolvido pelo Curso de Administração da FNSA, possibilitou a intensificação da aprendizagem das disciplinas sob o viés da Educação Ambiental. Mais de 97% dos formandos do curso e 100% dos docentes reconhecem a interdisciplinaridade existente no processo formativo uma vez que o PI contribui para favorecer aprendizagem das disciplinas. Essa percepção é vislumbrada desde o início do curso, pois a utilização do PI no primeiro ano de curso mostra que 90% dos ingressantes reconhecem os objetivos e a finalidade do PI. O que também vem a coroar esse processo é o nível de satisfação que atingiu 90% dos alunos formandos e 87% dos docentes. Estes dois grupos de respondentes conseguem compreender com maior propriedade os benefícios do PI com instrumento para a abordagem interdisciplinar no que tange as questões sobre Educação Ambiental para a formação profissional do Administrador, pois vivenciaram o processo do início ao fim.

A despeito do processo formativo, em especial, sobre as competências e habilidades deste futuro gestor, 60% dos formandos e 94% dos docentes afirmam que estarão aptos para atuar em projetos de EA, que vem ao encontro da percepção sobre o conhecimento obtido elaborar e implantar políticas de EA, conforme demonstrado por 90% dos formandos e 81% dos docentes, de acordo com a pesquisa realizada por meio de questionários.

A experiência profissional do coordenador, eleva a transformação do pensamento para uma construção coletiva e reflexiva junto ao corpo docente para que todo esse contingente seja canalizado para o desenvolvimento satisfatório do PI, pois na entrevista com o mesmo, percebe-se na sua fala a grande preocupação com a

formação de Administradores, sendo que estes precisam estar preparados para atuar no cenário organizacional que, indiscutivelmente, fazem parte do sistema social. Pois são os Administradores que tomam as decisões nas organizações, sendo, portanto, essencial priorizar uma formação intensiva do que é a Educação Ambiental. Pois, é a partir do conhecimento, das competências e habilidades que a prática será efetivada e multiplicada a todos os espaços da humanidade, a partir do desenvolvimento pessoal, bem como o profissional.

Ficou claro que, a proposta de implantar o PI é desafiadora conforme apresentado pelo Coordenador do Curso, seja no aspecto formativo, de mudança de pensamento e atitude junto ao corpo docente ou pela necessidade de articular métodos de ensino aprendizagem entre as disciplinas, promovendo um diálogo unificado, mas, sem interferir nos objetivos de cada disciplina.

Como pontos positivos, o Coordenador destacou que o corpo docente possui uma formação multidisciplinar, o que favoreceu a condução do processo de planejamento, implantação e desenvolvimento do PI, bem como o NDE teve grande participação propondo atividades para algumas disciplinas, principalmente as disciplinas exatas, que são mais distantes do diálogo com o meio ambiente. Ao longo do processo de implantação, o NDE oportunizou a participação de diversos docentes como membro criando um contexto de rotatividade entre os participantes do NDE e do Colegiado de Curso, fortalecendo a articulação dos docentes e suas respectivas disciplinas.

Outra ação realizada pela Coordenação que agregou valor relevante foram as reuniões pedagógicas, pois:

- algumas reuniões foram promovidas com a finalidade de capacitar os docentes a partir de textos e discussão, elevando o nível de conhecimento sobre a Educação Ambiental e o comprometimento de todos junto ao PI;
- outras reuniões foram transformadas em oficinas, onde os membros do NDE auxiliavam os docentes na formulação das propostas de atividades interdisciplinar vinculando o tema do projeto com os assuntos a serem abordados pelas disciplinas e articulados com os elementos dos planos de ensino, que foram todos adequados em função do PI.

As ações orientadas pela Coordenação de curso funcionaram como elo entre a proposta do PI, os alunos e os docentes, buscando sempre uma visão unificada e

sistêmica de todo o processo para que a formação recebida pudesse, a partir da teoria, desenvolver a prática nos diversos espaços sociais no momento atual ou no futuro.

Tais esforços são comprovados pela pesquisa realizada, pois os três grupos de respondentes consideram que o PI teve grande contribuição, pois 97% dos ingressante, 98% dos formandos e 100% dos docentes entendem que o PI contribuiu seja de forma avançada, intermediária ou básica, para o conhecimento adquirido em Educação Ambiental. Os resultados qualitativos e quantitativos estão registrados em 40 relatório de PI, desenvolvidos no ano de 2017 pelos alunos formandos que respondem a pesquisa, e que foram disponibilizados pelo Coordenado de Curso.

Dessa forma, analisando cada um dos Relatórios de PI, pode-se constatar várias ações e práticas de EA, realizadas em organizações que atuam em diversas áreas, conforme apresentado no Quadro 9, a seguir, que foram compiladas por área de atuação, totalizando 35 seguimentos distintos de atuação.

Quadro 9 - Ações e Práticas de Educação Ambiental nas Organizações

Área de Atuação da Organização	Ações Práticas
1) Assistência Odontológica	- Separação e coleta de resíduos infectantes, hospitalar, reciclável e orgânico. - Criação de canais públicos para relacionamento externo e otimizando a imagem da organização perante os seus concorrentes. - Participação da organização em eventos públicos promovendo a importância da saúde bucal e a responsabilidades social e corporativa. - Atualmente 100% do lixo é separado e destinado para o local correto, dentro de um ano são coletados em média 20% de recicláveis; - Em cinco anos foram coletados 15.216.000 Kg de resíduos hospitalar, 22.824.000 kg de resíduos comuns e 3.804.000 kg de resíduos infectantes.
2) Assistência Técnica em Ar condicionado e Instalações Elétricas	- Recolhimento de gás R22; - Vendas das sobras de resíduos sólidos (materiais) que geram recursos financeiros, destinados a doação de um orfanato. - Capacitação e orientação de colaboradores para o desenvolvimento de ações sustentáveis. - Destinação correta de aparelhos de ar condicionado que não tem mais funcionalidade; - Vendas de sobras de resíduos sólidos como cano de cobre e pedaços de cabos elétricos; - Investimento em projetos sociais como o dia da criança.
3) Auto Center	- Doações de cestas básicas a entidades carentes; - Ações de conscientização e respeito ao meio ambiente através de programas de incentivos adotados dentro da própria reuso e redução de consumo de recursos como água e energia elétrica; - Reciclagem e reaproveitamentos de materiais de escritório;

	- Coleta, seleção e destinação adequada de óleo de motor e de pneus usados, sendo foram recolhidos 500 litros de óleos e mais de 300 pneus nos últimos dois anos.
4) Auto Posto	- Programa de incentivo na troca de de embalagens recicláveis e outros resíduos, onde os colaboradores acumulam pontos e trocam por prêmios; - Copercana como pneus, óleos, garrafas de óleos, plásticos e papelões. - Destinação correta dos pneus para reaproveitamento, em um ano houve a coleta de 1315 (mil e trezentos e quinze) pneus, que são destinadas a uma trituradora e separa o aço da borracha, o aço segue para siderúrgicas, a borracha passa por dois processos, onde a primeira parte é destinada da borracha para fabricação de rodovias e ruas, e a segunda parte da borracha é utilizada como combustível em máquinas de fazer cimento. - O óleo retirado dos automóveis no último ano somam 18.100 (dezoito mil e cem), que são reutilizados também.
5) Automação Industrial	- Programa de conscientização na redução de recursos como energia e água; - Proposta de implantação de um projeto de gerenciamento de resíduos sólidos (cavacos, alumínio e cobre).
6) Automação Industrial	- Construção de uma cisterna para reserva de água para lavagens de área externas, podendo suportar até 2.000 litros de água não potável e gerando uma economia de R\$ 100,00 mensal; - Venda de sucatas onde a verba é destinada para confraternização de funcionários em datas festivas, lixeiras seletivas para separação do material facilitando a reutilização para reciclagem.
7) Carrocerias Canavieiras	- Programa de coleta de lacres de alumínio de latas de bebidas, que no último ano conseguiu arrecadar 03 cadeiras de rodas para doação.
8) Comércio de Caminhões e Prestação de Serviços	- Descarte adequado de óleo, filtros, injetores e baterias para que não haja a degradação do solo, dos lençóis freáticos, rios e não venha a causar diversos males a saúde das pessoas. - Coleta e destinação de resíduos sólidos como materiais que são reciclados. Anualmente uma média de 16.300 litros de óleo (câmbio, diferencial e motor) são reaproveitados.
9) Comércio de Roupas Femininas	- Reciclagem de roupas usadas, onde a matéria prima é aproveitada para fazer outra peça; - Reuso de roupas em bom estado, que ao passa por higienização retornar ao mercado de roupas; - Capacitação dos seus funcionários por meio de cursos e incentivos financeiros em universidades. - Oferta de um projeto de inclusão, que ajuda mulheres que sofreram com algum tipo de violência doméstica, a empresa tem um custo de R\$1.800,00 por mês para ofertar cursos de costuras que são oferecidos a oito mulheres que fazem parte do projeto, e através da qualificação elas podem ser inseridas no mercado de trabalho.
10) Comércio e Prestação de Serviços em Refrigeração	- Doação monetária ao asilo do município de Sertãozinho, a Casa Pia, na quantia de R\$ 1.440,00, destinados ao amparo dos internos do local;

	- Reciclagem de 144 tonner anual, resultando em uma economia de R\$ 7.200,00 revertida em programas internos de preservação do meio ambiente.
11) Comércio Varejista de Roupas Masculinas	- Oferta de cursos de costura gratuitos para mulheres; - Utilização de sacolas biodegradáveis; - Apoio a campanha de conscientização contra o câncer de próstata em parceria com outras entidades; - Substituição de 70% das luminárias em LED, obtendo uma redução de 20% do consumo de energia - Uso consciente de água com redução de 60% no consumo mensal de água.
12) Confeção Têxtil	- Substituição de copos descartáveis com redução no consumo de 600 copos/mês. - Cursos gratuitos para 30 pessoas a cada semestre; - Doação dos tubos de papelão das embalagens de tecido, totalizando em média 500kg por mês; - Parceria com instituição social para produção de roupas íntimas uma vez por mês; e - Implantação de uma nova cultura de reaproveitamento de retalhos, reduzindo 10% do consumo total mensal de matéria-prima.
13) Cooperativa dos Plantadores de Cana	- Programa de conscientização dos benefícios da reciclagem com a coleta seletiva de materiais como plásticos, papel, vidro e metal; - Distribuição de mudas de árvore; - Atividades físicas e ambientais aberta para toda a sociedade. - Projetos com o Hospital de Câncer, para realização de arrecadação em média de R\$ 800,000.00 por ano.
14) Distribuição de Produtos Alimentícios	- Programa de música & Orquestra Instituto GPA, que ao longo de 14 anos já foram mais de 650 concertos realizados, e um público de mais de 300.000 pessoas. Em média, 500 alunos passam por ano pelo Programa de Música.
15) Engenharia e Equipamentos Industriais	- Redução gastos desnecessários racionando energia e mudando seus recursos e materiais, comprando materiais de fontes renováveis, reduziu o uso de papéis passando a utilizar os meios eletrônicos - Descarte de resíduo como tintas e solventes são supervisionados e autorizados por órgãos vigentes; - Disponibilização de lixeiras de coletas seletivas e descarte de material elétrico - Queima de resíduos sólidos como forma de garantir uma gestão sustentável para geração de energia, reduzindo os aterros sanitários e proporcionar um aumento de 150% em energia elétrica.
16) Escola de Educação Infantil	- Plantio e colheita de hortaliças, desenvolvimento e interação dos seus alunos, além de conscientiza-los sobre a importância da preservação do meio ambiente; - Arrecadação de produtos de higiene pessoal, ajudando entidades necessitadas; - Troca das lâmpadas comuns por LED, reduzindo o consumo de energia em 7%; - Separação e destinação adequada de resíduos; - Treinamento e qualificação dos funcionários.

	- No último ano, com o plantio de hortaliças houve uma redução de gastos, em média de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).
17) Fabricação, Distribuição e Venda de Produtos de Limpeza	- Reciclagem de papelões e plástico, que são destinados para uma empresa qualificada, em média cerca de 800 quilos de papelões e plásticos são arrecadados por ano; - Destinação correta de 100% dos resíduos sólidos.
18) <i>Fastfood</i>	- Cofrinhos instalados no caixa para a arrecadação; - Venda de óleo de fritura; e - Projeto de destinação de 1% do faturamento (de um dia/ano) que é encaminhado para uma instituição social local.
19) Imobiliária	- Oferta de programas sociais, que facilita na aquisição do imóvel. - Distribuição de mudas de arvores - Doação de sangue que são efetuadas pelos colaboradores a fim de ajudar o próximo; - Descarte consciente dos resíduos gerados no seu processo, uso de matérias recicláveis e doações de mudas de arvores.
20) Indústria de Cosméticos	- Promove ações como: Floresta Viva, Amazônia, Biocomercio Ético e Inclusão Social, compromisso com o Clima, 100% Carbono Neutro; - Utiliza refil Inteligente, embalagens sustentáveis, 100% de Álcool Orgânico; - Incentiva educação de qualidade com boas práticas de gestão ambiental, empoderamento feminino e não realiza teste de seus produtos em animais; - Realiza estudos de impacto dos seus produtos sobre o meio ambiente, faz monitoramento do uso de recursos naturais e geração de resíduos; - Valorização da biodiversidade brasileira em suas linhas de produtos com práticas e processos que reduzem o consumo de energia, água, produtos tóxicos e matérias-primas, evitando o desperdício; - Desenvolve tratamento adequado de seus Efluentes E Resíduos; - Faz uso de matérias primas renováveis e boas práticas de manejo florestal.
21) Indústria e Comércio de Implementos Rodoviários	- Programa de Incentivos ao plantio de árvores, sendo cinco arvores ao mês por funcionário; - Descargas dos vasos sanitários com menor fluxo de água, e torneiras com fechamento automático; - Instalação de exaustores no teto da empresa; - Construção de uma caixa d'água para coleta de água da chuva; - Reunião de grupos de funcionários para doação de sangue. - Descarte adequado dos resíduos gerados no setor de produção, minimizando sua contaminação no meio ambiente. Os materiais descartados são vendidos e sua renda revertida em benefícios para os funcionários; - Destinação de 3% da receita líquida anual para projetos sociais (APAE, Asilo e Orfanatos).
22) Indústria Metalúrgica	- Tratamento de água, eliminando o óleo utilizado no processo de usinagem em 87%, sendo esta, reaproveitada novamente reduzindo o consumo de 1.000 litros/mês de água.

23) Indústria Metalúrgica Sucroalcooleira	- Coleta e separação de resíduos provenientes do processo de fabricação e manutenção de equipamentos (como ferro fundido, borra de grafite, cavacos de alumínio, aço inox e aço carbono. A coleta gera aproximadamente 4.000 (quatro mil) quilos, e com a venda desses insumos em média arrecada-se o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) o qual são direcionados para treinamentos internos e aquisição de equipamentos para facilitar e otimizar os processos da empresa.
24) Instituição Bancária	- Projeto “Árvore Solidária”, trata-se de uma ação natalina onde em Novembro de cada ano as crianças de orfanatos do município fazem suas cartinhas e deixam na árvore, assim a empresa adota uma criança e leva o presente dela para colocar na árvore, sendo atendida 2 mil crianças por ano.
25) Locação E Manutenção de Equipamentos para Construção Civil	- Mantenedora de uma ONG para recuperação de Alcoólicos que atende famílias de jovens com problemas de dependência; - Oferta de cursos, palestras para as famílias, apoio psicológico e auxílio médico com a proposta de desenvolvimento social. - Anualmente cerca de 47 jovens são atendidos, sendo que 81% (oitenta e um por cento) desses jovens obtiveram resultados positivos para inserção no mercado de trabalho.
26) Loja de Ferragens	- Campanha contra a dengue; - Distribuição experimental de canecas permanentes aos funcionários, a fim de reduzir o consumo de copos descartáveis; - Coleta seletiva de materiais, como: plástico, papel, vidro e metal para incentivar e mostrar os benefícios da reciclagem; - Distribuição de mudas de árvores em datas comemorativas, como: dia da árvore, semana do meio ambiente, dia das crianças, etc. Ao todo já foram distribuídas mais de 3.500 mudas para a população. - Campanha de redução do uso de sacolas plásticas, incentivando o uso de sacolas permanentes; - Palestras sobre meio ambiente com brincadeiras educativas sobre coleta seletiva no dia das crianças; - Natal socioambiental: arrecadação de materiais recicláveis para a realização de trabalhos. - Nos últimos quatro anos foram reciclados 2.350.000 kg de papelão, 207.000 kg de plástico, 193.000 kg de papel, 110.000 kg de sucatas e 13.000 kg de vidro; - Coleta de para arrecadação dos lacres de latas de bebidas, que são convertidas por cadeiras de rodas, atendendo 21 entidades de caridade nos últimos dois anos.
27) Manufatura de Equipamentos Industriais	- A conscientização dos benefícios da reciclagem e da coleta seletiva de materiais como siderúrgicos, plásticos, papel, papelão; - Distribuição de mudas de árvore; - Projeto “Olhe o Óleo”, em parceria com seus colaboradores e a sociedade, onde são recolhidos óleo proveniente de frituras e enviado para empresa especializada em reciclagem (em 4 anos a empresa recolheu mais de 3.430 litros de óleo o que equivale a deixar de poluir aproximadamente 85.750.000 milhões de litros de água), que foram trocados por 860 litros de detergente e 245 kg de sabão em pó; - Doação de produtos de limpeza para entidades assistenciais do município.

	- Promoção de eventos sociais às famílias dos colaboradores com distribuição de kits de material escolar de acordo com a série ou curso que frequentam (em quatro anos foram distribuído 4000 kits).
28) Manutenção de Equipamentos Industriais	- Destinação adequada e venda de resíduos sólidos (como líquidos, sobras de suas matérias primas, equipamento de proteção individual, óleos usados, borra de tinta), destinando os recursos arrecadados com tal ação, para entidades carentes de sua cidade; - Conscientização dos colaboradores, quanto familiares e a comunidade de modo que também pratique atividades ambientais como economia de água, separação do lixo, redução de consumo de energia, etc; - Disponibilização de ecopontos dentro da empresa facilitando a coleta, separação e destinação correta de todos os tipos de resíduos; - Incentivar o rodízio de transportes como, por exemplo, substituir o uso do automóvel por bicicleta por pelo menos dois dias na semana e com isso compreende-se que ao adotar essas práticas, diminuirão a poluição que agride o meio ambiente. - Criação e distribuição de uma cartilha interna de informações de cada produto que ela produz e os que não produzem, contendo suas ações ambientais para entender a destinação correta de cada insumo, por exemplo: chapas, vigas, cantoneiras, arame, disco de corte, válvula, conexões, cabos, detergente, pano sabonete, solventes químicos, tintas, copos, luvas, material de EPI, entre outros.
29) Prefeitura Municipal	- Criação do Selo Verde, que visa valorizar e incentivar as empresas que promovem ações de sustentabilidade socioambiental; - Promoção da Semana Internacional da Mulher, com incentivo a inclusão social; - A câminhada que conscientiza o cuidado no trato com os animais de estimação; - A Festa no Parque, onde acontece um quermesse onde o dinheiro arrecadado é encaminhado para as instituições de caridade da cidade.
30) Restaurante	- Projeto social com reaproveitamento de alimentos; e - Parceria com ONG (conscientização + gestão socioambiental).
31) Revenda de Veículos Novos, Semi Novos e Prestação de Serviços	- Recolhimento de baterias velhas; - Auxílio financeiro ao orfanato da cidade; - Distribuição de mudas de árvores. - Coleta adequada e reciclagem de aproximadamente 3.000 litros de óleo de câmbio e de motor por ano, evidenciando a preocupação com os impactos causados na natureza.
32) Salgaderia	- Coleta e a destinação adequada dos resíduos de óleo de cozinha, totalizando 500 litros por anos; - Troca de óleo usado para óleo novo, reduzindo o consumo de 160 litros de óleo natural, diminuindo, portanto, o custo produtivo.
33) Segurança Eletrônica e Monitoramento	- Reciclagem de baterias, visto que no último ano já foram coletadas mais de 1.000 baterias, contribuindo também com as questões de preservação ambiental e sustentabilidade.

34) Supermercado	- Oferta gratuita de cursos de música, informática, inglês, artes e formação de coral para jovens e crianças carentes atendendo 170 jovens por ano; - Promoção de palestras para conscientização coletiva sobre preservação do meio ambiente e educação ambiental; - Gerenciamento de resíduos: as carnes são destinadas para fábrica de ração animal, bem como as frutas e legumes doados para instituições de caridade e os demais alimentos orgânicos destinados corretamente; - Disponibilização de lixeiras para coleta, separação e destinação de resíduos; - Mantém o programa de troca de óleo de cozinha por óleo novo, em parceria com empresas;
35) Tecnologia da Informação	- Parcerias com instituições sociais como PM, Lions clube, entre outras, ajudando com arrecadação de agasalho e alimentos; - Correta destinação de equipamentos eletrônicos e baterias; - Orientação sobre a coleta correta de resíduos sólidos nos ecopontos da cidade; - Coleta, destinação adequada e venda de cartuchos de tonners, contribuindo com a renda de instituições de caridade do município.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante do Quadro 9, verifica-se que as contribuições do PI junto ao Curso de Administração possibilitaram um laboratório prático de formação profissional, principalmente no que tange as possíveis ações de responsabilidade corporativa e de Educação Ambiental. Verifica-se ainda com a análise dos relatórios do PI desenvolvidos pelos alunos formandos do referido curso que houve duas contribuições para a construção e desenvolvimento de competências e habilidades:

1) A contribuição teórica, partindo do princípio que o aluno não desenvolveu efetivamente ações de Educação Ambiental, mas houve a investigação e o estudo de como foram planejadas, organizadas e executadas de forma prática;

2) A contribuição prática, uma vez que a empresa em estudo cedeu um espaço e autonomia para o desenvolvimento de ações, projetos e programas ambientais, oportunizando que os formandos, possam, em tempo, aplicar na prática os conhecimentos adquiridos e, por sua vez, vivenciar o desenvolvimento laboral de atitudes sustentáveis e aprimorar sua formação.

Independente do viés absorvido, o fato é que o PI certamente favoreceu para a formação do Administrador, criando uma ponte entre a teoria e prática da Educação Ambiental, conforme pode-se observar na Figura 1 que segue, pois mesmo não tendo aplicado efetivamente projetos vinculados a sustentabilidade, o mesmo obteve conhecimentos, competências e habilidades para desenvolver políticas e implantar

projetos de Educação Ambiental nos diversos espaços sociais e organizacionais em momentos futuros oportunos.



Figura 1 – Contribuição do Projeto Interdisciplinar
Fonte: Elaborado pelo Autor (2021)

Este profissional, portanto, adquire competências de fazer a leitura de diversas situações, analisar e tomar decisões que fazem parte do cotidiano, pois estas ações, terão reflexos significativos para o Desenvolvimento Socioambiental.

No entanto, verifica-se que para conceber o PI, algumas fases são essenciais, iniciando pela compreensão do contexto ao qual a Instituição de Ensino Superior está inserida e sua articulação com os contingentes para obter o sucesso dos resultados, conforme ilustrado na Figura 2 que segue.

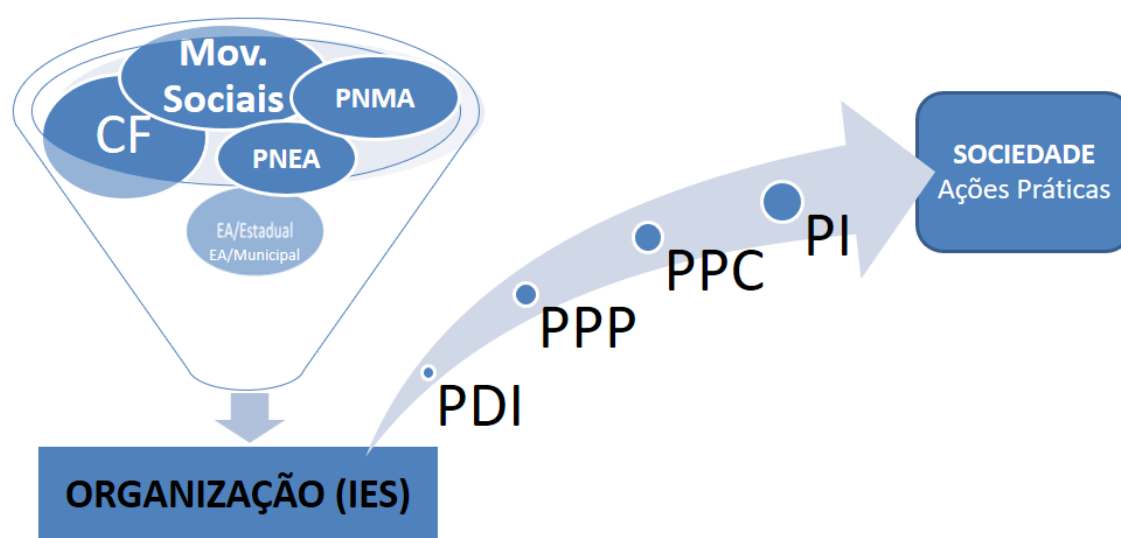


Figura 2 – Proposta de Concepção do Projeto Interdisciplinar
Fonte: Elaborado pelo Autor (2021)

Diante da ilustração disponível na Figura 2, fez-se necessário que a organização, neste caso a Instituição de Ensino Superior, seja por meio dos docentes, coordenadores e gestores tenham conhecimento das políticas de Educação Ambiental em todos os âmbitos e esferas, para promover um diálogo com as proposta e políticas internas, pois esse alinhamento será o fator propulsor para fortalecimentos das instâncias, institucionalização da Educação Ambiental e a efetiva realização das ações e projetos.

Para tanto, tais propostas de práticas pedagógicas de Educação Ambiental deverão estar alinhadas com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, PPP – Projeto Político Pedagógico da Instituição, PPC – Projeto Pedagógico de Curso para que possa ser elaborado um PI – Projeto Interdisciplinar coerente e que atenda as demandas do mercado a partir das organizações empresariais existência na região, onde cada futuro profissional possa colocar em prática as ações de Educação Ambiental em prol à contribuição do Desenvolvimento Socioambiental.

Ainda, no que tange a construção específica da proposta de formulação e implantação do modelo de PI, é preciso seguir 6 (seis) Etapas que são apresentadas na Figura 3 que segue, para que a concepção do PI seja aproveitado de forma satisfatória e que a comunidade acadêmica tenha conhecimento e estejam comprometidos com os processos.

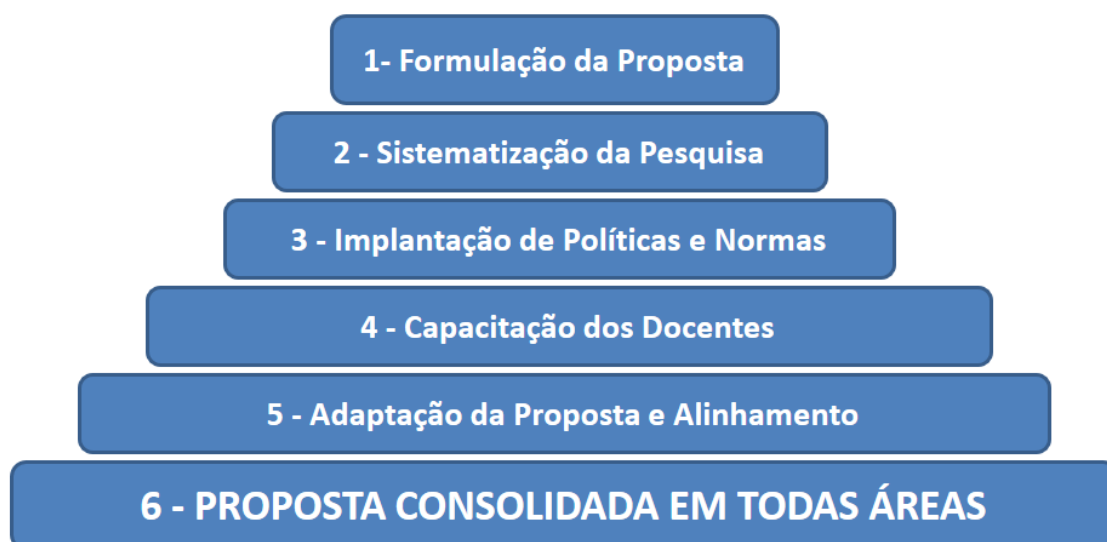


Figura 3 – Formulação e Implantação do Modelo de Projeto Interdisciplinar
Fonte: Elaborado pelo Autor (2021)

As 6 Etapas ilustradas na Figura 3, são essenciais para que o modelo de PI seja elaborado e implantado de acordo com os recursos e expectativas da concepção

entendida pela comunidade acadêmica, pois este será o documento norteador das ações entre docentes e discentes no processo de formação. Dessa forma, são apresentados os detalhes de cada etapa:

- 1ª Etapa - Formulação da Proposta: neste primeiro momento é preciso entender os objetivos de cada disciplina em consonância com o entendimento de cada docente responsável para que os conteúdos abordados sejam aderentes e possam contribuir de forma prática na formação. Esta primeira etapa pode inclusive, ter participação do NDE do curso, favorecendo o processo de criação e visão sistêmica;

- 2ª Etapa – Sistematização da Pesquisa: é o processo pela qual ocorrerá um refinamento da proposta a ser abordada pela disciplina, mas vinculando a interdisciplinaridade como abordagem estratégica para criar uma visão sistêmica alinhada aos demais componentes curriculares do curso, promovendo um diálogo entre outras disciplinas ou complementando as demais propostas;

- 3ª Etapa – Implantação de Políticas e Normas: visto que o PI necessita ser institucionalizado, será preciso criar documentos para formalizar os processos, como regulamentos e manuais, favorecendo a padronização e unificação das ações dos docentes e discentes, bem como os procedimentos acadêmicos de orientação, cronograma de entrega, prazos, apresentação até a entrega final;

- 4ª Etapa – Capacitação dos Docentes: nem todos os docentes como os membros do NDE terão a visão sistêmica das propostas de todas as disciplinas, portanto, além de promover o envolvimento do docente com os demais docentes e as disciplinas, muitas vezes é preciso capacitar o docente a adequar sua própria disciplina e, inclusive, a utilizar recursos de aprendizagem e metodologias de ensino que estejam adequadas para que cada aluno possa compreender a proposta e desenvolvê-la juntamente com sua equipe. Neste momento, o docente também recebe orientações tanto relacionadas a prática pedagógica como acadêmica, pois para cada período do curso, há um conjunto de disciplinas que atuam de forma interdisciplinar e um docente em específico, faz a gestão coordenada dos processos de orientação, entrega, correção e feedback;

- 5ª Etapa – Adaptação da Proposta e Alinhamento: necessariamente quanto uma proposta de Educação Ambiental é elaborada e inserida de forma interdisciplinar nos objetivos de cada disciplina, o Docente faz sua implantação dentro de uma perspectiva orientada pelo NDE e Colegiado de Curso, mas felizmente, no decorrer de sua aplicação novas contribuições são observadas e adaptações surgem como um

processo de melhoria contínua, o que é característica de qualquer tipo de projeto. Assim, entende-se que após a primeira aplicação da proposta de Educação Ambiental de uma disciplina, haverá sempre adequações que podem acontecer em dois ou três semestres letivos, sendo na direção da proposta, nos recursos utilizados ou nas metodologias de ensino aprendizagem. Tais melhorias também ocorrem quando há mudança de docente, visto que este sempre apresentará uma visão diferenciada ou um viés inovador, que por sua vez, também contribuirá muito para a melhoria;

- 6ª Etapa – Proposta Consolidada em Todas Áreas: esta última etapa surge quando a proposta de Educação Ambiental inserida em uma determinada disciplina apresenta interdisciplinaridade adequada e um diálogo com outras disciplinas do curso, bem como quando o docente e o NDE do curso entendem que os recursos utilizados e as metodologias de ensino aprendizagem estão plenamente satisfatórias, possibilitando um aprendizado consistente em relação a proposta do PI como um todo.

Diante do exposto, considera-se que todas as práticas realizadas contribuem tanto para a valorização do indivíduo como do grupo, favorecendo a proposta de Educação Ambiental. E, ainda, sendo aplicada em uma organização ou nos diversos espaços sociais, percebe-se que novos costumes éticos tornam-se presentes como forma de construção de um profissional preocupado com as questões socioambientais atuando em prol do desenvolvimento sustentável.

No atual cenário global, vivencia-se na ciência como na sociedade, um momento de transição de paradigmas e, justamente no ensino superior, espaço social privilegiado de discussão científica, essa transição é sentida, mas não é problematizada nas atividades de formação humana e profissional.

Assim, entende-se que a proposta de PI sob o prisma da Educação Ambiental aplicada no Curso de Administração da FNSA é um modelo a ser aplicado para diversos cursos em nível de graduação na modalidade presencial, não apenas para cursos da área de gestão, mas que pode ser facilmente adaptado para outras áreas, favorecendo a formação de futuros profissionais com competências e habilidades para atuar numa mudança que privilegie a sustentabilidade da humanidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tocante acerca deste trabalho de pesquisa, teve como objeto de estudo a Educação Ambiental e as ações pedagógicas existentes no processo educativo, em especial, em cursos de graduação da área de gestão, ofertados na modalidade presencial no município de Sertãozinho, estado de São Paulo, onde, pode-se identificar a partir de métodos e técnicas de pesquisa estratégias e abordagens inovadoras como ferramenta para aplicação interdisciplinar da Educação Ambiental.

Levando-se, em consideração o problema a ser investigado, no caso como operacionalizar a Educação Ambiental incorporando-a ao projeto pedagógico e adequando-a a realidade local da comunidade escolar, pode-se constatar diversas possibilidades de inserir o tema na prática pedagógica. Um modelo que utiliza um Projeto Interdisciplinar pode contribuir tanto com a formação pessoal e profissional, como também reproduzir ações de Educação Ambiental nos diversos espaços sociais.

Assim, os objetivos propostos foram atingidos uma vez que a pesquisa possibilitou analisar a evolução histórica das políticas de Educação Ambiental, compreendendo esta, com um fenômeno que não pode ser pensado fora do contexto de formação e das relações sociais, pois sempre ficou evidente, desde os textos mais antigos e atuais a necessidade de cuidar da relação homem - natureza. Porém, a partir do século passado, buscou-se compreender a Educação Ambiental, vinculada a conceitos relacionados com o meio ambiente, sustentabilidade, preservação, conservação e outras esferas sociais e da natureza, funcionando como mecanismo de desenvolvimento, abrangendo por sua vez uma forma de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que ganhou força, principalmente pelos movimentos sociais globais.

Tais movimentos, tem como proposta, que a humanidade tenha a concepção unificada sobre a evolução dos modos de vida e seus comportamentos por meio da Educação Ambiental, para que um diálogo mais estreito possa ser harmonizado com a reprodução do capital por meio de um equilíbrio ecológico e de preservação da qualidade de vida. Entre 1962 a 2015, os movimentos sociais promoveram a construção de diversas políticas públicas, como por exemplo no Brasil, representada pela Constituição Federal, Política Nacional de Meio Ambiente, Política Nacional de Educação Ambiental, e outros instrumentos legais em âmbito estadual e municipal.

A partir das políticas, diversas propostas de ensino e métodos de aprendizagem foram discutidos para garantir que a Educação Ambiental estivesse presente tanto

nos espaços escolares, bem como espaços sociais. Entre as possibilidades, considera-se que a interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade são abordagens educacionais estratégicas para garantir a efetividade do previsto pelas políticas públicas no que tange a Educação Ambiental. Com maior propriedade, identificou-se que os projetos interdisciplinares apresentam uma vasta possibilidade de aplicação, não só em termos de modalidade e/ou níveis de ensino, mas principalmente, pela diversidade de propostas pedagógicas e métodos didáticos de aprendizagem. Assim, estes projetos podem contemplar disciplinas específicas, componentes pontuais do projeto pedagógico, ou ainda, contemplar toda uma matriz curricular.

Com a pesquisa, foi possível identificar o cenário da Educação Ambiental na cidade de Sertãozinho-SP e as ações existentes no município, que de acordo com o censo de 2020, a população soma um total de pouco mais de 127 mil habitantes, 72 instituições de ensino atuantes da educação Básica, mantidas pelo setor público e privado.

No ensino superior, há 4 Instituições de Ensino Superior, sendo duas particulares e duas públicas que ofertam 5 cursos de graduação na área de Gestão e na modalidade presencial, foco dessa pesquisa. No ano de 2019 existia 2.209 alunos matriculados no ensino superior, mas como a pesquisa foi realizada em 2017, a título de conhecimento, neste ano havia 2.504 alunos matriculados.

Sobre as políticas públicas, levando em consideração que o estado de São Paulo publicou a Política Estadual de Educação Ambiental, por meio da Lei Nº 12.780, de 30 de Novembro de 2007, o município seguiu essa mesma linha e sete anos depois a Lei Orgânica foi atualizada e no ano de 2014 a institucionalização com maior conscientização sobre o cuidado com o Meio Ambiente, cujo artigo 175 prevê que o Município criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, assegurada a participação da coletividade e, ainda, defini a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, órgão consultivo.

Neste mesmo ritmo, no ano de 2015 foi publicada as diretrizes e ações para promoção da Educação Ambiental por meio da Lei nº 5.986, que institui a Política Municipal de Educação Ambiental.

Verificou-se que o município desenvolve diversas ações, como por exemplo os 13 projetos existentes, a saber: A Escola de Educação Ambiental, Projeto Sala Verde, Meio Ambiente em Ação, Semana do Meio Ambiente, Semana de Defesa e Proteção Animal, Projeto de Olho no Óleo, Projeto Selo Verde, Programa Município Verde Azul, Calendário de Eventos Ambientais, Cartilhas Educacionais, Uso Racional da Água e o Meio Ambiente, Viveiro de Mudas e Minha Colmeia, Nossa Vida. Porém, nenhum desses projetos estão vinculados ao Ensino Superior e, também, não foram identificadas ações ou projetos municipais realizados em parceria com Instituições do Ensino Superior da cidade de Sertãozinho, uma vez que todos listados acima, tem como público alvo, alunos da educação básica e a sociedade em geral.

A pesquisa também permitiu diagnosticar como a Educação Ambiental é aplicada aos Cursos de Graduação da área de Gestão, ofertados na modalidade presencial, na cidade de Sertãozinho-SP.

A partir dos PPC dos 4 cursos superiores na área de Gestão, ofertados na modalidade presencial observou-se que um curso em especial, no caso o Curso de Administração vinculado a FNSA, apresenta diversas ações projetos de Educação Ambiental, disponibiliza um conjunto de disciplinas que abordam o tema, atende o disposto sobre a Educação Ambiental nas três esferas políticas, nacional, estadual e municipal, sendo considerado um curso atualizado e aderente ao esperado de como se deve operacionalizar o tema Educação Ambiental por meio da prática pedagógica.

Neste curso, em especial, encontrou-se a aplicação de um Projeto Interdisciplinar, rico em termos de amadurecimento sobre estratégias pedagógicas para aplicação da Educação Ambiental de forma teórica mas, com um viés prático utilizado este como público alvo para realizar um estudo a partir de entrevista com o coordenador de curso e questionários com 128 alunos ingressantes e formandos, gerando informações extremamente importantes sobre a formação do Administrador neste rico cenário que permite o futuro profissional envolver-se intensivamente com a concepção e os valores que devem ser concebidos pela Educação Ambiental.

Com a pesquisa, verificou-se que a Instituição de Ensino Superior, no caso a FNSA possui vasta experiência em educação, o que contribuiu muito para um olhar sistêmico dos anseios da sociedade, que o coordenador do curso tem uma formação eclética e pesquisas nas áreas de Educação, Gestão e Desenvolvimento Social, bem como há um corpo docente multidisciplinar que contribuiu para a produção de conhecimentos sobre a Educação Ambiental por meio da interdisciplinaridade.

Considera-se que o instrumento denominado de Projeto Interdisciplinar, criado e desenvolvido pelo Curso de Administração da FNSA, possibilitou a intensificação da aprendizagem das disciplinas sob o viés da Educação Ambiental, pois 97% dos formandos do curso e 100% dos docentes reconhecem a interdisciplinaridade existente no processo formativo uma vez que o PI contribui para favorecer aprendizagem das disciplinas. Essa percepção é vislumbrada desde o início do curso, pois a utilização do PI no primeiro ano de curso mostra que 90% dos ingressante reconhecem os objetivos e a finalidade do PI.

O que também vem a coroar esse processo é o nível de satisfação que atingiu 90% dos alunos formandos e 87% dos docentes. Sobre o processo de formação do futuro profissional, em especial, sobre as competências e habilidades, 60% dos formandos e 94% dos docentes afirmam que estarão aptos para atuar em projetos de Educação Ambiental e que 90% dos formandos e 81% dos docentes, confirmam serem estes mesmos futuros profissionais capacitados com conhecimento necessário para elaborar e implantar políticas de Educação Ambiental.

Este cenário de formação, está adequado ao esperado pelos movimentos sociais e políticas públicas, pois os Administradores são responsáveis pela tomada de decisões nas organizações e sua reprodução no meio social. Pois, é a partir do conhecimento, das competências e habilidades que a prática será efetivada e multiplicada a todos os espaços da humanidade, a seja pelo viés do desenvolvimento pessoal ou profissional.

Um dos principais resultados é que, 97% dos ingressante, 98% dos formandos e 100% dos docentes entendem que o PI contribuiu de alguma forma, seja avançada, intermediária ou básica, para o conhecimento adquirido em Educação Ambiental. Assim, pode-se identificar que os alunos desenvolveram em 40 Projetos Interdisciplinares do município de Sertãozinho entre os anos de 2014 a 2017, com ações de intervenções sobre o tema Educação Ambiental, destes, 35 empresas de seguimento distintos foram beneficiadas na prática por meio de diversas ações e projetos elencados no Quadro 10 e compilados em 4 (quatro) categorias de intervenção, como:

a) Sensibilização e Conscientização: Oferta de cursos para 920 pessoas; capacitações para colaboradores sobre coleta seletiva; uso de EPIs, sacolas e recipientes biodegradáveis e embalagens sustentáveis; participação em campanhas de prevenção ao câncer; plantio e colheita de hortaliças como forma de preservação

do meio ambiente; programas de formação de multiplicadores; inclusão de mulheres de risco no mercado de trabalho por meio de cursos de qualificação, entre outros;

b) Orientação sobre o Consumo: foram elaboradas cartilhas para orientação dos colaboradores das organizações no que tange a redução do consumo recursos materiais, papel, tonner, energia (por meio de conscientização ou substituição de equipamentos econômicos), água (por diversas ações como redução do fluxo nos vasos sanitários, torneiras de fechamento automático, realização da água da chuva para limpeza), copos descartáveis (reduzindo o consumo de 28.800 copos), etc;

c) Ações Benéficas: arrecadação financeira, venda de resíduos e destinação dos lucros para ONGs e orfanatos, doação de cestas básicas, 3 cadeiras de rodas, distribuição de 5.500 mudas de árvores, 3 cadeiras de rodas, promoção de eventos sociais para obtenção de recursos, aquisição e doação monetária para asilo e de 4.000 kits escolares para funcionários, coleta de lacres para troca de equipamentos hospitalares, destinação de percentuais de lucros para instituições sociais e APAE e doação de sangue;

d) Programa de Gerenciamento de Resíduos: onde uma gestão adequada dos gases, cavacos, alumínio, óleos, pneus, vidros, baterias, ferro e diversos outros resíduos recebem o tratamento destinação adequada. Com o projeto foi possível identificar que foram gerenciados 15.216.000kg de materiais hospitalares, 22.824.000kg de lixo comum, 3.804.000kg de materiais infectantes, 207.000kg de plástico, 13.000kg de vidro, 110.00kg de ferro, 38.704 litros de óleo, 1.615 pneus, 208.300 kg de papelão, 1.000 baterias automotivas e muitos programas de coleta, seleção e destinação adequada de todos os tipos de resíduos.

Estas intervenções, são os resultados do Projeto Interdisciplinar que permitiu aos profissionais de Administração formados pela FNSA, pudessem colocar em prática ações de Educação Ambiental. Porém, alguns dos estudos realizados, precisamente 9 Projetos Interdisciplinares, foram desenvolvidos em empresas já conceituadas e consolidadas no mercado, que funcionaram como modelo de estudo para identificar quais ações de Educação Ambiental são desenvolvidas, e, portanto, mesmo realizando um estudo de forma teórica foi possível obter competências para adquirir conhecimento e habilidades que serão colocadas em prática futuramente nos espaços de atuação, seja pessoal ou profissional.

Ainda, foi possível apresentar um modelo de Projeto Interdisciplinar como proposta de aplicação (operacionalização) da Educação Ambiental nos Cursos

Superiores, com definição de fases para a concepção do mesmo e etapas para a sua implantação, podendo ser adequado para utilização em qualquer área de curso superior, não limitado, portanto, apenas a área de gestão.

Contudo, considera-se que a pesquisa realizada, além de atingir os objetivos propostos e fornecer subsídio para a adoção ou adequação de uma proposta interdisciplinar para aplicar a Educação Ambiental em cursos superiores, também contribuiu para a formação de profissionais e do desenvolvimento de práticas e ações socioambientais.

Isto, conseqüentemente, reforçou alguns aspectos importantes, como: a valorização do ser humano como elemento central para a produção e reprodução de ações para o desenvolvimento sustentável, identificando a humanização como comportamento para tal proposta, as diversas e possíveis estratégias pedagógicas; com destaque na interdisciplinaridade, nos valores sociais e no respeito a natureza, bem como, a necessidade de incentivar em todos os espaços, seja educacional, organizacional ou social a sensibilização e conscientização de uma gestão sustentável, pelo viés da Educação Ambiental.

Com as considerações da atual pesquisa, é possível dar continuidade a trabalhos futuros no que tange a identificar como cada público, seja alunos, professores e gestores de IES reconhece, absorvem e determina os valores específicos de cada uma das competências e habilidades, bem como poderia ser realizado um acompanhamento dos egressos para elencar de que forma e qual a intensidade, as ações de Educação Ambiental se reproduziram nos espaços sociais após a conclusão do curso superior.

O trabalho de pesquisa, enriqueceu significativamente a formação no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, oportunizando a dialética entre os conteúdos obtidos pelas disciplinas, bem como sua aplicabilidade no contexto social como forma de promover e garantir uma melhoria na qualidade de vida, frente aos desafios ambientais.

Pessoalmente, houve grande contribuição para a formação humana e na identificação da responsabilidade que cada pessoa apresenta para a construção de mundo melhor através da Educação Ambiental, pois o ser humano é o elemento principal para potencializar o processo de sustentabilidade.

Alguns desafios foram encontrados como a falta de conteúdo para estudo, as limitações para realização da pesquisa de campo, bem como a autorização concedida

pela IES, mas, destaca-se que a pandemia causada pela Covid-19 e o necessário isolamento social vivenciado até os dias atuais foi, sem dúvida, o principal fator, que provocou um desequilíbrio emocional, financeiro e social, especificamente, no núcleo familiar, que, por vez, interferiu no desenvolvimento contínuo da pesquisa, mas que com muita força e fé, este trabalho foi concluído.

Por fim, não menos importante, três documentos disponibilizados no Apêndice IV, V e VI, retratam a realidade do autor, seus sonhos, intenções e desafios que são interpretados pela a Carta de Intensão apresentada ao ingressar no PPGSS; o Relato da Experiência Pessoal e Profissional, que compõe o pedido de Qualificação; e a Carta do Pedido de Prorrogação do prazo para Defesa da Tese. Estes três documentos, descrevem o retrato de um ser humano, vivenciando por sua vez, uma trajetória acadêmica de diversidades, que a partir da humanização das pessoas envolvidas neste caminho, pode perceber a essência da Educação Ambiental, que se fez presente na maior parte dos momentos difíceis para que o resultado deste trabalho, pudesse ser conquistado, e, assim, o fruto foi apresentado de forma completa, como um sonho que se realiza.

No entanto, o teor da pesquisa, traz à tona a necessidade de promover um contexto em que o Homem e a Natureza estão incondicionalmente vinculados de forma interdependentes. As sociedades que compreenderem essa relação e promover intervenções harmônicas, estarão na vanguarda da sustentabilidade humana e na continuidade da vida. Para tanto, uma mudança de cultura, das relações produtivas e interpessoais se faz necessário, cujo caminho é a Educação Ambiental.

6. REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. J. et al. **Projetos Interdisciplinares**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

ALENCAR, L. D.; BARBOSA, M. F. N. **Educação Ambiental no Ensino Superior: ditames da Política Nacional de Educação Ambiental**. Revista Direito Ambiental e sociedade, v. 8, n. 2, 2018 (p. 229-255). Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/viewFile/5259/3505>>. Acesso em: 24/03/2020.

ALENCASTRO, M. S. C. **Ética e Meio Ambiente**: construindo as bases para um futuro sustentável. Curitiba: Intersaberes, 2015.

ALMEIDA, F. **Os Desafios da Sustentabilidade**: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ARAÚJO, M. I. O.; et al (org). **Sala Verde e GEPEASE em uma década de atuação**: da quimera ao constructo da formação ambiental. Curitiba: Appris, 2016

ARRUDA, M. P. et al. **Educação para inteireza e ambientalização curricular**: diálogos necessários sobre matrizes curriculares dos cursos de graduação. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. v. 33, n.3, p. 55-71, set./dez., 2016. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/5739/4158>>. Acesso em: 29/05/2017.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Vozes, 2005.

BARBIERI, J. C.; SILVA, C. **Educação Ambiental na Formação do Administrador**. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2012.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARBOSA, L. C. **Políticas Públicas de Educação Ambiental numa Sociedade de Risco: Tendências e Desafios no Brasil**. Brasília: Anppas, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT9-543-258-20080510223017.pdf>>. Acesso em: 23/06/2005.

BATISTA, M. do. S. da. S. **Educação Ambiental no Ensino Superior**.: reflexões e caminhos possíveis. São Paulo: Cultura, 2017.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da Educação Ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 31/05/2016.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28/05/2017.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 28/05/2017.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 28/05/2017.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 4.281, de 25 de Junho de 2002.** Regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em 28/05/2017.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.** Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em 28/05/2017.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº. 12.305 de 2 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em 28/05/2017.

CARVALHO, L. C. de. et al. **Gestão Ambiental no Ensino de Administração das instituições de ensino superior da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE).** Simpósio de Excelência em Gestão Tecnológica. Disponível, 2011. em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/287_287_ARTIGO_GESTAO_AMBIENTAL.pdf>. Acesso em: 30/05/2019.

CASTRO NETO, J. G. de. **Educação Ambiental e Sustentabilidade:** o perfil de duas escolas da rede particular de ensino da cidade de Montes Claros-MG. Brasília: UnB, 2011.

CHAUÍ, M. **Espinosa:** uma filosofia da liberdade. São Paulo: Moderna, 1995.

CHAUÍ, M. **Política em Espinosa.** São Paulo: Cia. da Letras, 2003.

COIMBRA, A. de. S. **Interdisciplinaridade e Educação Ambiental:** Integrando seus princípios necessários. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. v. 14, janeiro a junho de 2005. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/2888/1642>>. Acesso em: 29/05/2017.

CORREIA, V. M. C. **Controle Social**. Dicionário de Educação Profissional em Saúde. Disponível: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Controle_Social_rec.pdf>. Acesso em: 08/12/2017.

CNE, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em 20/12/2020.

COSTA-PINTO, A. B. **Potência de Agir e Educação Ambiental**: aproximações a partir de uma análise da experiência do coletivo educador ambiental em Campinas (COEDUCA) SP, Brasil. (Tese do Doutorado em Ciência Ambiental) São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Fernando/Downloads/TESEAlessandraBCostaPintoFINALrevisado.pdf>>. Acesso em: 30/05/2017.

DANDARO, F. **A Política Nacional de Resíduos Sólidos como Ferramenta para o Desenvolvimento Regional Sustentável**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. v. 19, n. 3, set-dez. Santa Maria: UFSM, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/19007/pdf>>. Acesso em: 28/06/2017.

DE, Diretoria de Ensino - Região de Sertãozinho. **Escolas**. Disponível em: <<https://desertaozinho.educacao.sp.gov.br/escolas-particulares/>>. Acesso em: 14/03/2021.

DEMAJOROVIC, J.; MARTÃO, M. de S. **Competências e Inserção Profissional de Administradores em Sustentabilidade**. Edição Especial Pró-Administração. v. 15. Belo Horizonte, 2014.

DEMAJOROVIC, J.; SILVA, H. C. O. **Formação interdisciplinar e Sustentabilidade em cursos de administração**: desafios e perspectivas. RAM, Rev. Adm. Mackenzie vol.13. n. 5. São Paulo: Sept./Oct., 2012

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

EDUCAEDU Brasil. **Faculdade Semar**: informações. Disponível em: <<https://www.educaedu-brasil.com/centros/faculdade-semar-uni3479>>. Acesso em: 01/06/2019.

ESPINOSA, B. **Ética**. 3 ed. São Paulo: Atenas, 1957

FAZENDA. I. C. A. (org.). **O que é Interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2008.

FORREST, V. **O Horror Econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.

GADOTTI, M. et al. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Atmed, 2000.

GÉNÉREUX, J. **O Horror Político**: o horror não é econômico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

GOMES, C. M. R. et al. **Análise das Práticas de Educação Ambiental em duas escolas de Ensino Médio na Cidade de Juazeiro do Norte-CE.** Revista de Gestão e Sustentabilidade Ambiental, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 26-41, abr./set. 2016. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/2706/2609>. Acesso em: 24/06/2016.

GIOMETTI, A. B. dos R. **Reflexões em Educação Ambiental:** Caminhos para a Construção de um Cidadão Crítico. (Tese de Livre Docência em Educação Ambiental). Franca: UNESP, 2017.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

GUATTARI, F. **As Três Ecologias.** 21. ed. Campinas: Papirus, 2012.

IARED, V. G. et al (orgs.) **Fundamentos e Práticas para Educadoras/es Ambientais.** Batatais: MC2, 2011.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003.

KANT, I. **Crítica da faculdade do juízo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

KANT, I. **Crítica da razão prática.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KANT, I. **Crítica da razão pura.** São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KANT, I. **Duas introduções à Crítica do Juízo.** São Paulo: Iluminuras, 1995.

KLEIN, A. Z. **Métodologia de Pesquisa em Administração:** uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2015.

LEFF, E. **Pensar a complexidade ambiental.** In. La complejidad ambiental. São Paulo: Editora Cortez, 2003

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001;

LEITE, F. da S.; BENÍCIO, J. **Interdisciplinaridade no Ensino Superior:** proposta de um novo método. Ampliando Revista Científica. Facerb, v. 2. n. 1. Jan./Jun.2015.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Transformadora.** In: Layrarkes, P.P. (Coord). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: MMA, 2004.

LOUREIRO, C. F. B.; SILVA NETO, J. de G. **Indivíduo Social e Formação Humana: Fundamentos ontológicos de uma Educação Ambiental Crítica**. v. 21. n. 1, 2016. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/ambeduc/article/view/6089/3963>>. Acesso em: 29/05/2017.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, L. M. S. M. **Educação Ambiental: Uma perspectiva transdisciplinar no ensino superior**. II SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade UFG /IESA/NUPEAT - Goiânia, maio de 2011. Disponível em: <https://nupeat.iesa.ufg.br/up/52/o/16_Educao_ambiental_ensino_superior.pdf>. Acesso em: 29/05/2017.

MATOS, T. C. C.; FERREIRA, M. D. M. **Controle Social de Políticas Públicas e Combate à Corrupção: o que há de novo no cenário brasileiro?**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA: São Luiz, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3-estadolutassociaisepoliticaspUBLICAS/pdf/controlesocialdepoliticaspUBLICASECOMBATEACORUPCAO.pdf>>. Acesso em: 08/12/2017.

MELO, G. de P. **Noções Práticas de Educação Ambiental para Professores e outros Agentes Multiplicadores**. João Pessoa: Superintendência do IBAMA-PB, 2007. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/publicacoes/educacaoambiental/nocoes-praticas-educacao-ambiental-profs-educadores.pdf>>. Acesso em 21/02/2020.

MELLO, S. S. de.; TRAJBER, R. (coord.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola**. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. Brasília: UNESCO, 2007.

MEC, Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior**. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 20/02/2018.

MEC, Ministério da Educação. **Um Pouco da História da Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf>>. Acesso em: 04/03/2021.

MERICO, L. F. K. **Economia e Sustentabilidade: o que é, como se faz**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em 28/07/2019.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente>>. Acesso em: 29/06/2015.

OLIVEIRA, F. A. G. **A Educação Ambiental como meio para a Sustentabilidade**. v. 11. n. 5. 2016. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/revbea/index.php/revbea/article/view/4861/3210>>. Acesso em: 29/05/2017.

PENÃFIEL, A.; RODOMSKY, G. **Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Curitiba, Intersaberes, 2013.

POMBO, O. **Interdisciplinaridade e Integração dos Saberes**. Liinc em Revista, v.1, n.1, março 2005, p. 3-15. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082/2778>>. Acesso em: 20/08/2019.

RIBEIRO, L. L.; SILVA, J. B. Uma Concepção Dobre Educação Ambiental e Meio Ambiente com Alunos de 8 e 9 Anos: primeiras impressões e considerações acerca dos saberes ambientais na escola estadual anexa a Supam. *Eletrônica de Geografia*, v.4, n.12, p. 128-143, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/4educacao/n12/07.pdf>>. Acesso em: 03/03/2021.

ROOS, A. BECKER, E. L. P. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET/UFSM, v. 5, n. 5, p. 857 - 866, 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/fdandaro/Downloads/4259-22383-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/fdandaro/Downloads/4259-22383-2-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 03/03/2021.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impactos ambientais: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. **Decreto nº 55.385, de 1 de fevereiro de 2010**. Programa Estadual de Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55385-01.02.2010.html>>. Acesso em: 28/05/2017.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei nº 12.780, de 30 de Novembro de 2007**. Política Estadual de Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2007/lei-12780-30.11.2007.html>>. Acesso em: 28/05/2017.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SEADE, Sistema Estadual de Análise de Dados. **Informações dos Municípios Paulistas**. Portal de Estatística do Estado de São Paulo. Disponível: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>>. Acesso em: 14/03/2021.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e Educação Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2007.

SEIXA, P. S. et al. **Projeto Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 17, Número 1, Janeiro/Junho de 2013: 113-122. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pee/v17n1/a12v17n1.pdf>>. Acesso em: 03/11/2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, A. J. **O Conhecimento Pedagógico e a Interdisciplinaridade: o saber como internacionalização da prática**. In: FAZENDA, I. C. A. (org.) Didática e Interdisciplinaridade. 13. ed. Campinas: Papirus, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHEIBEL, M. F. **Projetos Interdisciplinares: uma discussão inicial**. In: POLLI, J. P. et al. Projetos Interdisciplinares. Curitiba: Intersaberes, 2013.

SERTÃOZIHO, Câmara Municipal. **Lei Orgânica do Município de Sertãozinho/SP, de**

SERTÃOZINHO. Câmara Municipal. **Lei nº 5.986, de 7 de outubro de 2015**. Política Municipal de Educação Ambiental. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sertaozinho/lei-ordinaria/2015/598/5986/lei-ordinaria-n-5986-2015-dispoe-sobre-educacao-ambiental-institui-a-politica-municipal-de-educacao-ambiental-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 30/05/2017.

SERTÃOZINHO. Gabinete do Prefeito. **Decreto nº 7.423, de 26 de julho de 2019**. Regulamenta e Política Municipal de Educação Ambiental. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sertaozinho/decreto/2019/741/7413/decreto-n-7413-2019-regulamenta-a-politica-municipal-de-educacao-ambiental-instituida-pela-lei-n-5986-de-07-de-outubro-de-2015-institui-o-programa-municipal-de-educacao-ambiental-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 13/03/2021.

SERTÃOZINHO, Prefeitura Municipal de Sertãozinho. **História do Município**. Disponível em: < <https://sertaozinho.sp.gov.br/historia-do-municipio>>. Acesso em 14/03/2021.

SERTÃOZINHO, Secretaria de Educação. **Educação**. Disponível em: <<https://sertaozinho.sp.gov.br/educacao>>. Acesso em: 13/03/2021.

SILVA, A. da.; HAETINGER, C. **Educação Ambiental no Ensino Superior: O Conhecimento a Favor da Qualidade de Vida e da Conscientização Socioambiental**. REVISTA CONTEXTO & SAÚDE IJUÍ EDITORA UNIJUÍ v. 12 n. 23 JUL./DEZ. 2012. Disponível em: <

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/viewFile/1832/2538>>. Acesso em: 29/05/2017.

SORRENTINO, M. et al. **Educação Ambiental como Política Pública**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31. n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso em: 23/06/2015.

SPRINGETT, D. **Education for sustainability in the business studies curriculum: a call for critical agenda**. Business Strategy and the environment, n. 14, p. 146-159, 2005.

ÚNICA, União da Indústria de Cana de Açúcar. **Publicações**. Disponível em: <https://unica.com.br/publicacoes/>>. Acesso em: 30/10/2018.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. de. **Gestão Socioambiental: estratégias na nova era da Sustentabilidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TEIXEIRA, A. E. de. A.; TEIXEIRA, H. de. A. **O Ensino de Administração e a Educação Ambiental: Algumas reflexões sobre os currículos e a importância da formação de agentes multiplicadores nas organizações**. Revista Gestão e Planejamento. v. 1. n. 13., 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/201>> . Acesso em: 30/05/2017.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável: desafios para o século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ZOUVI, C. L.; ALBANUS, L. L. F. **Ecopedagogia: educação e meio ambiente**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

Apêndice I – Modelo de Questionários e Roteiro de Entrevista

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (Ingressantes)

Este questionário tem como finalidade coletar dados para uma pesquisa acadêmica realizada em forma de Tese no Programa de Doutorado em Serviços Social da UNESP (Franca-SP). Portanto, todas as informações são sigilosas.

Data: ____/____/2017.

Nome (opcional) _____	Gênero sexual: (☐) Masculino (☐) Feminino
Idade: _____	Profissão: _____

1) Você tem conhecimento sobre o PI – Projeto Interdisciplinar do Curso de Administração, bem como sua finalidade e objetivos?

(☐) Sim (☐) Não

2) Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (PNEA, 1999).

Sendo assim, indique abaixo quais dessas características você tem pleno conhecimento:

- (☐) valores sociais em relação ao meio ambiente;
- (☐) conversação do meio ambiente;
- (☐) habilidades e atitudes para conservação do meio ambiente;
- (☐) sustentabilidade
- (☐) todos as características acima
- (☐) nenhuma das características acima

3) Você já possui conhecimento e habilidades necessárias para “atuar” em projetos de Educação Ambiental e/ou sustentabilidade?

(☐) Não

(☐) Sim. Onde obteve este conhecimento?

4) Você entende que possui condições de “desenvolver e implantar” políticas de educação ambiental em sua área de atuação?

(☐) Sim (☐) Não

5) Indique abaixo qual o seu nível de conhecimentos e habilidades em relação as questões sobre educação ambiental?

(☐) Avançado (☐) Intermediário (☐) Básico (☐) Não tenho conhecimento (☐) sem opinião

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (Formandos)

Este questionário tem como finalidade coletar dados para uma pesquisa acadêmica realizada em forma de Tese no Programa de Doutorado em Serviços Social da UNESP (Franca-SP). Portanto, todas as informações são sigilosas.

Data: ____/____/2017.

Nome (opcional) _____	Gênero sexual: () Masculino () Feminino
Idade: _____	Profissão: _____

1) O PI – Projeto Interdisciplinar do Curso de Administração favoreceu para sua formação acadêmica superior?

() Não () Sim. De que forma?

2) Sobre o PI – Projeto Interdisciplinar e sua relação com o ensino aprendizagem do Curso de Administração, você julga que este:

- () favoreceu a aprendizagem de algumas disciplinas
- () favoreceu a aprendizagem de muitas disciplinas
- () favoreceu a aprendizagem de todas as disciplinas
- () não houve benefícios para a aprendizagem de algumas disciplinas
- () prefiro não opinar

3) Levando em consideração que o ensino de Administração é fragmentado, ou seja, são abordados diversos assuntos sobre a gestão, pode-se considerar que o PI – Projeto Interdisciplinar teve como resultado:

- () facilitar a integração das disciplinas de diversas áreas com foco na educação ambiental e sustentabilidade
- () facilitar a integração das disciplinas de diversas áreas de forma integrada, mas sem foco específico
- () não houve nenhuma melhoria significativa sobre a integração das disciplinas
- () apenas dificultou a integração das disciplinas
- () prefiro não opinar

4) Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (PNEA, 1999).

Sendo assim, indique abaixo qual dessas características você recebeu durante sua formação (pode indicar mais de uma opção):

- () valores sociais em relação ao meio ambiente;
- () conhecimentos para conservação do meio ambiente;
- () habilidades e atitudes para conservação do meio ambiente;
- () sustentabilidade
- () todas as características acima
- () nenhuma das características acima

5) Sobre a Educação Ambiental, você considera que o PI – Projeto Interdisciplinar contribuiu para a formação como Administrador de forma:

() Muito Satisfatória () Satisfatória () Regular () Insatisfatória () Muito Insatisfatória

6) Você entende estar apto para “atuar” em projetos de Educação Ambiental e/ou sustentabilidade?

() Sim () Não

7) Você tem conhecimento para “desenvolver e implantar” políticas de educação ambiental em sua área de atuação?

() Sim () Não

8) Indique abaixo qual o seu nível de conhecimentos e habilidades recebidos na sua formação em relação as questões sobre educação ambiental?

() Avançado () Intermediário () Básico () Não tenho conhecimento () sem opinião

9) A formação recebida como Administrador atendeu suas expectativas em relação as questões de preservação do meio ambiente, educação ambiental e gestão sustentável?

() Sim. Porque?

() Não Porque? _____

10) Qual a sua concepção (entendimento) sobre a Sustentabilidade Ambiental?

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (Docentes)

Este questionário tem como finalidade coletar dados para uma pesquisa acadêmica realizada em forma de Tese no Programa de Doutorado em Serviços Social da UNESP (Franca-SP). Portanto, todas as informações são sigilosas.

Data: ____/____/2017.

Nome (opcional) _____	Gênero sexual: () Masculino () Feminino
Idade: _____ Disciplina(s) que ministra:	
1) _____	2) _____
3) _____	4) _____
5) _____	

1) Na sua concepção qual é a finalidade do PI – Projeto Interdisciplinar na formação de Administradores?

2) Sobre o PI – Projeto Interdisciplinar e sua relação com o ensino aprendizagem do Curso de Administração, você julga que este:

- () favoreceu a aprendizagem de algumas disciplinas
- () favoreceu a aprendizagem de muitas disciplinas
- () favoreceu a aprendizagem de todas as disciplinas
- () não houve benefícios para a aprendizagem de algumas disciplinas
- () prefiro não opinar

3) Indique abaixo quais foram suas principais dificuldades na aplicação do PI – Projeto Interdisciplinar (pode indicar mais de uma opção):

- () entender a abordagem interdisciplinar
- () elaborar uma proposta de RSC – Responsabilidade Social Corporativa vincula a disciplina que ministra
- () desenvolver metodologias de ensino que atenda os objetivos da disciplina e também da RSC
- () aplicar a proposta de RSC junto aos alunos de forma coletiva
- () criar mecanismos de avaliação para auferir o ensino aprendizagem da disciplina e da proposta do PI
- () Outras dificuldade: _____

4) Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (PNEA, 1999).

Sendo assim, indique abaixo qual dessas características é promovida na proposta do PI da disciplina que ministra no curso (pode indicar mais de uma opção):

- () valores sociais em relação ao meio ambiente;
- () conhecimentos para conservação do meio ambiente;
- () habilidades e atitudes para conservação do meio ambiente;
- () sustentabilidade
- () todas as características acima
- () nenhuma das características acima
- () _____) outra.

5) Sobre a Educação Ambiental, como você considera que o PI – Projeto Interdisciplinar contribuiu para a formação do Administrador:

- () Muito Satisfatória () Satisfatória () Regular () Insatisfatória () Muito Insatisfatória

6) Você entende que os egressos do Curso de Administração estarão aptos para “atuar” em projetos de Educação Ambiental e/ou sustentabilidade?

() Sim () Não

7) Você considera que os egressos do Curso de Administração receberam conhecimento necessário para “desenvolver e implantar” políticas de educação ambiental em suas áreas de atuação?

() Sim () Não

8) Indique abaixo qual o seu nível de conhecimentos e habilidades que julga ser ofertado para os alunos em relação as questões sobre educação ambiental?

() Avançado () Intermediário () Básico () Não tenho conhecimento () sem opinião

9) Indique abaixo qual das características mais se aproxima da proposta do PI – Projeto Interdisciplinar da(s) disciplina(s) que ministra *(pode indicar mais de uma opção)*:

- () Ética e relacionamento interpessoal;
- () Educação Ambiental e sustentabilidade;
- () Gestão Ambiental, redução de recursos e consumo;
- () Respeito as diferenças étnicas raciais
- () Comunicação e valores sociais;
- () Qualidade de vida;
- () Outra. _____

10) Descreva como as temática do PI de suas disciplinas, foram aplicadas em sala de aula?

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Coordenador)**A) O ENTREVISTADO**

1) Nome do Entrevistado (opcional): _____

2) Instituição de Ensino (opcional): _____

3) Coordenador do Curso de: _____

4) Formação Escolar: _____

5) Tempo no cargo/função: _____

B) ASSUNTOS

6) Discutir no que tange a compreensão e entendimento das questões sobre Educação Ambiental, bem como as legislações específicas pertinentes do ensino superior.

7) Questionar as formas de aplicação da Educação Ambiental no curso e sua formalização no PPC - Projeto Pedagógico de Curso.

8) Investigar as contribuições em relação a Sustentabilidade Ambiental na formação dos profissionais.

Apêndice II – Modelo de TCLE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ IDADE: ____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: RG Nº _____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: ____-____ FONE: () _____

Eu, _____
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Educação Ambiental Aplicada ao Ensino Superior como Ferramenta para o Desenvolvimento Socioambiental: Uma Proposta Interdisciplinar**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Fernando Dandaro**, do Programa de Pós-Graduação em **Doutorado em Serviço Social**, orientado pela Profa. Dra. **Analúcia Bueno dos Reis Giometti**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Tese observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição, a fim de investigar sobre a oferta de Projetos Interdisciplinares sob o aspecto da Educação Ambiental como forma de promoção para o Desenvolvimento Socioambiental. Fui esclarecida sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Sertãozinho-SP, ____ de ____ de ____.

Assinatura do participante

 Pesquisador Responsável
 Nome: Fernando Dandaro
 Endereço: Rua Antonio Gouveia da Silva, 6301 – Franca/SP
 Tel: 16-99108-4230
 E-mail: fdandaro@hotmail.com

 Orientadora
 Profa. Dra. Analúcia Bueno dos Reis Giometti
 Endereço: Av. Eufásia Monteiro Petraglia, 900 – Franca/SP
 Tel: 16-3706-8723
 E-mail: analuciagiometti@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
 Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp – Campus de Franca
 Av. Eufásia Monteiro Petraglia, 900 – Jd. Dr. Antônio Petraglia – CP 231, CEP: 14409-160 – FRANCA – SP
 Telefone: (16) 3706-8723 – Fax: (16) 3706-8724 – E-mail: comiteetico@franca.unesp.br

Apêndice III – Declaração de Autorização para Pesquisa na FNSA



Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras Nossa Senhora Aparecida



União das Instituições Educacionais de São Paulo

100% Brasileiro

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o pesquisador **Fernando Dandaro**, RG nº 32.657.652-6, está **autorizado a realizar pesquisa** na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Aparecida, mantida pela UNIESP S/A e inscrita no CNPJ nº 19.347.410/0001-31, situada na Rua Jordão Borghetti, 1260, bairro Jardim Soljumar, na cidade de Sertãozinho, SP.

Sertãozinho-SP, 03 de julho de 2017.

Profa. Carmen Lúcia Martins Rugazzi
Diretora - RG nº 9.348.240

Apêndice IV – Carta de Intenções no Processo Seletivo do PPGSS

CARTA DE INTENÇÃO (Ingresso no PPGSS)

De forma muito satisfatória, manifesto minha paixão pela educação e uma conduta incansável pela melhoria constante do ensino aprendizagem.

Sou graduado em Administração e Pedagogia, tenho quatro especializações, sendo uma na área de Educação Ambiental e Sustentabilidade e Mestrado Interdisciplinar em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social.

Atuo na educação superior a 16 anos, com pesquisas, projetos, gestão e na arte de oferecer o conhecimento, a partir de novas propostas pedagógicas. Assim, o sonho de realizar o Doutorado está sendo perseguido deste então, pautado na contribuição social, visto que este poderá oportunizar pesquisas práticas e relevantes para a melhoria da Educação, seja de âmbito local, regional ou quem sabe, por meio de inovadoras políticas voltadas para as ações práticas pedagógicas, atingir esferas de maior abrangência. Acredita-se, que tais contribuições terão reflexos positivos na relação universidade comunidade, capacitando futuros profissionais na oferta de projetos e serviços que venham agregar para o desenvolvimento social.

Ainda, sendo Coordenador de Curso de Graduação e profissional ligado a área de Meio Ambiente, busco por meio de cursos e atuação prática, entender a concepção da Educação Ambiental e Sustentabilidade, bem como sua necessidade de aplicação na formação de profissionais como ferramenta de transformação social. Essa trajetória teve como alicerce a implantação de um Projetos Educacionais no curso de graduação em Administração, o que despertou grande interesse em produzir novos conhecimentos de como atender a legislação sobre a oferta das questões de Educação Ambiental e Sustentabilidade e, conseqüentemente, garantir uma formação profissional adequada aos anseios de uma sociedade preocupada com a preservação, garantindo o futuro dos recursos naturais.

Neste sentido, com a oportunidade de fazer parte do programa de Doutorado em Serviços Social da UNESP, pretendo contribuir para a produção de conhecimento que possa melhorar as propostas pedagógicas do Ensino Superior, no que diz respeito à formação adequada da Educação Ambiental e Sustentabilidade. Conceber estratégias e metodologias de ensino aprendizagem objetivando um perfil profissional apto para atuar em projetos e serviços de Educação Ambiental e Sustentabilidade como forma de potencializar o Desenvolvimento Social do município de Franca-SP.

Também pretendo dar continuidade a minha formação com o Doutorado, no sentido de colaborar como professor, pai, marido, filho e cidadão, ou seja, como agente de transformação.

Ainda, como intenção prioritária, e de grande satisfação, certamente poderei contribuir no desenvolvimento das aulas e do programa de pós-graduação, sendo nas atividades acadêmicas, nos serviços, na produção de artigos científicos, relatórios de pesquisa e na troca de experiência, absorvendo competências e habilidades dos docentes deste conceituado programa de Doutorado.

Para cumprir com as intenções pretendidas, tenho a disposição para atuar como aluno/pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, os dias semanais e horários que seguem:

- Quartas-Feiras: manhã, tarde e noite;
- Quintas-Feiras: manhã e tarde;
- Sextas-feiras: manhã e tarde.

No mais, coloco-me a disposição para maiores informações e, principalmente, para contribuir com o programa.

Apêndice V – Relato de Experiência Pessoal e Profissional para Qualificação da Tese no PPGSS

EXPERIÊNCIA PESSOAL E PROFISSIONAL (Qualificação no PPGSS)

De família simples em termos econômicos e sociais, fui criado na cidade de Sertãozinho, estado de São Paulo em um ceio familiar de muita harmonia.

Minha Mãe sempre foi do lar, conseguiu terminar o ensino médio e tinha o sonho de ser professora. Já meu Pai, não concluiu os estudos da Educação Básica, pois desde adolescente já trabalhava na lavou de cana-de-açúcar.

Desde a educação infantil até o ensino médio, estudei em escolas públicas estaduais, mas não havia interesse pelos estudos, acredito que por dois motivos: 1) a abordagem de ensino utilizada que não era atrativa; e 2) pela minha limitação de em entender a importância do conhecimento para a vida e para a sociedade.

Assim, no 7º ano do ensino fundamental desistir de estudar com a proposta de vender picolé a rua e, portanto, não obtive a aprovação da referida série. Minha mãe, com muita insistência fez com que eu voltasse aos estudos para terminar o ensino fundamental e seguir para o ensino médio.

No contraturno escolar, iniciei minha experiência profissional auxiliando meu pai na lavoura, e, cinco anos depois, atuava como cobrador de tele mensagem. Posteriormente, trabalhei em uma indústria de motores elétricos e exerci funções por todos os departamentos de um supermercado, desde o empacotamento, padaria, atendimento nos frios, repositor de mercadorias, etc.

Quando ingressei no ensino médio, já havia o sistema de progressão contínua, instituído pelo governo federal, e mesmo obtendo reprova nas disciplinas de português e matemática de forma sistemática, consegui concluir a Educação Básica.

Minha intenção a partir de então, era interromper os estudos e trabalhar integralmente na lavoura, seguindo os passos do Pai. Eu até fiquei seis meses sem estudar, porém, mais uma vez meus pais interviram em minha decisão e fizeram uma proposta para que eu ingressasse no ensino superior.

Como não tínhamos condições financeiras para pagar a mensalidade de um Curso Superior em uma instituição privada, como alternativa, eu realizei estágio e com a Bolsa que recebia, foi possível pagar os custos da Faculdade nos dois primeiros anos.

Assim, no ano de 2000 eu ingressei no Curso de Bacharelado em Administração com Habilitação em Gestão de Negócios na Faculdade de Sertãozinho. Esse contato com o mundo acadêmico me fez entender a finalidade dos estudos e do conhecimento para vida. Desde então, aquele garoto que nunca gostou de estudar,

despertou um amor pela educação. Foi assim, que a vida me fez entender que minha paixão é a sala de aula, pois nos permite transformar a realidade das pessoas e da sociedade por meio da Educação. Assim, nos dois primeiros anos da Faculdade, já tinha como objetivo de vida, me tornar professor universitário.

Então, quando terminei o Curso de Bacharelado em Administração em 2004; eu já havia suprido minha deficiência de raciocínio lógico e de matemática, decorrente da falha do sistema educacional que imperou no Ensino Médio; mas, ainda precisava desenvolver habilidades com escrita e interpretação de textos. Foi quando ingressei no curso de Licenciatura de Pedagogia, pois este poderia proporcionar competências didáticas para atuar na docência. Portanto, em 2004, também iniciei minha formação em nível de Pós-Graduação na área de Administração com Ênfase em Gestão Integrada (Logística), simultaneamente com o Curso de Pedagogia e, ainda, ministrava aulas nos cursos superiores na área de Administração e Pedagogia na Instituição onde havia me formado.

Em 2006, minha carreira acadêmica teve mais um avanço, pois além da docência, também atuava como Professor e Coordenador de Curso Superior em instituição privada. A experiência no setor público iniciou-se no mesmo ano, quando fui aprovado no processo seletivo de professor de Logística em uma instituição pública. Assim, continuei buscando o aperfeiçoamento por meio de diversos cursos de qualificação, extensão e especialização nas áreas de educação, e, portanto, conclui em 2009, o Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar e, em 2012, o Curso de Pós-Graduação em Metodologias e Gestão da EaD.

Na busca por alternativas sustentáveis, a partir do uso da Logística Reversa, em 2013, iniciei o Curso de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional, na linha de pesquisa de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, cuja dissertação teve como tema “Logística Reversa e a Política Nacional de Resíduos Sólidos: Um Estudo dos Resíduos de Borracha na Indústria de Franca-SP, e durante as pesquisas, entendi que havia um elemento de maior relevância dentro do contexto, que era a Educação Ambiental.

Assim, antes mesmo de terminar o Mestrado, no ano de 2014 procurei entender melhor sobre o tema supracitado e, para tanto, realizei o Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental com ênfase em Espaços não Escolares, ofertado pela UNIFESP em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, com polo na cidade de Franca. Este curso foi de grande importância para a concepção de Educação Ambiental, pois

permitiu ampliar a visão sobre sua abrangência, bem como entender que todos os espaços vividos pelos humanos, estão inseridos e impactam a esfera ambiental.

Tal perspectiva somada aos anseios vivenciados no campo da docência, especificamente, na necessidade de implantar projetos interdisciplinares e, ainda, ofertar a educação ambiental nos cursos superiores, despertou meu interesse para que uma investigação pudesse ser realizada.

Foi então que surgiu a proposta de realizar uma pesquisa de originalidade única, desenvolvendo um diálogo entre Educação Ambiental, Políticas Públicas e Ensino Superior, sendo oportunizada pelo PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, uma vez que a temática “Educação Ambiental, Gestão Socioambiental e Sustentabilidade”, estava no arcabouço das linhas de pesquisas da Profa. Dra. Analúcia Bueno dos Reis Giometti, docente da UNESP de Franca.

Após encontrar este espaço para o desenvolvimento da pesquisa, elaborei o projeto e realizei o processo seletivo, obtendo aprovação para início em março de 2017; no atual programa de Doutorado.

Ainda, registra-se que em 2018 concluir a Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, o que contribuiu muito para a atuação profissional como Coordenador de Curso.

Diante da minha trajetória de vida, destaca-se que o contexto profissional perfaz cenários que exigem competências e habilidades gerenciais, bem como sensibilidade para a educação, visto que as duas áreas estão presentes de forma complementar na formação profissional e acadêmica.

No que tange a gestão, considera-se mais de 23 anos de atuação nas áreas de serviços, comércio e indústria, obtendo uma visão macro dos aspectos sociais e da interrelação do homem com o ambiente.

Já no campo da educação, há experiências relevantes na educação básica, seja em cursos técnicos ou profissionalizantes, mas, de forma muito profunda, obteve-se grande *expertise* no ensino superior, tanto em cursos de graduação como de pós-graduação, seja nas modalidades presenciais ou à distância.

Apêndice VI – Carta do Pedido de Prorrogação de Defesa da Tese do PPGSS

SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE DEFESA (Tese no PPGSS)

Eu, Fernando Dandaro, discente do PPGSS venho muito respeitosamente solicitar ao Conselho de Pós-graduação em Serviço Social, prorrogação em 180 dias para defesa da tese do doutorado.

Saliento que quando ingressei na pós-graduação em março de 2017 minha realidade pessoal e profissional estava tranquila e harmonizada, possibilitando dedicar-se de forma intensiva e exclusivamente às atividades acadêmicas. Tanto que cumpri fielmente o cronograma proposto em relação ao projeto de pesquisa, obtenção dos créditos e atividades complementares necessárias, bem como desenvolvi parte da Tese.

Porém, alguns acontecimentos não previstos exigiram muito mais de minha disponibilidade de tempo e de dedicação do que havia previsto. Assim os planos pessoais e profissionais foram adequados a nova realidade, a saber:

- em dezembro de 2019 eu e minha esposa tivemos a felicidade de receber nosso segundo filho, nascido no dia 17/12/2019. Como não temos familiares morando na cidade de Franca, tivemos que reorganizar nossa vida pessoal para que nós dois (eu e minha esposa) pudéssemos cuidar sozinhos dos nossos dois filhos;

- a partir de março de 2020, o fenômeno Covid-19 trouxe à tona uma turbulência de instabilidade social, emocional e econômica. Dessa forma, minha vida profissional teve alterações radicais, pois como Coordenador e Docente da Fatec de Franca, tive que reorganizar toda a estrutura de ensino presencial do CST em Gestão de Recursos Humanos para um cenário de aulas remotas, bem como reformular todas as minhas disciplinas para que pudesse ministrar aula nesse novo modelo. Como empreendedor, por necessidades de manter-se competitivo e não ir à falência, obrigatoriamente dispensei dois funcionários na minha empresa e, portanto, tive que assumir tais responsabilidades para dar continuidade aos negócios. Ainda, dois entes familiares (esposa e tia) testaram positivo para Covid-19 e, felizmente, estão bem e recuperadas, com a graça de Deus.

Tais acontecimentos ainda exigem muito de minha dedicação, pois as decorrências da Covid-19 e seus reflexos, projetam causar impactos nos próximos seis meses, o que de certa forma implicará de um maior tempo para que possa finalizar a pesquisa referente a tese do Doutorado. Somando a tudo isso, como sou

do grupo de risco, tenho que priorizar a todo momento um resguardo e cuidados especiais, conforme orientado pelas autoridades de saúde.

Faz saber que, desejo e quero muito conquistar o sonho do Doutorado. Sempre cumpri meus compromissos com esta instituição e por todos os motivos citados, solicito a prorrogação de prazo, para que eu possa entregar uma tese de qualidade que poderá contribuir para a questão socioambiental e o desenvolvimento humano.

Sendo assim, peço a compreensão dos membros deste conselho e antecipo meus sinceros agradecimentos, pela sensibilidade na interpretação do atual cenário que todos nós estamos sustentando e, particularmente, pelos desafios apresentados aqui.